MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

BANCO DO BRASIL S.A.

FCO
FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO CENTRO-OESTE

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA SEMESTRAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO 1º SEMESTRE DE 2010

JUNHO/2010

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

BANCO DO BRASIL S.A.

FCO
FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO CENTRO-OESTE

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA SEMESTRAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO 1º SEMESTRE DE 2010

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas semestral a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

Brasília, 16/11/2010

LISTA DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS

FCO – Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste

BB – Banco do Brasil

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONAF-RA – Pronaf Reforma Agrária

TCU – Tribunal de Contas da União

RIDE – Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno

PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos

PAPRA – Programa de Apoio à Política de Reforma Agrária

PROCERA - Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária

CONDEL/FCO – Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

CEDRS - Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Sustentável

CTCR - Câmaras Técnicas de Crédito Rural

CABB - Central de Atendimento do Banco do Brasil

ZAV – Zona de Alta Vigilância

LISTA DE TABELAS, RELAÇÕES, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES, ETC.

Título Página

Quadro 1 – Contratações – Comparação 1º Semestre de 2010 e 2009 23
Quadro 2 – Contratações por Programa, Porte e UF....24
Quadro 3 - Contratações em Custeio Agrícola e Pecuário e Aquisição de Matéria-prima e Insumos 24
Quadro 4 – Contratações do Pronaf/FCO 26
Quadro 5 – Empregos gerados no âmbito do Pronaf 26
Quadro 6 – Saldos do Pronaf....26
Quadro 7 – Contratações Pronaf -RA 27
Quadro 8 – Origem dos Recursos Previstos para 2010....58
Quadro 10 – Previsão de Aplicação de Recursos em 2010....59
Quadro 11 – Realização da Previsão Orçamentária....60
Quadro 12 – Transferências do Tesouro Nacional....60
Quadro 13 - Transferências do Tesouro Nacional – comparativo 2010/2009 61
Quadro 14 – Distribuição dos Recursos por UF e Programa 61
Quadro 15 – Contratações por Programa e UF 62
Quadro 16 – Contratações por Porte e Programa....63
Quadro 17 – Contratações por Porte e UF 64
Quadro 18 – Contratações por UF, Programa e Porte....65
Quadro 19 – Distribuição espacial das aplicações 2010/2009....66
Quadro 20 – Contratações na RIDE....66
Quadro 21 – Contratações na mesorregião de Águas Emendadas....67
Quadro 22 – Contratações com novos beneficiários....67
Quadro 23 – Contratações com valor superior a R$ 10 milhões....67
Quadro 24 – Contratações por Tipologia e UF 74
Quadro 25 – Situação das propostas: Contratadas x Não atendidas 74
Quadro 26 – Situação das propostas por porte e programa....75
Quadro 27 – Motivo de não atendimento de demandas, por UF....76
Quadro 28 – Motivo de não atendimento de demandas, por Programa 76
Quadro 29 – Motivo de não atendimento de demandas, por Porte 77
Quadro 30 – Propostas indeferidas/canceladas: detalhamento 77
Quadro 31 – Retornos de capital 78
Quadro 32 – Situação dos recursos por UF....78

Quadro 33 – Saldos por programa e UF 79
Quadro 34 – Saldos por porte e UF 80
Quadro 35 - Securitização 80
Quadro 36 - PESA 81
Quadro 37 – Renegociações por UF e Programa 82
Quadro 38 – Renegociações por UF e Porte 82
Quadro 39 – Prorrogações do FCO 83
Quadro 40 – Financiamentos por Encargos Pactuados 84
Quadro 41 – Carteira por risco 85
Quadro 42 – Carteira com risco BB 85
Quadro 43 – Carteira com risco compartilhado 86
Quadro 44 – Carteira com risco FCO 86
Quadro 45 – Saldos vincendos e vencidos 88
Quadro 46 – Inadimplência por modalidade 88
Quadro 47 – Inadimplência por Risco 88
Quadro 48 – Inadimplência sem o Procera 89
Quadro 49 – Inadimplência por faixa de vencimento 89
Quadro 50 – Inadimplência por UF 90
Quadro 51 – Evolução Patrimonial 90
Quadro 52 – Perdas do Fundo 92
Quadro 53 – Geração de Empregos 93
Quadro 54 – Valor financiado x Empregos gerados 94
Quadro 55 – Serviços de fiscalização ..... **Erro! Indicador não definido.**
Quadro 56 – Irregularidades detectadas em fiscalização 95
Quadro 57 – Operações de Repasse 97

SUMÁRIO

Introdução....8
1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA....9
2. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIDADE....10
2.1. Responsabilidades Institucionais da Unidade....10
2.1.1. Competência....10
2.1.2. Objetivos Estratégicos....11
2.2. Estratégias de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais....12
2.2.1. Análise do Plano Estratégico do Ministério da Integração Nacional....12
2.2.2. Plano de Ação Referente ao Semestre....13
2.3. Programas sob a Responsabilidade da Unidade....15
2.3.1. Relação dos Programas e Suas Principais Ações....15
2.3.2. Áreas Responsáveis pela Condução dos Programas e Ações....27
2.3.3. Considerações sobre o Atingimento das Metas Físicas e Financeiras....28
2.4. Desempenho Operacional....28
2.4.1. Evolução das Despesas e Receitas....28
2.4.2. Indicadores e Análise de Desempenho....51
2.4.3. Ações proativas para dinamizar as aplicações....56
3. OPERAÇÕES DE FUNDOS....58
3.1. Previsão Orçamentária....58
3.1.1. Origem dos Recursos Previstos para 2010....58
3.1.2. Distribuição Percentual dos Recursos do Tesouro Nacional por Unidade Federativa e Programas....58
3.1.3. Previsão de Aplicação de Recursos....59
3.2. Execução Orçamentária....60
3.2.1. Realização da Previsão Orçamentária (Previsto X Realizado)....60
3.2.2. Transferências do Tesouro Nacional....60
3.2.3. Distribuição dos Recursos por Unidade Federativa e Programa....61
3.3. Resultados....61
3.3.1. Contratações de Operações de Financiamento....61
3.3.2. Situação da Demanda....74
3.3.3. Retornos de Operações de Financiamento....77
3.3.4. Situação dos Recursos....78
3.3.5. Remuneração dos Recursos Disponíveis....79
3.3.6. Remuneração dos Recursos Aplicados....79
3.3.7. Situação da Carteira de Financiamentos....79
3.3.8. Patrimônio Líquido....90
3.3.9. Legislação Editada no Período....91
3.3.10. Remuneração do Banco Operador – *Del Credere*....92
3.3.11. Remuneração do Administrador....92
3.3.12. Perdas....92
3.3.13. Rebates / Bônus de Adimplência....93
3.3.14. Geração de Empregos....93

3.3.15. Operações Ajuizadas 94
3.3.16. Fiscalização, Controle e Auditagem 94

4. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS COMO RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO 96

Introdução

O Relatório de Gestão do FCO – Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste, 1º Semestre 2010 destaca as ações relevantes e também as dificuldades enfrentadas durante o semestre a que se refere. É, portanto, através dele que se pode aferir se os objetivos e metas foram alcançados.

Relatamos a seguir, de forma objetiva e peculiar à atividade meio, os trabalhos desenvolvidos no 1º Semestre de 2010 pelo Banco do Brasil, na qualidade de Gestor do FCO.

O presente Relatório de Gestão está estruturado da seguinte maneira:

a) Introdução.
b) Identificação da Unidade Jurisdicionada.
c) Informações sobre a gestão orçamentária da Unidade, destacando-se suas responsabilidades, estratégias de atuação, o detalhamento dos programas sob sua responsabilidade e o desempenho operacional.
d) Operações de fundos, capítulo contendo a previsão orçamentária, a execução orçamentária e os resultados da realização orçamentária.
e) Anexo contendo detalhamento sobre as contratações acima de R$ 10 milhões.

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Integração Nacional			**Código SIORG**: 042670
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste			
Denominação abreviada: FCO			
Código SIORG: 777777	**Código LOA:** 53000		**Código SIAFI:** 53.902
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Fundos			
Principal Atividade: Atividades de Serviços Financeiros			**Código CNAE:** 6499-9/99
Telefones/Fax de contato:	(061) 3310-3780	(061) 3310-8813	
Endereço eletrônico: governo@bb.com.br			
Página da Internet: http://www.bb.com.br/portalbb/page3,110,4501,11,0,1,3.bb?codigoNoticia=337&codigoMenu=668&codigoRet=927&bread=1_8			
Endereço Postal: SBS Quadra 01, Bloco C Lote 32, Ed. Sede III, 12º andar, CEP: 706073-901 – Brasília (DF)			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Constituição Federal, art.159, inciso I, alínea "c" - determina que a União entregará, para aplicação em programas de financiamentos ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, três por cento do produto da arrecadação dos impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, alterada pela Lei n.º 10.177, de 12.01.2001 e pela MP 2.196-3, de 24.08.2001 – regulamenta o art. 159, inciso I, alínea "c" da Constituição.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Programação anual de aplicação dos recursos para o Exercício 2010			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	**Nome**		
53.7003	Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Não se aplica			
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora	**Código SIAFI da Gestão**		
53.7003	00001		

2. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIDADE

2.1. Responsabilidades Institucionais da Unidade

2.1.1. Competência

A administração do FCO é exercida, em conjunto, pelo Ministério da Integração Nacional, CONDEL/FCO e Banco do Brasil.

O Ministério da Integração Nacional – MI é responsável por:

a) estabelecer as diretrizes e prioridades para aplicação dos recursos;
b) repassar ao Banco do Brasil os recursos transferidos para o Fundo pelo Tesouro Nacional;
c) estabelecer diretrizes para repasse de recursos do Fundo para aplicação por outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; e
d) encaminhar, anualmente, ao CONDEL/FCO, proposta para aplicação dos recursos, relativa aos programas de financiamento para o exercício seguinte.

Ao Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – CONDEL/FCO, órgão colegiado vinculado ao MI, cabe:

a) aprovar os programas de financiamento do Fundo;
b) indicar providências para compatibilização das respectivas aplicações com as ações das demais instituições de desenvolvimento regional; e
c) avaliar os resultados obtidos e determinar as medidas de ajustes necessárias ao cumprimento das diretrizes aprovadas.

O Banco do Brasil tem como atribuições:

a) aplicar os recursos e implementar a política de concessão de financiamento de acordo com os programas aprovados pelo CONDEL/FCO;
b) formular a proposta de aplicação dos recursos relativa aos programas de financiamento para o exercício seguinte e encaminhá-la ao MI;
c) definir normas, procedimentos e condições operacionais; enquadrar as propostas nas faixas de encargos e deferir os créditos;
d) formalizar contratos de repasses de recursos para outras instituições credenciadas como agentes financeiros do Fundo;
e) prestar contas sobre os resultados alcançados, desempenho e estado dos recursos e aplicações; e
f) exercer outras atividades inerentes à aplicação dos recursos e à recuperação dos créditos.

No cometimento das atribuições de administrador do Fundo, o Banco do Brasil exerce, entre outras, as seguintes atividades:

a) controle financeiro, orçamentário e contábil do Fundo;
b) estudos econômicos e setoriais;
c) prestação de contas ao Tribunal de Contas da União - TCU;

d) informações gerenciais ao CONDEL/FCO, MI, Secretaria Federal de Controle Interno - SFCI e outros órgãos públicos federais e estaduais;
e) elaboração da programação anual de aplicação dos recursos;
f) elaboração semestral de relatórios de atividades e resultados obtidos;
g) publicação do balanço anual;
h) normatização interna das diretrizes para aplicação dos recursos;
i) elaboração de literatura para divulgação da programação ao público externo;
j) acompanhamento e manutenção das normas operacionais;
k) elaboração e acompanhamento das cláusulas, instruções e metodologias financeiras;
l) elaboração de roteiros contábeis;
m) análise e definição de encargos financeiros;
n) registro de repasses nas contas de recursos do Fundo;
o) enquadramento das cartas-consultas às normas do Fundo;
p) representação junto a órgãos de desenvolvimento estadual;
q) relacionamento com entidades representativas dos segmentos produtivos e dos trabalhadores;
r) acolhimento e análise de cartas-consultas;
s) análise da viabilidade técnica e econômica de projetos;
t) estudo e deferimento das operações;
u) formalização dos contratos;
v) acompanhamento das operações;
w) acompanhamento e controle de operações inadimplidas;
x) negociação para recuperação de dívidas;
y) edição de literatura para o público interno e externo;
z) campanhas publicitárias para divulgação do Fundo e promoção de eventos ligados aos setores produtivos da Região.

2.1.2. Objetivos Estratégicos

O Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, criado pela Lei 7.827, de 27.09.1989, que regulamentou o art. 159, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal, tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com o Plano Regional de Desenvolvimento.

A área de abrangência do FCO está restrita à Região Centro-Oeste, integrada pelos Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e pelo Distrito Federal. De acordo com os registros do IBGE, a região conta com 466 municípios.

A administração do FCO é compartilhada pelo Ministério da Integração Nacional, Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - CONDEL/FCO e Banco do Brasil, observadas as atribuições previstas na legislação (Arts. 14 e 15 da Lei 7.827/1989, alterada pela Lei 10.177/2001).

Por força do disposto no art. 20 da Lei 7.827/89, com a redação dada pela Lei 10.177, de 12.01.2001, cabe ao Banco do Brasil encaminhar semestralmente ao Ministério da Integração Nacional o relatório circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos.

2.2. Estratégias de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais

Os recursos do FCO são provenientes das seguintes fontes, conforme o art. 6º da Lei 7.827, de 1989:

a) 0,6% (seis décimos por cento) do produto da arrecadação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza e do imposto sobre produtos industrializados;
b) retornos e resultados das aplicações;
c) resultado da remuneração dos recursos momentaneamente não aplicados, calculada com base em indexador oficial;
d) contribuições, doações, financiamentos e recursos de outras origens, concedidos por entidades de direito público ou privado, nacionais e/ou estrangeiras;
e) dotações orçamentárias ou outros recursos previstos em lei.

2.2.1. Análise do Plano Estratégico do Ministério da Integração Nacional

O Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste (2007-2020), deve orientar e organizar as iniciativas e ações dos governos e da sociedade, e preparar a região para os desafios do futuro. O plano constitui referencial para negociação e implementação articulada de projetos de desenvolvimento, que envolve o governo federal, por meio de seus órgãos, ministérios, governos estaduais e diversos segmentos da sociedade centro-oestina. A elaboração do Plano foi uma iniciativa da Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste - SCO, do Ministério da Integração Nacional, mas não deve ser concebido como um plano do governo federal. Deve constituir, de fato, referencial para a sociedade regional, seus atores sociais e agentes públicos. Por outro lado, como uma perspectiva de longo prazo, o Plano (2007-2020) não pode ser confundido com o plano do governo atual, devendo compor a base estratégica para futuros governos brasileiros e seus parceiros nos Estados da Região.

O Plano foi elaborado de forma participativa, envolvendo a sociedade com a parceria dos governos dos Estados, de modo a incorporar as expectativas e percepções da população e das lideranças do Centro-Oeste em relação aos desafios do futuro. O processo participativo, que deve ser confirmado na implementação do Plano, constitui também fator determinante de sua sustentabilidade política, assegurando a efetiva implementação das ações prioritárias, mesmo com mudanças de governo. A confirmação do Plano como uma referência estratégica para os agentes e atores sociais, ao persistir e resistir às mudanças políticas depende, antes de tudo, da aderência e consistência dos seus propósitos e prioridades com a visão da sociedade e de suas lideranças políticas, sociais e empresariais.

Deixa de ser o plano de um determinado Governo, para criar bases sólidas na sociedade, incorporar as prioridades estratégicas e refletir-se nas decisões dos governos. A efetiva implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste depende de sua capacidade em refletir e expressar as preocupações e propostas dominantes na sociedade; mas também, da sua contribuição para a formação de grandes convergências entre os atores sociais em torno das prioridades de desenvolvimento. A participação da sociedade na formulação do Plano e na sua execução constitui, portanto, a condição central para o seu sucesso; pelo fato de incorporar as expectativas da sociedade sobre o futuro da região, e pela contribuição para a construção de um “projeto coletivo” regional que ultrapassa os limites dos governos e se incorpora nas expectativas e anseios dos atores sociais.

O Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste (2007-2020) está apresentado em sete capítulos, além da Introdução que explica a metodologia utilizada na sua elaboração; o primeiro capítulo apresenta uma análise resumida da evolução da realidade sócio-econômica do Centro-Oeste, e antecipa alguns movimentos que preparam o futuro da Região.

O capítulo seguinte descreve os cenários do Centro-Oeste no horizonte 2020. Antecipa análise das alternativas de mudança futura do contexto mundial e nacional, condicionantes importantes do futuro da região e termina com uma descrição da visão de futuro do Centro-Oeste segundo as expectativas da sociedade.

O capítulo III mostra, de forma sistemática, as potencialidades de desenvolvimento e os estrangulamentos que emperram ou dificultam o desenvolvimento regional. O quarto capítulo destaca, a partir dos cenários do contexto, as oportunidades e as ameaças que o Centro-Oeste deve encontrar na sua trajetória futura.

O quinto capítulo é a parte central do Plano. Explicita o que será feito para promover o desenvolvimento do Centro-Oeste, desde os vetores de desenvolvimento até a carteira de projetos prioritários.

O sexto capítulo apresenta os instrumentos que serão utilizados para a implementação da estratégia. Nele, o FCO é citado como principal instrumento de financiamento dos investimentos e da produção empresarial.

O sétimo, e último, descreve o modelo de gestão que será necessário para organizar o Estado e a sociedade na execução e monitoramento do Plano.

2.2.2. Plano de Ação Referente ao Semestre

A Programação do FCO para o Exercício de 2010 foi elaborada pelo Banco do Brasil e aprovada pelo Conselho Deliberativo do Fundo – Condel/FCO, em consonância com as diretrizes estabelecidas no art. 3° da Lei n.° 7.827; as diretrizes e prioridades estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional; a Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR; o Plano de Desenvolvimento do Centro-Oeste – PDCO; e as contribuições dos Conselhos de Desenvolvimento dos Estados e do Distrito Federal – CDE.

Planejamento

Anualmente, o Banco do Brasil elabora a proposta de aplicação dos recursos para o exercício seguinte, com base nas diretrizes da Lei 7.827/89 e em consonância com o Plano de Desenvolvimento Regional. Na formulação da proposta, o Banco observa, ainda, as diretrizes e prioridades fixadas pelo MI. Até 30 de setembro de cada ano, o BB encaminha a proposta ao MI, que deverá submetê-la ao CONDEL/FCO até 15 de novembro. O CONDEL/FCO, por sua vez, deverá aprovar a proposta até o dia 15 de dezembro.

Execução

Os recursos recebidos do MI, em parcelas decendiais, acrescidos do resultado financeiro mensal e dos retornos de operações, são alocados para aplicação nos programas de financiamento em vigor.

A distribuição dos recursos do Fundo, no 1º Semestre de 2010, obedeceu aos percentuais abaixo:

a) Unidades Federativas do Centro-Oeste, da seguinte forma: 19,0% (DF), 29,0% (GO), 29,0% (MT) e 23,0% (MS).
   Obs.: Na distribuição entre as UF's, 51% dos recursos do Fundo foram destinados aos micro e pequenos empresários e aos mini e pequenos produtores rurais e 49,0% aos médios e grandes tomadores.

Ao final do exercício, as Unidades Federativas podem apresentar maior ou menor volume de recursos disponíveis, em decorrência de:

a) aumento ou retração na demanda;
b) existência de propostas em exame e/ou de operações aprovadas e ainda não contratadas; e
c) assunção pelo Fundo ou pelo agente financeiro de operações inadimplidas.

No encerramento do exercício, os recursos não aplicados são realocados para distribuição de acordo com a programação anual do exercício seguinte.

As principais diretrizes observadas pelo Banco do Brasil na aplicação dos recursos são:

a) concessão de financiamentos exclusivamente ao setor produtivo privado;
b) tratamento preferencial às atividades produtivas de pequenos e mini-produtores rurais e pequenas e microempresas, às de uso intensivo de matéria-prima e mão-de-obra locais, às que produzem alimentos básicos para consumo da população, bem como aos projetos de irrigação, quando pertencentes aos citados produtores, suas associações e cooperativas;
c) preservação do meio ambiente;
d) adoção de prazos e carência, limites de financiamento, juros e outros encargos diferenciados ou favorecidos;
e) conjugação do crédito com a assistência técnica, no caso de setores tecnologicamente carentes;
f) orçamentação anual das aplicações dos recursos;
g) uso criterioso dos recursos e adequada política de garantias, com limitação das responsabilidades de crédito por cliente, grupo empresarial ou grupo agropecuário, de forma a atender a um universo maior de beneficiários e assegurar racionalidade, eficiência, eficácia e retorno às aplicações;
h) apoio à criação de novos centros, atividades e pólos dinâmicos, notadamente em áreas interioranas, que estimulem a redução das disparidades intra-regionais de renda; e
i) proibição de aplicação dos recursos a fundo perdido.

2.3. Programas sob a Responsabilidade da Unidade

O FCO é um fundo de origem constitucional, não vinculado diretamente a programa de governo, com objetivo específico de contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Centro-Oeste, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos.

Citados programas de financiamento referem-se às linhas de financiamento definidas em programação anual do CONDEL/FCO para utilização pelo agente financeiro na contratação de operações junto aos tomadores finais.

Em analogia aos programas de governo, o FCO pode ser considerado um "programa finalístico", porquanto seus recursos são ofertados diretamente à sociedade, com ação não orçamentária.

As linhas de financiamento operacionalizadas no âmbito do FCO estão segmentadas por atividade econômica – RURAL e EMPRESARIAL – e são direcionadas a mini, pequenos, médios e grandes produtores rurais e a micro, pequenas, médias e grandes empresas, respectivamente.

2.3.1. Relação dos Programas e Suas Principais Ações

Em consonância com o disposto no art. 15, parágrafo único, da Lei 7.827, de 27.09.1989, com a redação da Lei 10.177, de 12.01.2001, o Banco do Brasil encaminhou ao Ministério da Integração Nacional a proposta de aplicação dos recursos relativa aos programas de financiamento para o 1º Semestre de 2010. A referida programação foi aprovada pelo Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - CONDEL/FCO em 11.12.2009, nos termos da Resolução n.º 379, e alterada por Resoluções posteriores, no decorrer do período.

Os financiamentos com recursos do Fundo são implementados por meio dos seguintes Programas e Linhas de Financiamentos:

2.3.1.1. Programa de FCO Empresarial

2.3.1.1.1. Programa de FCO Empresarial de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

2.3.1.1.1.1. Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial para MPE

FINALIDADE:	BENEFICIÁRIOS:
Financiamento de todos os bens e serviços necessários à implantação, ampliação, modernização, adequação ambiental e sanitária ou relocalização de empreendimentos industriais e agroindustriais, capital de giro associado e aquisição de insumos e matéria-prima.	Pessoas jurídicas de direito privado, desde que se dediquem à atividade produtiva nos setores industrial, agroindustrial e mineral.

2.3.1.1.1.2. Linha de Financiamento de Infra-Estrutura Econômica para MPE

FINALIDADE:	BENEFICIÁRIOS:
Financiamento de todos os bens e serviços necessários à implantação, ampliação, modernização e reforma de infra-estrutura econômica, com ou sem capital de giro associado, nos setores de energia, transporte, abastecimento de água, esgotamento sanitário, usinas de compostagem/ aterros sanitários, instalação de gasoduto, produção de gás, distribuição de gás canalizado, atividades integradas de logística de armazenagem, transporte, comunicação e energia e telecomunicações. Fica admitido o financiamento de empreendimentos no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC 2007-2010 nos setores acima.	Pessoas jurídicas de direito privado, empresas públicas não dependentes de transferências financeiras do Poder Público e Parcerias Público-Privadas.

2.3.1.1.1.3. Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional para MPE

FINALIDADE:	BENEFICIÁRIOS:
Financiamento de todos os bens e serviços necessários à implantação, ampliação e modernização de empreendimentos turísticos, capital de giro associado e aquisição de insumos.	Pessoas jurídicas de direito privado, desde que se dediquem à atividade turística, tais como: meios de hospedagem, agências de turismo, organizadoras de eventos, parques temáticos, acampamento turístico, restaurantes, cafeteiras, bares e similares, centro de convenções, parques aquáticos, empreendimentos dotados de equipamentos de entretenimento e lazer, estrutura de apoio ao turismo náutico, casas de espetáculos/equipamentos de animação turística, prestadoras de serviços de infra-estrutura para eventos e prestadoras especializadas em segmentos turísticos. As empresas e os empresários individuais, denominados prestadores de serviços turísticos, devem estar cadastrados no Ministério do Turismo.

2.3.1.1.1.4. Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços para MPE

FINALIDADE:	BENEFICIÁRIOS:
Financiamento de todos os bens e serviços necessários à implantação, ampliação, modernização ou relocalização de empreendimentos dos setores comercial e de serviços, capital de giro associado, aquisição de insumos e formação de estoques para vendas. Excepcionalmente, financiar investimentos exclusivamente para a adequação ambiental de instalações de empresas com atuação na revenda de combustíveis e lubrificantes para veículos.	Pessoas jurídicas de direito privado, desde que se dediquem a atividades nos setores comercial e de serviços e, excepcionalmente, empresas que atuam na revenda varejista de combustíveis e lubrificantes para veículos automotivos (postos revendedores, postos de atendimento e sistema retalhista), nos termos da Resolução Conama n.° 273/2000.

2.3.1.1.2. Programa de FCO Empresarial de Apoio às Médias e Grandes Empresas

2.3.1.1.2.1. Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial para MGE

FINALIDADE:	BENEFICIÁRIOS:
Financiamento de todos os bens e serviços necessários à implantação, ampliação, modernização, adequação ambiental e sanitária ou relocalização de empreendimentos industriais e agroindustriais, com ou sem capital de giro associado.	Pessoas jurídicas de direito privado, desde que se dediquem à atividade produtiva nos setores industrial, agroindustrial e mineral.

2.3.1.1.2.2. Linha de Financiamento de Infra-Estrutura Econômica para MGE

FINALIDADE:	BENEFICIÁRIOS:
Financiamento de todos os bens e serviços necessários à implantação, ampliação, modernização e reforma de infra-estrutura econômica, com ou sem capital de giro associado, nos setores de energia, transporte, abastecimento de água, esgotamento sanitário, usinas de compostagem/ aterros sanitários, instalação de gasoduto, produção de gás, distribuição de gás canalizado, atividades integradas de logística de armazenagem, transporte, comunicação e energia e telecomunicações. Fica admitido o financiamento de empreendimentos no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC 2007-2010 nos setores acima.	Pessoas jurídicas de direito privado, empresas públicas não dependentes de transferências financeiras do Poder Público e Parcerias Público-Privadas.

2.3.1.1.2.3. Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional para MGE

FINALIDADE:	BENEFICIÁRIOS:
Financiamento de todos os bens e serviços necessários à implantação, ampliação e modernização de empreendimentos turísticos, com ou sem capital de giro associado.	Pessoas jurídicas de direito privado, desde que se dediquem à atividade turística, tais como: meios de hospedagem, agências de turismo, organizadoras de eventos, parques temáticos, acampamento turístico, restaurantes, cafeteiras, bares e similares, centro de convenções, parques aquáticos, empreendimentos dotados de equipamentos de entretenimento e lazer, estrutura de apoio ao turismo náutico, casas de espetáculos/equipamentos de animação turística, prestadoras de serviços de infra-estrutura para eventos e prestadoras especializadas em segmentos turísticos. As empresas e os empresários individuais, denominados prestadores de serviços turísticos, devem estar cadastrados no Ministério do Turismo.

2.3.1.1.2.4. Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços para MGE

FINALIDADE:	BENEFICIÁRIOS:
Financiamento de todos os bens e serviços necessários à implantação, ampliação, modernização ou relocalização de empreendimentos dos setores comercial e de serviços, com ou sem capital de giro associado. Excepcionalmente, financiar investimentos exclusivamente para a adequação ambiental de instalações de empresas com atuação na revenda de combustíveis e lubrificantes para veículos	Pessoas jurídicas de direito privado, desde que se dediquem a atividades nos setores comercial e de serviços e, excepcionalmente, empresas que atuam na revenda varejista de combustíveis e lubrificantes para veículos automotivos postos revendedores, postos de atendimento e sistema retalhista), nos termos da Resolução Conama n.°273/2000.

2.3.1.2. Programa de FCO Rural

2.3.1.2.1. Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural

FINALIDADE:	BENEFICIÁRIOS:
Financiamento de investimentos fixo e semifixo e de custeio associado a projeto de investimento, bem como de empreendimentos destinados ao beneficiamento e transformação de matéria-prima regional *in natura*, de origem agropecuária de produção preponderantemente própria, compreendendo a implantação, ampliação e modernização de agroindústria conduzida por produtores rurais de forma isolada ou reunidos em cooperativas ou associações e a produção artesanal de produtos desenvolvidos por mini e pequenos produtores rurais, de forma isolada ou em grupo, tais como doces, biscoitos, pães, geléias, queijos, iogurtes, cestas e artigos de couro.	Produtores rurais, na condição de pessoas físicas e jurídicas, suas cooperativas de produção e associações, desde que se dediquem à atividade produtiva no setor rural.

2.3.1.2.2. Linha de Financiamento de Desenvolvimento de Irrigação e Drenagem

FINALIDADE:	BENEFICIÁRIOS:
Financiamento de serviços como projetos básicos e executivos de irrigação e drenagem, empreendimentos em infra-estrutura hídrica como barragens, obras civis e hidráulicas, eletricidade, equipamentos de irrigação novos e usados, bem como reformas e remodelagem de equipamentos destinados à implantação, ampliação e modernização de atividades conduzidas no processo produtivo e que estejam direcionados às necessidades da agricultura irrigada.	Produtores rurais, na condição de pessoas físicas e jurídicas, suas cooperativas de produção e associações.

2.3.1.2.3. Linha de Financiamento de Desenvolvimento de Sistema de Integração Rural (CONVIR)

FINALIDADE:	BENEFICIÁRIOS:
Financiamento de empreendimentos destinados à implantação, ampliação e modernização de atividades conduzidas em regime de integração, cujo processo produtivo esteja direcionado às necessidades de unidade integradora, e financiamento de custeio.	Produtores rurais, na condição de pessoas físicas e jurídicas, desde que se dediquem à atividade produtiva no sistema de integração rural.

2.3.1.2.4. Linha de Financiamento de Integração Lavoura-Pecuária

FINALIDADE:	BENEFICIÁRIOS:
Financiamento de itens de investimento fixo e semifixo e de custeio associado, vinculados a projeto de adoção de sistemas de integração de agricultura com pecuária.	Produtores rurais, na condição de pessoas física ou jurídica, suas cooperativas de produção e associações de produtores, desde que se dediquem à atividade produtiva no setor rural.

2.3.1.2.5. Linha de Financiamento de Conservação da Natureza

FINALIDADE:	BENEFICIÁRIOS:
Financiamento de investimentos, de custeio agrícola e de custeio associado a projeto de investimento destinados a possibilitar o aproveitamento de áreas degradadas ou alteradas, conservação e recuperação de microbacias, nascentes e mananciais, implantação de sistemas agroflorestais e florestais, tratamento de efluentes oriundos de atividades agropecuárias, produção de alimentos associados a práticas ecologicamente sustentáveis, produção de insumos orgânicos, inscrição, certificação, inspeção e manutenção de projetos de seqüestro de carbono e de redução de emissão de gases de efeito, implantação de manejo florestal sustentado de baixo impacto em florestas, implantação e certificação de sistemas de gestão ambiental, implantação de culturas oleaginosas alternativas para produção de biodiesel.	Produtores rurais, na condição de pessoas físicas e jurídicas, e suas cooperativas de produção e associações, desde que se dediquem à atividade produtiva no setor rural. Para efeito de enquadramento no Programa Pronatureza, equipara-se a produtor rural a pessoa jurídica que se dedique a atividades florestais e que conste em seu contrato social a descrição dessa atividade.

2.3.1.2.6. Linha de Financiamento de Retenção de Matrizes na Planície Pantaneira

FINALIDADE:	BENEFICIÁRIOS:
Financiamento para a retenção de fêmeas bovinas.	Produtores rurais cujas propriedades estejam localizadas na planície pantaneira, 50% de suas áreas utilizáveis sejam constituídas de pastagens nativas, estejam integradas a projetos de capacitação técnica e gerencial e detenham áreas de pastagens, com potencial que permita a evolução da atividade.

2.3.1.2.7. Linha de Financiamento de Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura

FINALIDADE:	BENEFICIÁRIOS:
Financiamento de investimentos fixos, semifixos e de custeio compreendendo em especial a implantação, ampliação, modernização e reforma de empreendimentos aquícolas, bem como financiamento da cadeia produtiva da aquicultura, a implantação, ampliação, modernização e reforma de empreendimentos destinados à produção de insumos, beneficiamento, comercialização e armazenamento da produção e o custeio associado de itens necessários à atividade aquícola.	Aquicultores, na condição de pessoas físicas ou jurídicas, desde que se dediquem ao cultivo de organismos que tenham na água seu normal ou mais freqüente meio de vida, além de cooperativas e associações de aquicultores.

2.3.1.2.8. Linha de Financiamento de Apoio ao Desenvolvimento da Pesca

FINALIDADE:	BENEFICIÁRIOS:
Financiamento de operações de investimento a pescadores artesanais, isoladamente ou por meio de suas cooperativas, bem como associações de pescadores artesanais, para investimento na melhoria das condições de produção, armazenamento, beneficiamento e comercialização do pescado e financiamento a pescadores artesanais, beneficiários do financiamento acima descrito, para custeio da atividade de pesca.	Pescadores artesanais, diretamente ou por intermédio de suas cooperativas, entendido como aqueles que, com meios de produção próprios, exercem sua atividade de forma autônoma, individualmente ou em regime de economia familiar ou, ainda, com auxílio eventual de outros parceiros, sem vínculo empregatício, além de cooperativas ou associações de pescadores artesanais.

2.3.1.2.9. Linha Especial de Financiamento para Adequação do Sistema de Produção Pecuário na Região de Fronteira

FINALIDADE:	BENEFICIÁRIOS:
Financiamento de investimentos semifixos e de custeio, compreendendo basicamente a retenção de bovinos, para a adequação das propriedades à adoção das medidas sanitárias preconizadas pelos órgãos oficiais.	Produtores rurais, na condição de pessoas física ou jurídica, suas cooperativas de produção e associação de produtores, desde que se dediquem à atividade produtiva rural na Zona de Alta Vigilância Sanitária com o Paraguai e a Bolívia.

2.3.1.2.10. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)

FINALIDADE:	BENEFICIÁRIOS:
Apoio financeiro às atividades agropecuárias e não agropecuárias, exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família.	Agricultores familiares.

2.3.1.2.11. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) – Reforma Agrária (Planta Brasil)

FINALIDADE:	BENEFICIÁRIOS:
Financiamento de investimentos destinados à implantação, ampliação e modernização de infra-estrutura de produção e serviços agropecuários e não agropecuários no estabelecimento rural ou áreas comunitárias rurais próximas, desde que localizados na Região Centro-Oeste.	Agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária ou beneficiários do Programa de Crédito Fundiário do Governo Federal.

2.3.1.3. Programa de FCO para Repasse

2.3.1.3.1. Programa de FCO Empresarial para Repasse

FINALIDADE:	BENEFICIÁRIOS:
Financiamentos nas Linhas de Desenvolvimento Industrial, de Infra Estrutura Econômica, do Turismo Regional e dos Setores Comercial e de Serviços operados por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com capacidade técnica comprovada e com estrutura operacional e administrativa aptas a realizar os programas de financiamento, em segurança e no estrito cumprimento das diretrizes e normas estabelecidas.	Micro e pequenas empresas

2.3.1.3.2. Programa de FCO Rural para Repasse

FINALIDADE:	BENEFICIÁRIOS:
Financiamentos nas Linhas de Desenvolvimento Rural, de Irrigação e Drenagem, de Sistema de Integração Rural-Convir, de Integração Lavoura-Pecuária, de Conservação da Natureza, de Retenção de Matrizes na Planície Pantaneira, de Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura e da Pesca, operados por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com capacidade técnica comprovada e com estrutura operacional e administrativa aptas a realizar os programas de financiamento, em segurança e no estrito cumprimento das diretrizes e normas estabelecidas.	Mini e pequenos produtores rurais, na condição de pessoas físicas e jurídicas, suas associações e cooperativas.

2.3.1.4. Principais Ações do Programa

Contratações - Comparação 1º Semestre de 2010 e de 2009

(R$ mil)

PROGRAMAS	2010		2009		Variação %	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
EMPRESARIAL	**8.028**	**951.092**	**7.926**	**693.381**	**1,3**	**37,2**
Industrial	981	439.404	934	156.910	5,0	180,0
Infraestrutura	3	68.395	5	101.811	-40,0	-32,8
Turismo	1.310	67.350	1.107	52.992	18,3	27,1
Comércio e Serviço	5.734	375.944	5.880	381.668	-2,5	-1,5
RURAL	**21.533**	**791.514**	**21.935**	**927.171**	**-1,8**	**-14,6**
Rural/Integração	3.838	447.898	2.762	550.753	39,0	-18,7
PRONAF	15.992	301.847	16.453	278.237	-2,8	8,5
PRONAF-RA	1.622	24.016	2.149	28.147	-24,5	-14,7
Pronatureza	73	17.021	128	48.214	-43,0	-64,7
Custeio	8	732	443	21.820	-98,2	-96,6
Total Geral	**29.561**	**1.742.606**	**29.861**	**1.620.552**	**-1,0**	**7,5**

Posição 30.06.2010

Quadro 1 – Contratações – Comparação 1º Semestre de 2010 e 2009

No comparativo entre o 1º Semestre de 2010 e de 2009, houve em 2010 redução de 1,0% na quantidade e aumento de 7,5% no valor total das contratações. No entanto, a linha de financiamento do Desenvolvimento Industrial (no setor Empresarial) obteve expressivo índice de aumento no volume contratado neste semestre (180,0%).

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf – Reforma Agrária apresentou redução nas contratações em 2010 com recursos do FCO, causada por fatores exógenos, em especial dificuldades de emissão de certificados/licenças pelo Incra.

As operações de Pescart, Convir, Linha Especial de Financiamento na Região da Fronteira, Lavoura-Pecuária, Irrigação e Drenagem e Proaqua também fazem parte da linha de financiamento de Desenvolvimento Rural/Integração e encerraram o semestre com o montante de R$ 9,9 milhões. O quadro a seguir apresenta as contratações por Programas e linhas de Financiamentos conforme Programação 2010.

(R$ mil)

PROGRAMAS	DF		GO		MS		MT		TOTAL	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
EMPRESARIAL MPE	**1.162**	**68.670**	**3.117**	**159.956**	**1.932**	**80.554**	**1.549**	**85.030**	**7.760**	**394.210**
Desenvolvimento Industrial	112	8.583	447	24.320	174	8.704	124	8.203	857	49.811
Infraestrutura	0	0	0	0	0	0	1	892	1	892
Turismo Regional	205	12.485	425	22.242	380	14.114	289	14.671	1.299	63.513
Comércio e Serviços	845	47.602	2.245	113.394	1.378	57.736	1.135	61.263	5.603	279.994
EMPRESARIAL MGE	**51**	**50.988**	**131**	**117.142**	**34**	**120.372**	**43**	**267.249**	**259**	**555.750**
Desenvolvimento Industrial	20	14.754	72	67.571	15	115.689	14	191.144	121	389.159
Infraestrutura	0	0	0	0	0	0	2	67.502	2	67.502
Turismo Regional	0	0	5	1.509	3	453	2	1.813	10	3.775
Comércio e Serviços	31	36.234	54	48.061	16	4.230	25	6.789	126	95.315
RURAL	**121**	**16.268**	**2.397**	**180.555**	**630**	**138.836**	**647**	**122.460**	**3.795**	**458.120**
Desenvolvimento Rural	112	14.110	2.354	174.077	593	120.981	639	119.836	3.698	429.004
Desenv. Irrigação e Drenagem	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Convir	0	0	0	0	5	6.866	1	1.284	6	8.149
Integração Lavoura-Pecuária	0	0	0	0	1	427	0	0	1	427
Pronatureza	9	2.158	43	6.478	19	8.177	1	141	72	16.954
Retenção de matrizes na planície pantaneira	0	0	0	0	2	1.049	6	1.200	8	2.249
Proaqua	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pescart	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Adeq. sist.prod.pecuário região de fronteira	0	0	0	0	10	1.336	0	0	10	1.336
PRONAF	**559**	**10.601**	**10.065**	**171.189**	**2.177**	**35.205**	**4.813**	**108.869**	**17.614**	**325.863**
PRONAF	485	9.208	9.820	167.854	1.505	23.448	4.182	101.337	15.992	301.847
PRONAF-RA	74	1.393	245	3.334	672	11.757	631	7.532	1.622	24.016
REPASSE	**1**	**100**	**51**	**2.780**	**22**	**1.827**	**59**	**3.955**	**133**	**8.662**
Empresarial										
Desenvolvimento Industrial	0	0	0	0	0	0	3	434	3	434
Turismo Regional	0	0	0	0	1	62	0	0	1	62
Comércio e Serviços	0	0	1	90	1	288	3	258	5	635
Rural										
Desenvolvimento Rural	1	100	50	2.690	19	1.410	53	3.264	123	7.463
Pronatureza	0	0	0	0	1	67	0	0	1	67
Total Geral	**1.894**	**146.627**	**15.761**	**631.621**	**4.795**	**376.795**	**7.111**	**587.563**	**29.561**	**1.742.606**

Posição em 30.06.2010

Quadro 2 – Contratações por Programa, Porte e UF

Contratações em Custeio, Aquisição de Insumos e/ou Matéria-prima e Formação de Estoque para Vendas

(R$ mil)

UF	Rural			Empresarial		
	Limite/Teto	Contratações	% de Ating.	Limite/Teto	Contratações	% de Ating.
DF	8.153	3.131	38,4	32.612	39.743	121,9
GO	90.392	72.431	80,1	90.392	117.074	129,5
MS	23.301	8.836	37,9	54.370	60.184	110,7
MT	64.470	35.346	54,8	64.470	60.274	93,5
Total	**186.316**	**119.743**	**64,3**	**241.843**	**277.274**	**114,7**

Posição: 30.06.2010

Quadro 3 - Contratações em Custeio e Aquisição de Matéria-prima e Insumos

No 1º semestre de 2010, foram contratadas 11.259 operações com custeio, totalizando R$ 119,7 milhões.

O item financiado Aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoque para vendas atingiu o montante de R$ 277,3 milhões, com 6.505 operações contratadas no 1º

Semestre de 2010, distribuídas conforme a seguir: DF - R$ 39,7 milhões; GO - R$ 117,1 milhões; MS - R$ 60,2 milhões; e MT - R$ 60,3 milhões. Em relação ao mesmo período de 2009, houve decréscimo de 3,8% em volume contratado, sendo o maior decréscimo no Estado de Goiás, 12,1%, em volume contratado. Por outro lado, houve incremento no percentual de 12,1%, para o Estado de Mato Grosso do Sul.

A assistência aos mini/micro e pequenos tomadores de financiamento de custeio, nas Linhas de Financiamento do FCO Rural, excetuados a Linha de Financiamento de Conservação da Natureza e o Pronaf, e de aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoques para vendas, nas Linhas de Financiamento do FCO Empresarial, fica limitada, em cada Unidade Federativa, ao montante contratado de financiamentos de investimentos com esse segmento de mini/micro e pequenos tomadores, respeitado o teto de 15% dos recursos previstos para o exercício anual.

Observações:

I. Para o primeiro trimestre do ano, será observado como limite de contratação o valor calculado com base na média mensal das contratações de investimento observadas no período de junho a novembro do ano anterior, multiplicada por três.

II. A partir do segundo trimestre, será observado como limite de contratação o valor acumulado dos investimentos contratados no exercício.

III. Os percentuais de distribuição entre os setores rural e empresarial, definidos pelos Conselhos de Desenvolvimento dos Estados – CDE, são os seguintes:

UF / Setor	DF	GO	MT	MS
FCO Empresarial	80%	50%	50%	50%
FCO Rural	20%	50%	50%	50%
Total	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**

IV. As informações de que tratam as observações I e II serão inseridas mensalmente no Caderno de Informações Gerenciais.

Os limites e tetos definidos na Programação Anual 2010 foram revistos e alterados a partir de agosto de 2010.

Contratações no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf/FCO

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf tem por finalidade promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares. O Programa oferece apoio financeiro às atividades exploradas com emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família, observadas as condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.

No 1º Semestre de 2010, o FCO financiou 15.992 projetos de agricultores familiares, com investimentos totais da ordem de R$ 301,8 milhões, conforme espelha o quadro abaixo, por Unidade da Federação, representando incremento de 8,5% no volume contratado no mesmo período de 2009 (R$ 278,2 milhões):

(R$ mil)

Contratações	DF	GO	MS	MT	TOTAL
Quantidade	485	9.820	1.505	4.182	**15.992**
Valor	9.208	167.854	23.448	101.337	**301.847**

Posição em 30.06.2010

Quadro 4 – Contratações do Pronaf/FCO

O Estado de Goiás destacou-se pelo maior volume de empreendimentos financiados ao abrigo do Pronaf/FCO: com 9,8 mil projetos de agricultores familiares assistidos com recursos do Fundo, correspondentes a 61,4% das operações realizadas no período e investimentos de R$ 167,9 milhões, 55,6% do montante total.

Com relação aos resultados do 1º semestre do exercício anterior, no Distrito Federal foi observado incremento de 14,9% na quantidade de operações, com 485 operações contratadas (422 no mesmo período de 2009), e 56,9% em relação ao montante, totalizando R$ 9,2 milhões (R$ 5,9 milhões no primeiro semestre de 2009).

O demonstrativo a seguir apresenta a quantidade de postos de trabalho gerados ou mantidos em decorrência dos financiamentos realizados com recursos do FCO, no âmbito do Pronaf:

Empregos	DF	GO	MS	MT	TOTAL
Diretos	5.628	27.381	16.471	26.292	**75.772**
Indiretos	8.944	45.157	27.525	44.195	**125.821**
TOTAL	**14.572**	**72.538**	**43.996**	**70.487**	**201.593**

Posição em 30.06.2010

Quadro 5 – Empregos gerados no âmbito do Pronaf

A carteira de financiamento do Pronaf/FCO, com exceção dos agricultores enquadrados no Programa de Reforma Agrária, registrou, em 30.06.2010, saldos totais de R$ 1.507,5 milhões (incremento de 62,2% em relação ao 1º semestre de 2009 – R$ 929,3), assim distribuídos, por atividade produtiva e Unidade da Federação:

(R$ mil)

Setor	DF	GO	MS	MT	TOTAL
Agricultura	4	72	103	412	590
Custeio	10.597	195.113	41.663	84.891	332.264
Investimento	22.596	524.464	120.774	503.399	1.171.234
Pecuária	12	2.254	72	1.072	3.410
TOTAL	**33.209**	**721.902**	**162.613**	**589.774**	**1.507.498**

Em R$ mil, posição em 30.06.2010

Quadro 6 – Saldos do Pronaf

O setor de investimento, com saldos de R$ 1.171,2 milhões, representou 77,7% da carteira do Pronaf/FCO e incremento de 81,8% em relação ao mesmo período de 2009 (R$ 644,2 milhões). Entre as Unidades Federativas, o Estado de Goiás registrou o maior volume de financiamentos de projetos dos agricultores familiares, apresentando saldos da ordem de R$ 721,9 milhões, ao final do semestre. O Mato Grosso apresentou o maior incremento no atendimento aos agricultores familiares (90,5%) em relação ao período anterior, seguido do Distrito Federal

(71,0%). Os Estados de Goiás e Mato Grosso do Sul apresentaram incrementos de 46,2% e 52,9% respectivamente.

Contratações no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Reforma Agrária (Pronaf-RA)

Os valores previstos em cada Unidade Federativa para o Pronaf – Reforma Agrária são aplicados de acordo com a demanda apresentada no Programa, até o percentual estabelecido pela Lei nº 9.126, de 10.11.1995.

Destaque-se que a aplicação nesse Programa não depende apenas do Banco do Brasil, vez que, além da aprovação ou reconhecimento dos projetos pelo Incra, cabe aos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Sustentável – CEDRS, por meio de suas Câmaras Técnicas de Crédito Rural – CTCR, definir:

a) os Projetos de Assentamento do Incra ou Projetos Estaduais e Municipais de Assentamento por este reconhecidos;
b) as famílias beneficiárias do Programa Nacional de Crédito Fundiário do Governo Federal, inclusive do Fundo de Terras e Reforma Agrária, Cédula da Terra e Projeto de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural, aptas a receber os financiamentos.

O Banco do Brasil mantém constante troca de informações com o Ministério do Desenvolvimento Agrário com o objetivo de incrementar as aplicações do Pronaf – Reforma Agrária e, assim, reduzir o volume de recursos do FCO reservados e não utilizados no âmbito do Programa.

Não obstante, em relação ao 1º semestre do exercício anterior, percebe-se redução de 24,5% na quantidade de operações e 14,7% no montante contratado com o público de reforma agrária (R$ 28,1 milhões no mesmo período de 2009).

(R$ mil)

Contratações	DF	GO	MS	MT	TOTAL
Quantidade	74	245	672	631	**1.622**
Valor	1.393	3.334	11.757	7.532	**24.016**

Posição em 30.06.2010

Quadro 7 – Contratações Pronaf -RA

Observou-se incremento no montante contratado no Distrito Federal (186,0%), Goiás (58,5%) e Mato Grosso do Sul (23,5%), em relação ao período anterior. Apenas no Mato Grosso houve queda nas aplicações, de 53,0% em relação ao mesmo período de 2009.

2.3.2. Áreas Responsáveis pela Condução dos Programas e Ações

Conforme artigo 13 da Lei 7.827/89, a administração do FCO será exercida pelo Conselho Deliberativo do Centro-Oeste – CONDEL, pelo Ministério da Integração Nacional e pelo Banco do Brasil.

Cabe ao Banco do Brasil, como agente financeiro, aplicar os recursos e implementar a política de concessão de crédito de acordo com os programas aprovados pelo CONDEL.

2.3.3. Considerações sobre o Atingimento das Metas Físicas e Financeiras

As contratações realizadas com recursos do FCO no primeiro semestre de 2010 atingiram R$ 1.742,6 milhões, ou seja, 41,9% do montante de recursos previstos para o exercício de 2010 (R$ 4.155,9 milhões).

Esse desempenho foi 7,5% superior ao observado no mesmo período de 2009, quando as contratações somaram R$ 1.620,5 milhões.

2.4. Desempenho Operacional

2.4.1. Evolução das Despesas e Receitas

2.4.1.1. Execução Orçamentária

O ano de 2010 iniciou-se com uma disponibilidade de R$ 1.368,3 milhões, remanescente do exercício de 2009, que, somada as demais origens de recursos[1] e deduzidos os recursos comprometidos com parcelas a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores, alcançou R$ 2.856,1 milhões distribuídos no primeiro semestre de 2010, 6,7% acima do previsto (R$ 2.676,7 milhões).

Esse incremento ocorreu, especialmente, em função do resultado operacional do Fundo que foi R$ 23,5 milhões acima do previsto[2] e do retorno dos financiamentos, em mais R$ 90,9 milhões acima do esperado[3], o que reflete a qualidade da carteira de financiamentos com recursos do Fundo concedidos pelo BB e sua eficiência na administração desses recursos.

2.4.1.2. Impactos Sócio-Econômicos

Na avaliação dos impactos sócio-econômicos decorrentes dos financiamentos realizados no período, consoante os dados extraídos dos projetos financiados com recursos do FCO, estima-se a geração/manutenção de cerca de 201,6 mil postos de trabalho na Região, sendo 75,8 mil diretos e 125,8 mil indiretos, favorecida pelos R$ 1.742,6 milhões contratados.

É importante ressaltar que mais da metade desse total contratado (50,6%) beneficiaram empreendimentos conduzidos por mini e pequenos produtores rurais e por micro e pequenas empresas do Centro-Oeste, fato que coloca o FCO como o mais importante instrumento de apoio financeiro para os projetos do segmento de menor porte da Região.

No que se refere à distribuição dos financiamentos, é importante registrar que, dos 466 municípios existentes na Região, 455 (97,6%) contaram com operações do FCO em 2010. Se

[1] Repasses do Tesouro Nacional; Retorno dos Financiamentos; Resultado Operacional
[2] Previsto: R$ 82,7 milhões; Realizado: R$ 106,2 milhões
[3] Previsto: R$ 672,6 milhões: Realizado: R$ 763,6 milhões

considerado o histórico de contratações, todos os municípios já foram beneficiados com financiamentos do FCO.

2.4.1.3. Resultados Financeiro e Operacional

O valor do patrimônio do Fundo observado ao final do primeiro semestre de 2010, da ordem de R$ 13.078,2 milhões, apresentou crescimento de 12,9% nos últimos doze meses.

A carteira de financiamentos do FCO apresentou saldo de R$ 11.524,7 milhões, representando incremento de cerca de 4,8% em comparação com a posição registrada no final do primeiro semestre de 2009 (R$ 11.002,0 milhões).

As disponibilidades totalizaram R$ 1.553.5 mil em 30 de junho de 2010 (R$ 583.664 mil em 30 de junho de 2009), e representam apenas 11,9 % do montante de recursos do FCO (5,0 % em 30 de junho de 2009).

A inadimplência (relação entre as parcelas vencidas dos financiamentos e o saldo da carteira) observada ao final de junho/2010 foi de 3,14%, retraindo em 13,26% o percentual observado na mesma data do ano anterior (3,62%). Considerando o risco de crédito das operações, a inadimplência ficou assim representada no final do ano: risco exclusivo do BB – 0,75%; risco compartilhado entre o BB e o FCO – 3,40%; risco exclusivo do FCO – 23,44%; e risco de terceiros – 52,86%.

2.4.1.4. Diretrizes e Prioridades

Diretrizes

Objetivando atender às diretrizes e orientações gerais estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional – MI, além das diretrizes previstas no art. 3° da Lei n.° 7.827, de 27.09.1989, diversas ações foram desenvolvidas com o intuito de divulgar os programas/linhas de financiamento do FCO, dentre as quais destacamos os seminários FCO Itinerante, que, no primeiro semestre de 2010, foram realizados em mais de 47 localidades:

- Brasília, Sobradinho e Gama, no Distrito Federal;
- Aparecida de Goiânia, Niquelandia, Trindade, Caçu, Minaçu, Senador Canedo, Mozarlândia, Anápolis, Quirinópolis, Barro Alto, Aruanã, Porangatu, Bom Jardim, Hidrolandia, Santa Terezinha, Pirenópolis, São Miguel do Araguaia, Morrinhos, Jaraguá, Jussara, Cachoeira Alta, Goianésia, Cristalina, Jataí, Britânia, Rio Verde, Formosa, Catalão, Orizona e Pires do Rio, em Goiás;
- Matupá, Sorriso, Comodoro, Cáceres, Água Boa, Torixoréu, Juara, Campo Novo dos Parecis e Primavera do Leste, em Mato Grosso; e
- Mundo Novo, Dourados, Aparecida do Taboado, Aquidauana e Rio Brilhante, em Mato Grosso do Sul.

Internamente, foi oferecido tratamento específico às abordagens relacionadas ao FCO, das quais podemos destacar:

- emissão de comunicados periódicos informando os municípios sem contratação no período, enfatizando o objetivo do Fundo Constitucional;
- revisão do fluxo operacional de análises de propostas de financiamento com recursos do FCO;
- especialização de equipe para estudo e análises de propostas com recursos do Fundo nas respectivas instâncias;
- priorização nas análises de projetos de FCO no âmbito das unidades; e
- boletins informativos sobre novidades e noticias sobre FCO, através dos canais de comunicação corporativos.

Outras ações desenvolvidas com o intuito de divulgar os programas/linhas de financiamento do FCO encontram-se detalhadas a seguir:

Distrito Federal

No ano de 2010, a integração do BB com o Conselho de Desenvolvimento Econômico do DF – CDE-DF e o Fórum Produtivo do DF foi muito positiva e permitiu ao Banco presença constante, voltada para a divulgação do FCO, em diversas reuniões e eventos, além do estabelecimento de parcerias, o que resultou em:

- divulgação das Linhas de Crédito do FCO em feiras, exposições e circuito de palestras;
- realização de seminários do FCO Itinerante focado principalmente em mini e pequenos empresários e produtores rurais;
- realização de workshop com a participação das empresas de assistências técnica, responsáveis pela elaboração de propostas e projetos de financiamento;
- disponibilização de funcionário da Superintendência Estadual à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do DF, um dia por semana, para atender aos micro e pequenos empresários no âmbito das Linhas do FCO Empresarial;
- manutenção da dispensa de apreciação pelo CDE DF das cartas-consultas de valor com participação do Fundo até R$ 200 mil, minimizando o tempo de resposta ao cliente e agilizando o processo de crédito, principalmente para os mini e pequenos empresários e produtores rurais, que apresentam propostas de menor valor;
- intensificação da parceria com a Emater – DF, disponibilizando os programas CMR – Cadastramento Rural Massificado e o CFC – Contratação de Financiamento por Convênio, que permite aos parceiros acolher e operacionalizar propostas da Agricultura Familiar, simplificando e agilizando o processo de crédito, gerando maior rapidez no atendimento aos mini e pequenos produtores rurais;
- treinamento de funcionários do Banco do Brasil para o atendimento a Agricultura Familiar, visando melhor integração com os parceiros e maior agilidade nas contratações com recursos do FCO;
- realização de encontros com produtores rurais, Emater-DF, Emater-GO, técnicos agropecuários, superintendência e funcionários de agências com a finalidade de levantar necessidades de crédito e elucidar procedimentos para contratação de operações;
- criação do Coderfap (Comitê de Discussão Empresarial e Rural para Desenvolvimento e Financiamento à Atividade Produtiva do Distrito Federal), tendo como finalidade deliberar sobre as intenções de crédito, aplicação de recursos e discussão de estratégias para o desenvolvimento da atividade produtiva do Distrito Federal e Ride, composto por entidades civis e governamentais do DF e pelo Banco do Brasil; e

- divulgação da Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional, com vistas à implantação, ampliação e modernização de empreendimentos turísticos para a Copa do Mundo de Futebol de 2014.

Goiás

O Banco do Brasil, em Goiás, vem desenvolvendo ações, em conjunto com órgãos governamentais, associações de classe e outras entidades, com vistas a divulgar as condições de financiamento do FCO, consolidando o Fundo como um dos principais motores para o desenvolvimento do Estado, contribuindo para a geração de emprego e renda e para a inclusão social.

A aplicabilidade dos recursos, partindo da estratégia de Desenvolvimento Regional Sustentável – DRS, contribui, significativamente, para a efetivação de seus objetivos, uma vez que é construído junto às bases de produtores rurais, criando condições para o desenvolvimento e a permanência de famílias no campo, com qualidade de vida.

Dentre as ações desenvolvidas no âmbito do Estado de Goiás pelo Banco do Brasil, em conjunto com o Governo Estadual, o Conselho de Desenvolvimento do Estado – CDE-GO e outros parceiros, destacam-se:

- intensificação da estratégia negocial de Desenvolvimento Regional Sustentável – DRS, que tem como principais objetivos geração de trabalho e renda, inclusão dos mini e pequenos produtores e empresas nos mercados consumidores e de trabalho e preservação e recuperação do meio ambiente;
- participação em grupos de trabalho (GT) realizados em conjunto com o CDE para discussão sobre a adoção de procedimentos e ações que possam agilizar a aplicação dos recursos do FCO no Estado, bem como na definição de regras e parâmetros para o direcionamento das aplicações, bem como gestão da inadimplência no FCO;
- participação e envolvimento nos eventos de FCO Itinerante, tanto com palestras quanto com patrocínio e material institucional;
- prestação de atendimento imediato Empresarial/Rural no Banco do Brasil, às demandas priorizadas pelo CDE-GO;
- realização de encontros de trabalho com a participação dos intervenientes que participam das análises das cartas-consulta do FCO rural e empresarial, no Estado, para alinhamento de procedimentos, dirimir dúvidas e acelerar as análises;
- realização de encontro com intercâmbio de experiências na aplicação dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO) e do Centro-Oeste (FCO);
- participação em encontros com objetivo de discutir e evidenciar as oportunidades econômicas que surgem nos municípios na área de influência da Ferrovia Norte-Sul, passíveis de financiamento pelo FCO, dentre as quais: a possibilidade de vendas de matérias-primas para as empreiteiras, prestação de serviços de mecânica, segurança, limpeza e conservação, restaurantes, bares, lanchonetes, hotéis e outros;
- realização de encontros com o Grupo Informal do Pronaf, composto por entidades ligadas a agricultura familiar, governamentais e não governamentais, dentre as quais: Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás – Fetaeg, Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás – Faeg, Secretaria da Agricultura Familiar, Delegacia Federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, Agência Rural, empresas de assistência técnica, dentre outros, com o objetivo de estabelecer formas de atuação junto aos beneficiários do Programa;

- participação em feiras Industriais e Agropecuárias, com exposições das linhas de financiamento do FCO;
- realização de seminários do FCO Itinerante focado principalmente em mini e pequenos empresários e produtores rurais; e
- realização de workshop com a participação das empresas de assistência técnica, responsáveis pela elaboração de propostas e projetos de financiamento.

Mato Grosso

A Superintendência do BB, no Estado de Mato Grosso, em parceria com o Governo Estadual e suas Secretarias, Sebrae, Ministério da Integração Nacional, federações e associações de classe, visando incrementar as aplicações com recursos do FCO, intensificou a divulgação dos programas/linhas de financiamento, por meio das ações abaixo relacionadas, dentre outras:

- participação em fóruns instituídos como Associação Matogrossense dos Municípios – AMM, Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável – CEDRS e Territórios da Cidadania, junto às entidades de classe como Federação dos Trabalhadores na Agricultura – FETAGRI/MT, Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso – FAMATO, Sindicado das Industrias de Laticínio do Estado de Mato Grosso – SINDILAT, Associação dos Produtores de Soja de Mato Grosso – APROSOJA, Fundo de Apoio à Cultura do Algodão – FACUAL e principalmente em parceria com os governos municipais e sociedades civis através dos Consórcios Intermunicipais de Desenvolvimento Econômico e Sócio-Ambiental, os quais são regulamentados e acompanhados pela Secretária de Projetos Estratégicos do Estado e operacionalizados por meio dos Superintendentes de Desenvolvimento ligados à secretária;
- tratamento diferenciado às demandas priorizadas no âmbito dos Conselhos de Desenvolvimento do Econômico do Estado;
- implantação de apreciação e votação virtual de Cartas-Consulta, no âmbito do FCO Rural, em caráter de excepcionalidade;
- realização de seminários do FCO Itinerante focado principalmente em mini e pequenos empresários e produtores rurais;
- realização de workshop com a participação das empresas de assistências técnica, responsáveis pela elaboração de propostas e projetos de financiamento, com objetivo de padronizar procedimentos na apresentação de propostas e projetos para financiamento com recursos do Fundo;
- intensificação da estratégia de Desenvolvimento Regional Sustentável – DRS do BB, em parceria com prefeituras, associações de pequenos produtores, cooperativas, iniciativa privada e, principalmente, com o Governo do Estado, no intuito de fortalecer a cadeia produtiva por meio da concessão de financiamentos com recursos do FCO ao mini e pequeno produtor; e
- participação em feiras e eventos com a divulgação das linhas de financiamento do FCO.

Mato Grosso do Sul

A divulgação dos programas e linhas de crédito do FCO tem sido feita, no Estado de Mato Grosso do Sul, prioritariamente por meio do FCO Itinerante e FCO Itinerante Agricultura familiar, em conjunto com a Secretaria de Estado da Produção, Indústria, Comércio e Turismo – Seprotur, Sebrae e Ministério da Integração Nacional.

Não obstante outras ações desenvolvidas no Estado de MS, com o objetivo de divulgar, dinamizar e incrementar as aplicações com recursos do FCO, destacamos:

- divulgação da linha de crédito do Pronaf Mais Alimentos com recursos do FCO por meio das Caravanas Mais Alimentos no MS, que se constituiu em uma iniciativa de diferentes parceiros do Programa no sentido de divulgá-lo, difundí-lo e fomentá-lo nas regiões de maior concentração de agricultores familiares no Estado de Mato Grosso do Sul, realizada nos municípios polo Dourados[4], Ivinhema[5] e Campo Grande[6], com a participação de aproximadamente 2000 agricultores;
- realização de seminários do FCO Itinerante focado principalmente em mini e pequenos empresários e produtores rurais;
- participação em eventos de divulgação do FCO para os empreendedores individuais recém formalizados;
- participação em eventos de divulgação do FCO para os empreendedores individuais dekasseguis;
- realização de workshop com empresas de assistência técnica rural, tendo como pauta: os conceitos, as formas e critérios para apresentação de propostas; as formas de condução e competências de análise; modelos de propostas e check-list disponíveis no site do BB; condições de financiamento; alinhamento de conceitos e procedimentos para propostas e cartas-consultas; dentre outros;
- apresentações e participações do Banco do Brasil em feiras e eventos divulgando as linhas de financiamento do FCO; e
- manutenção da possibilidade de acolhimento e conferência, pela Superintendência do BB, das cartas-consulta destinadas a propostas de financiamento com recursos do FCO de até R$ 250 mil, dispensadas de apreciação pelo Conselho de Desenvolvimento de Investimentos Financiáveis pelo FCO – CEIF/FCO (Deliberação CEIF/FCO n.° 56, de 12.03.2009).

Prioridades

Prioridades Gerais

a) projetos de apoio à agricultura familiar, incluídos os beneficiários da Política de Reforma Agrária, aos mini e pequenos produtores rurais e às micro e pequenas empresas, suas cooperativas e associações:

No primeiro semestre de 2010, as contratações com mini, micro e pequenos tomadores atingiram o montante de R$ 881,3 milhões (R$ 486,0 milhões no setor rural e R$ 395,3 milhões no setor empresarial), o que representa 50,6% do total contratado na Região (R$ 1.742,6 milhões).

[4] Dourados (31.05.2010) – Municípios do entorno: Rio Brilhante, Douradina, Fátima do Sul, Vicentina, Glória de Dourados, Juti, Jateí, Caarapó, Itaporã, Laguna Caarapã, Maracajú, Ponta Porã, Amambaí e Aral Moreira.

[5] Ivinhema (02.06.2010) – Municípios do entorno: Nova Andradina, Batayporã, Angélica, Deodápolis, Taquarussu, Novo Horizonte, Naviraí, Eldorado, Iguatemi e Mundo Novo.

[6] Campo Grande (06.06.2010) – Municípios do entorno: Jaraguari, Bandeirantes, São Gabriel do Oeste, Camapuã, Terenos, Dois Irmãos do Buriti, Rochedo, Sidrolândia, Nova Alvorada do Sul, Ribas do Rio Pardo, Anastácio e Nioaque.

Representa, ainda, um incremento de 7,6% em relação ao volume observado no mesmo período de 2009, quando foram contratados R$ 819,0 milhões junto a tomadores de menor porte.

Do montante de R$ 1.742,6 milhões contratados de janeiro a junho de 2010, R$ 301,8 milhões foram contratados no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, o que representa um incremento de 8,5% em relação ao montante contratado no 1º semestre do exercício anterior (R$ 278,2 milhões).
Como exemplo, apresentamos abaixo, projeto voltado ao público da Agricultura Familiar e atendido com recursos do FCO Rural:

R$ 179.100,00 — Município: Poconé (MT). Operação contratada pela Associação de Trabalhadores Rurais de Poconé (MT), inserida em projeto concebido com base na Estratégia Negocial de DRS (Desenvolvimento Regional Sustentável), do Banco do Brasil, tendo como atividade a cultura de cana-de-açúcar, onde comunidades locais atuam na produção artesanal de açúcar mascavo e outros derivados. Dez famílias foram beneficiadas com o crédito. O investimento tem o objetivo de melhorar a capacidade produtiva das famílias envolvidas, melhorando a estrutura de produção e a geração de emprego e renda.

No âmbito do Pronaf Reforma Agrária, foram contratados R$ 24,0 milhões, ante os R$ 28,1 milhões contratados no mesmo período do ano anterior. Qualquer incremento nesse número depende de ações em etapas nas quais o Banco do Brasil não tem participação (criação dos assentamentos, escolha dos colonos, emissão das Declarações de Aptidão ao Pronaf – DAP, elaboração dos projetos etc.). Além disso, as demandas ao amparo do Pronaf – RA, originadas pelos órgãos competentes (Incra e Unidades Técnicas Estaduais – UTE's), que se enquadram nas normas regulamentares, são integralmente atendidas pelo Banco do Brasil.

Já a quantidade de operações com mini, micro e pequenos tomadores atingiu 28.074, o que representa 95,0% da quantidade de operações contratadas no 1º semestre de 2010 (29.561).

Esses números evidenciam o atendimento da prioridade em tela, bem como o atendimento das recomendações do Condel/FCO, constantes das alíneas "b" e "j" da Resolução n.° 388, de 29.06.2010, no sentido de o BB incrementar as contratações ao amparo do Pronaf e junto a tomadores de menor porte, lembrando que as ações desenvolvidas pelo Banco do Brasil, em conjunto com o Governo Federal, com os Governos Estaduais e com outros parceiros, para alcançar esse desempenho, encontram-se relacionadas no item 2.4.3 abaixo.

Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade

Qtde.	Valor
28.074	R$ 881,3 milhões

b) projetos com alto grau de geração de emprego e renda e/ou da economia solidária que contribuam para a dinamização do mercado local:

De acordo com os dados informados pelos proponentes dos projetos financiados com recursos do FCO, estima-se em 201,6 mil o número de empregos gerados e/ou mantidos na Região (75,8 mil diretos e 125,8 mil indiretos), no primeiro semestre de 2010.

Se considerado o período de 1989 a 2010, o número de empregos gerados e/ou mantidos na Região, em decorrência das aplicações com recursos do FCO, ultrapassa 2.820,7 mil.

Como exemplo, apresentamos abaixo, alguns projetos que atendem a este quesito:

FCO Empresarial – Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços - Valor: R$ 24.998.000,00 - Geração de 420 empregos, sendo: 170 professores; 150 funcionários administrativos e 100 em serviços de apoio. Geração de empregos indiretos durante o investimento e depois: 1000 aproximadamente. – Ceilândia (DF).
O investimento é para implantação de 01 complexo educacional em Ceilândia-DF, com área total de 25.000m², composto por salas de aulas, laboratórios, administrativo, biblioteca, auditório, estacionamento, móveis e utensílios e equipamentos, com capacidade para aproximadamente 15.000 alunos em 03 turnos.
Trata-se de empreendimento voltado à educação, localizado em Ceilândia (DF), Cidade Satélite que congrega população de baixa renda.
Atende a uma população que não dispõe de facilidades de transporte para frequentar escolas no Plano Piloto, principalmente no período noturno. O projeto também beneficia as cidades de Samambaia, Taguatinga, Águas Claras, Vicente Pires, Brazlândia e Águas Lindas de Goiás.
Ampliará as alternativas da população da região além do estímulo ao desenvolvimento de outros setores da economia, principalmente comércio como papelaria, livraria, foto-copiadoras, serviços de transporte dentre outros.
Os cursos preponderantemente técnicos e com duração média de dois anos propiciam a inserção mais rápida de profissionais capacitados no mercado de trabalho.

FCO Empresarial – Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial - Valor R$ 18.016.574,00 - Geração de 404 empregos diretos – Várzea Grande (MT).
Trata-se de projeto para aquisição de equipamento de linha de engarrafadora de retornáveis, adotando medidas de alinhamento de tendência na diminuição de resina plástica em circulação, contribuindo para ações ambientalmente corretas.

FCO Empresarial – Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços - Valor R$ 4.253.093,10 – Geração de 80 empregos diretos e 400 indiretos – Aparecida de Goiânia (GO).
Foi financiada a construção de uma nova unidade da empresa na rodovia que liga o Estado de Goiás a São Paulo, que possui intenso tráfego.
A empresa atua na prestação de serviços de mecânica, elétrica, lanternagem, pintura, comércio de peças, de assessórios e de lubrificantes para veículos automotores.

FCO Empresarial – Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial – Valor R$ 2.593.160,92 – Geração de 50 empregos diretos – Anápolis – (GO).
O projeto contempla a expansão da empresa que atua na industrialização e comercialização de isolantes térmicos, visando modernizar a produção de blocos de EPS (Poliestireno Expandido - conhecido popularmente como isopor®). A empresa oferece produtos com novas tecnologias para construções residenciais.

FCO Empresarial - FCO Empresarial – Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços - Valor R$ 1.765.977,00 – Geração de 32 empregos diretos – Campo Grande (MS).

Projeto prevê a ampliação da sede da empresa em 1.139 m2, e aumento da área de show-room e depósito.

FCO Rural – Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural – Valor R$ 42.783.110,46 – Geração de empregos: 700 diretos (área indústria e agrícola) e de 2.800 indiretos – Dourados (MS).
A operação foi contratada para produção de cana-de-açúcar, com a finalidade de gerar matéria prima para a indústria da mesma empresa, com o objetivo específico de fabricação de açúcar, álcool e comercialização de energia elétrica. A usina foi implantada com capacidade de moagem de 2,3 milhões de toneladas de cana de açúcar por safra. O complexo agroindustrial tem capacidade para moagem de 2.300.000 t/ano de cana e produção de 208.000.000 litros de álcool/ano. Em 2012, a empresa estima comercializar até 119.750MW de energia excedente.

FCO Rural – Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural – Valor R$ 1.837.283,42 – Geração de empregos: 214 diretos e 136 indiretos – Diamantino (MT).
Projeto de expansão de atual empreendimento que tem como atividade produção agrícola, destacando-se soja e algodão em pluma. Espera-se o aumento da produtividade com correção do solo e a geração de impostos estaduais e federais, sobre a comercialização de grãos, além da expansão de divisas, por intermédio das exportações.

FCO Rural – Linha de Financiamento de Conservação da Natureza – Valor R$ 1.219.242,00 – Geração de empregos: 146 diretos e 96 indiretos – Vila Propício (GO).
Projeto voltado para produção de borracha (cultivo de seringueira), encontrando condições bastante favoráveis para expansão no município.

c) projetos voltados para a preservação e recuperação do meio ambiente, em especial, reflorestamento/recomposição de matas ciliares e recuperação de áreas degradadas:

Criada com o objetivo de incentivar projetos voltados à conservação e à proteção do meio ambiente, à recuperação de áreas degradadas ou alteradas e ao desenvolvimento de atividades sustentáveis, a Linha de Financiamento de Conservação da Natureza teve, no primeiro semestre de 2010, R$ 17,0 milhões de recursos contratados em 73 operações.

Destaque para o Estado de MS, que liderou em volume contratado, com 48,4% (R$ 8,2 milhões) do montante observado na Região, e para GO em quantidade de operações, com 58,9% (43) do total.

Como exemplo, apresentamos abaixo, alguns projetos que atendem a este quesito:

FCO Rural – Linha de Financiamento de Conservação da Natureza – Valor R$ 3.542.893,00 – Geração de empregos: 9 diretos e 70 indiretos – Jaraguari (MS).
A proposta destina-se à implantação de 1.000 ha de floresta de eucalipto para fins energéticos. A produção esperada é de 210.000 m3 de madeira (210 m3/ha).

FCO Rural - Linha de Financiamento de Conservação da Natureza – Valor R$ 449.524,00 – Geração de empregos: 20 diretos e 50 indiretos – Paranaíba (MS).
Projeto voltado para a produção de eucalipto. A região onde está implantado o projeto tem deficiência de madeira legalizada, o que obriga as empresas a buscarem de outras regiões do País, aumentando o valor final do produto. O empreendimento gerará produto, renda e emprego possibilitando, portanto, benefícios econômicos e sociais ao município. A propriedade contará, no

longo prazo, com atividade diversificada, proporcionando aumento de renda. Principais atividades da praça onde será comercializado o produto: frigoríficos de bovinos e aves, laticínios, padarias e secadores de grãos localizados na região de Paranaíba, Inocência, Aparecida do Taboado, Cassilândia e Chapadão do Sul.

FCO Rural – Linha de Financiamento de Conservação da Natureza – Valor R$ 631.908,00 – Geração de empregos: 10 diretos e 10 indiretos – Cachoeira Dourada (GO).
Projeto para implantação de seringueiras: cultura em plena expansão na região.

Por ocasião da 53ª Reunião Ordinária do Condel/FCO, foi aprovada a Resolução n.º 387, de 04.03.2010, a partir da qual é admitido o financiamento de serviços e custos relacionados à regularização ambiental dos imóveis rurais no âmbito da Linha de Financiamento de Conservação da Natureza. Espera-se atender contingente significativo de propriedades rurais pendentes de regularização ambiental, permitindo a continuidade das atividades produtivas.

Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade

Qtde.	Valor
73	R$ 17,0 milhões

d) projetos que utilizam tecnologias inovadoras e/ou contribuam para a geração e difusão de novas tecnologias nos setores empresarial e agropecuário:

Um dos grandes desafios para qualquer atividade no segmento rural ou empresarial é o de manter-se competitiva num mercado de grande concorrência. Faz-se necessário, então, otimizar a capacidade operacional, racionalizar custos e ganhar escala de produção.

Uma das alternativas para o desenvolvimento de tais vantagens competitivas e sustentabilidade dos negócios é o uso de tecnologias inovadoras, com consequente aumento de renda e melhoria do índice de qualidade de vida.

Essas inovações viabilizam melhorias de transporte, comunicação, relacionamento, entretenimento e trabalho, manejo nos tratos agropecuários, preservação do meio ambiente, dentre outras.

Destacamos, abaixo, alguns investimentos financiados que atendem à prioridade:

FCO Empresarial – Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial - Valor R$ 4.560.998,00 – Geração de 9 empregos diretos e 15 empregos indiretos – Brasilia (DF).
O projeto permitiu a modernização do parque gráfico com alta tecnologia, ampliando a capacidade de produção com menores custos com a eliminação de desperdícios, oferecendo diversidade de produtos com alta performance para atender a demanda existente e aumentar a participação no mercado inclusive fora do Distrito Federal.

FCO Empresarial – Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial - Valor R$ 3.785.744,00 – Geração de 15 empregos diretos – Aparecida de Goiânia, Goiânia, Itaberaí, Acreuna, Santa Helena, Rio Verde, Mineiros e Jataí (GO).

O projeto contempla a aquisição de máquinas e equipamentos para montagem em diversas filiais da empresa que atua no ramo de comercio varejista de pneus, amortecedores, molas e freios para automóveis, prestação de serviços de alinhamento, balanceamento, cambagem, recapagem, suspensão, calibragem, industria e serviços de recapagem, vulcanização e duplagem de pneus agrícolas, cargas e fora de estrada.

FCO Empresarial – Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços – Valor R$ 4.639.657,68 - Geração de 12 empregos diretos e 10 empregos indiretos – Goiânia (GO).
O financiamento consistiu na aquisição de novas impressoras multifuncionais. Seus principais clientes são empresas localizadas no Estado de Goiás e no Centro-Oeste.

FCO Empresarial – Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial - Valor R$ 2.032.648,00 – Geração de 8 empregos diretos e 25 empregos indiretos – Senador Canedo (GO).
O projeto abrange construção de nova planta Industrial contendo: 3 galpões, prédios administrativo e operacional, portaria de vigilância, reservatórios de água, casa de bombas e transferência de produtos, parque de tanques, entre outros, com área total construída de 5.270,52 m2, em terreno de 15.961,26 m2, que irá beneficiar também o setor da construção civil na região durante sua execução. O empreendimento visa a relocalização da sede da filial, atualmente no Distrito Industrial de Aparecida de Goiânia (GO), para o Distrito Industrial de Senador Canedo (GO) para atender o crescimento da demanda dos produtos, em função da limitação física das instalações atuais.

FCO Empresarial - Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial - Valor R$ 1.155.520,47 – Geração de 90 empregos diretos – Cuiabá (MT).
Projeto para implantação de sistema de gestão empresarial com a aquisição de software e hardware.

FCO Rural – Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural – Valor R$ 9.114.256,74 – Geração de empregos: 60 diretos e 100 indiretos – Diamantino (MT).
O projeto prevê a construção de unidade armazenadora, utilizando tecnologia de ponta, instalação de rede interna de eletrificação rural e instalação/montagem/ transporte de equipamentos utilizados na unidade armazenadora.

FCO Rural – Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural – Valor R$ 2.521.672,00 – Geração de empregos: 10 diretos e 20 indiretos – Nova Canaã do Norte (MT).
Proposta de investimento com recursos do FCO Desenvolvimento Rural, para aquisição de matrizes e reprodutores com melhoramento genético, construção de cercas, currais, instalação de cochos, bebedouros, aquisição de caminhão, carreta e implementos agrícolas, conjugado com custeio associado.

FCO Rural – Linha de Financiamento de Conservação da Natureza – Valor R$ 484.604,00 – Geração de empregos: 8 diretos e 15 indiretos – Pires do Rio (GO).
Projeto visando elevar o padrão genético do plantel local.

Prioridades Setoriais

a) projetos voltados para a industrialização e/ou beneficiamento de matérias-primas, commodities e produtos primários produzidos na Região:

A verticalização da produção, processo que consiste na estratégia de buscar produzir internamente tudo o que puder, congrega projetos voltados ao beneficiamento e/ou industrialização da produção. Caracteriza-se por agregar valor à cadeia de produção e tem como principais vantagens à promoção da independência de terceiros, maiores lucros, maior autonomia e o domínio sobre tecnologia própria.

Nesse sentido, destacamos alguns projetos financiados que atendem a esta prioridade:

FCO Empresarial – Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial – Valor R$ 15.305.256,80 - Geração de 138 empregos diretos e 540 empregos indiretos – Palmeiras de Goiás (GO).
Financiamento para construção e aquisição de novos equipamentos.

FCO Empresarial – Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial – Valor R$ 1.328.453,00 – Geração de 2 empregos diretos e 5 empregos indiretos – Lucas do Rio Verde (MT).
Financiamento para construção e aquisição de novos equipamentos.

FCO Empresarial – Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial – Valor R$ 2.657.599,73 – Geração de 12 empregos diretos – Rio Verde (GO).
Trata-se de um projeto importante para o desenvolvimento da região sudoeste do estado de Goiás, uma vez que a empresa trabalha no beneficiamento de britas para a construção civil e pavimentação asfáltica, produto até então escasso nesta localidade. Com o projeto a empresa será relocalizada em sede própria e expandirá sua capacidade produtiva, mediante construção civil, aquisição de britador, capital de giro e ainda a exploração de jazida de bazalto própria.

FCO Rural – Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural – Valor R$ 2.635.330,00 – Geração de empregos: 29 diretos – Maracaju (MS).
O projeto destina-se à implantação de unidades modernas de armazenagem de grãos, com silos, secador, pré-limpeza, limpeza, balança e instalações elétricas, visando proporcionar melhores condições de comercialização da safra, reduzir custos com taxas de secagem e armazenagem e descontos em classificação do produto.

FCO Rural – Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural – Valor R$ 6.333.600,00 – Geração de empregos: 78 diretos – Rio Verde (GO).
Projeto voltado para construção de armazém e expansão da capacidade regional de armazenagem, gerando segurança para a comercialização da safra local de grãos.

b) turismo em suas diversas modalidades, especialmente os projetos para implantação, expansão e modernização de empreendimentos turísticos nas cidades-sedes da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e áreas de influência:

O BB participa ativamente dos Fóruns Estaduais de Turismo realizados no Centro-Oeste e mantém presença constante nos eventos desse segmento, divulgando a Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional.

De janeiro a junho de 2010, foram contratadas 1.310 operações num total de R$ 67,4 milhões no âmbito da Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional, incremento de 27,1%, ante os R$ 53,0 milhões contratados no mesmo período de 2009.

Desse montante, R$ 63,6 milhões (94,4%) foram aplicados junto à micro e pequenas empresas.

O Estado de Goiás liderou em volume e quantidade de operações contratadas, com R$ 23,8 milhões em 430 operações.

As informações registradas acima evidenciam o atendimento da prioridade em tela, bem como da recomendação do Condel/FCO, constante da alínea "e" da Resolução n.° 388, de 29.06.2010, de incrementar os financiamentos no âmbito da Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional.

Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade

Qtde.	Valor
1.310	R$ 67,4 milhões

c) projetos dos setores previstos na Linha de Financiamento de Infra-Estrutura Econômica para MPE e para MGE:

Ao final do primeiro semestre de 2010, foram contratados R$ 68,4 milhões ao amparo da Linha de Financiamento de Infra-Estrutura Econômica. É de se destacar que esse volume foi contratado na íntegra no Estado de MT, que, no mesmo período do ano anterior, havia investido R$ 2,1 milhões com recursos do fundo no segmento, dentre os quais podemos citar:

FCO Empresarial – Linha de Financiamento de Infra-Estrutura Econômica para MGE – Valor R$ 62.490.324,00 – Geração de 300 empregos diretos e 2.000 indiretos durante a construção e 10 diretos e 50 indiretos após a conclusão da obra – Indiavaí (MT).
Implantação de pequena central hidroelétrica no rio Jauru, a jusante da Cachoeira da Fumaça, na divisa dos municípios de Indiavaí (MT) e Figueirópolis D'Oeste (MT).
Permitiu os seguintes benefícios sociais e econômicos gerados para a região, segundo informações apresentadas pelo empreendedor:

- Promoção de melhoria do meio sócio-ambiental, pela criação de Área de Preservação Permanente - APP;
- Execução de programa de educação ambiental e comunicação social. Esses dois programas de responsabilidade direta do empreendedor têm como objetivo as comunidades dos municípios de Indiavaí e Figueirópolis D'Oeste. O programa foi formatado para atingir as escolas públicas da região, através de palestras, oficinas para discussão das temáticas vinculadas a sustentabilidade dos sistemas naturais, o aproveitamento dos recursos naturais e suas ponderáveis limitações, os clubes de serviços e autoridades públicas e sociedade;
- Contribuição na promoção do desenvolvimento e dinamização econômica dos municípios da região do Vale do Jauru, do Estado do Mato Grosso e do País, com oferta de energia elétrica e, ainda, pela promoção de efeitos multiplicadores de emprego e renda, com inclusão social; e
- Incremento na arrecadação de tributos de cerca de R$ 1.125 mil/ano.

d) recursos naturais: recuperação de áreas degradadas e em degradação, no conceito de microbacias hidrográficas; conservação e correção do solo; recuperação, renovação e manejo de pastagens:

Vide item "2.4.5.4. Diretrizes e Prioridades", subitem "Prioridades Gerais", alínea "c" retro.

Adicionalmente, para exemplificar, apresentamos abaixo, alguns projetos que atendem a esta prioridade:

FCO Rural – Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural – Valor R$ 2.454.624,00 – Geração de empregos: 20 diretos e 60 indiretos – Tangará da Serra (MT).
Proposta de investimento voltada para a recuperação de pastagens, correção do solo, construções de cercas, galpões e edificações rurais, além da aquisição de matrizes e reprodutores, visando o melhoramento genético.

FCO Rural – Linha de Financiamento de Conservação da Natureza – Valor R$ 518.708,59 – Jaraguari (MS).
Projeto para aproveitamento de áreas degradadas com a implantação de reflorestamento para fins energéticos e madeireiros.

FCO Rural – Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural. Valor R$ 429.528,60 – Ponta Porã (MS).
Projeto para correção de solo, visando elevar a produtividade nas culturas de soja e milho safrinha.

FCO Rural – Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural – Valor R$ 286.880,00 – Ponta Porã (MS).
Projeto para reforma/recuperação de pastagem, visando aumentar a produtividade.

e) projetos agropecuários de produção integrada (aviários e outros):

Destinada a financiar empreendimentos de implantação, ampliação ou modernização de atividades conduzidas em regime de integração, cujo processo produtivo esteja direcionado às necessidades da unidade integradora, a Linha de Financiamento de Desenvolvimento de Sistema de Integração Rural – Convir teve, no primeiro semestre de 2010, R$ 8,2 milhões de recursos contratados.

O Estado de MS liderou em volume de contratações com R$ 6,9 milhões, equivalentes a 84,3% do montante observado na Região, seguido do Estado de MT com R$ 1,3 milhão (15,7%).

Apresentamos abaixo, alguns projetos que atendem a este quesito:

FCO Empresarial – Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial - Valor R$ 17.204.184,00 - Geração de 26 empregos diretos e 1000 empregos indiretos – Nova Marilândia (MT).
Financiamento de construção da unidade de abate de aves e aquisição de máquinas e equipamentos.

FCO Rural – Linha de Financiamento de Desenvolvimento de Sistema de Integração Rural – Valor R$ 3.424.887,12 – Geração de empregos: 4 diretos e 4 indiretos – Jataí (GO).
Projeto contratado ao amparo do BB Convir da Empresa Perdigão.

FCO Rural – Linha de Financiamento de Desenvolvimento de Sistema de Integração Rural – Valor R$ 1.980.507,12 – Itaporã (MS).
Projeto de suinocultura, em regime de integração rural com a Seara Alimentos – Unidade de Dourados (MS).

FCO Rural – Linha de Financiamento de Desenvolvimento de Sistema de Integração Rural – Valor R$ 1.555.000,00 – Geração de empregos: 3 diretos e 56 indiretos –Maracaju (MS).
Projeto para avicultura em regime de integração rural com a Seara Alimentos – Unidade de Sidrolândia (MS). O projeto visa à construção de 03 aviários com capacidade de alojamento de 30.500 matrizes para recria e 4.300 machos, cujo processo produtivo está direcionado às necessidades da unidade integradora. O projeto tem por objetivo produzir matéria-prima, em forma de parceria com a Seara, para abastecer sua agroindústria, tanto para o mercado nacional, como internacional, gerando emprego e renda, com preservação do meio ambiente e diversificando o uso da terra.

FCO Rural – Linha de Financiamento de Desenvolvimento de Sistema de Integração Rural – Valor R$ 1.309.999,59 – Geração de empregos: 1 direto e 10 indiretos – Buriti Alegre (GO).
O projeto foi contratado ao amparo do BB Convir da empresa Abatedouro São Salvador.

FCO Rural – Linha de Financiamento de Desenvolvimento de Sistema de Integração Rural – Valor R$ 623.860,99 – Geração de empregos: 1 direto e 10 indiretos – Itaberaí (GO).
O projeto foi contratado ao amparo do BB Convir da empresa Abatedouro São Salvador.

As informações registradas acima evidenciam o atendimento da prioridade em tela.

Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade

Qtde.	Valor
6	R$ 8,2 milhões

f) projetos de exploração de culturas permanentes e de florestamento e reflorestamento:

Vide item “2.4.5.4. Diretrizes e Prioridades”, subitem “Prioridades Gerais”, alínea “c” retro.

Adicionalmente, para exemplificar, apresentamos abaixo, alguns projetos que atendem a este quesito:

FCO Empresarial – Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial – Valor R$ 76.905.110,17 – Geração de 529 empregos diretos e 1.939 empregos indiretos – Rondonópolis (MT).
Trata-se de cervejaria que produz atualmente, aproximadamente 87.000 hectolitros/mês e consegue abastecer os Estados de MT, MS e GO. Rondonópolis é atualmente uma das principais cidades do país na produção de cerveja. A água utilizada vem de poços artesianos e é tratada integralmente para devolução à natureza. O Grupo Petrópolis adota o projeto AMA (reflorestamento) para plantio de 1,1 milhões de árvores até o final de 2013. Deste total, há previsão de plantio de 100 mil árvores na região de Rondonópolis.

FCO Rural – Linha de Financiamento de Conservação da Natureza – Valor R$ 1.345.490,50 – Geração de empregos: 6 diretos e 12 indiretos – Formosa (GO).
Projeto destinado à formação de floresta de eucalipto, com fins energéticos e madeireiros, visando preservação e recuperação do meio ambiente, além da produção de energia limpa.

FCO Rural – Linha de Financiamento de Conservação da Natureza – Valor R$ 911.178,24 – Alcinópolis (MS).
Projeto para aproveitamento de áreas degradadas com a implantação de reflorestamento para fins energéticos e madeireiros.

FCO Rural – Linha de Financiamento de Conservação da Natureza – Valor R$ 140.579,81 – Geração de empregos: 4 diretos e 4 indiretos – Denise (MT).
Projeto para implantação de 11 ha de seringueiras, onde já existem 20 ha plantados e já em fase de extração, em área com problemas de declínio das atividades econômicas.

FCO Rural – Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural – Valor R$ 6.614.435,36 – Geração de empregos: 40 diretos e 30 indiretos – Cáceres (MT).
Projeto para construção de benfeitorias e aquisição de tratores, caminhões reboques/semi-reboques, carretas, caçambas e implementos agrícolas. O empreendimento contempla a implantação e renovação da cultura de seringueiras, beneficiando várias famílias com melhoria da infraestrutura das propriedades, construção de escolas comunitárias, centro administrativo com ambulatório, contemplando também expansão e modernização do parque de máquinas.

As informações registradas acima evidenciam o atendimento da prioridade em tela, bem como da recomendação do Condel/FCO, constante da alínea “e” da Resolução n.° 388, de 29.06.2010, de incrementar os financiamentos no âmbito da Linha de Financiamento de Conservação da Natureza.

g) empreendimentos dos setores de saúde, industrias gráficas e de Tecnologia da Informação e Comunicação:

FCO Empresarial – Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços – Valor R$ 6.477.254,00 – Geração de 15 empregos diretos – Goiânia (GO).
Expansão das instalações da empresa, aquisição de móveis e equipamentos de alta tecnologia para uso no tratamento oncológico, com destaque para o State of Linear Accelerator – IMRT que oferece o mais moderno tratamento através de radiação, para tratamento de várias formas de câncer.
Empresa que atua no ramo de serviços médicos de radioterapia, oncologia e mastologia.

FCO Empresarial – Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços – Valor R$ 1.062.347,34 - Geração de 9 empregos diretos – Goiânia (GO).
Projeto visa a relocalização, ampliação e modernização da empresa, devido à crescente procura por academias de esporte, dança e ginástica. As novas instalações terão área construída de 1.012,10 m2(atualmente possui 620 m2) num imóvel com área de 579,70m2, que irá beneficiar também o setor da construção civil na região durante sua execução. Atualmente a empresa atende cerca de 10.000 alunos/ano, com a ampliação a capacidade instalada será para atendimento de até 28.000 alunos/ano.

FCO Empresarial – Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial – Valor R$ 4.560.998,00 - Geração de 9 empregos diretos e 15 empregos indiretos – Brasília (DF).
O projeto permitiu a modernização do parque gráfico com alta tecnologia, ampliando a capacidade de produção com menores custos e redução de desperdícios, oferecendo diversidade de produtos com alta performance para atender a demanda existente e aumentar a participação no mercado inclusive fora do Distrito Federal.

FCO Empresarial – Linha de Financiamento de Infra-Estrutura Econômica – Valor R$ 5.012.000,00 – Geração de 71 empregos diretos – Cuiabá (MT).
Finalidade do projeto: aquisição de máquinas e equipamentos para implantação da TV Digital.

FCO Empresarial – Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços - Valor R$ 1.780.290,00 – Sinop (MT).
Sinop é a principal cidade do Norte do Mato Grosso e possui muita demanda na área médica. Este projeto foi ao encontro dessa necessidade.

FCO Empresarial – Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços - Valor R$ 2.608.725,00 - Geração de 10 empregos diretos e 20 empregos indiretos – Rondonópolis (MT).
O projeto torna Rondonópolis polo no atendimento de diagnósticos por imagem com a aquisição de equipamentos de última geração.

FCO Empresarial – Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços - Valor R$ 1.626.707,00 - Geração de 4 empregos diretos e 20 empregos indiretos – Cuiabá (MT).
Projeto para expansão de um dos mais importantes centros de estética na região e comércio varejista de peças de decoração e presentes.

FCO Empresarial – Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços – Valor R$ 1.000.000,00 - Geração de 8 empregos diretos e 4 empregos indiretos – Goiânia (GO).
A empresa é prestadora de serviços educacionais profissionalizantes, ministra cursos de atualização e capacitação de profissionais na área de saúde (enfermagem e nutrição) e ainda cursos de pós-graduação lato-sensu, em convênio com Universidade Católica de Goiás. Com a construção da sede própria, a empresa pretende ampliar sua capacidade instalada de cinco para oito salas de aula, incluindo, também, a instalação de três laboratórios e uma biblioteca, que irá beneficiar também o setor da construção civil na região durante sua execução.

FCO Empresarial – Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços - Valor R$ 5.945.544,00 - Geração de 20 empregos diretos e 10 empregos indiretos – Goiânia (GO).
Trata-se de investimento para implantação em imóvel próprio de uma clínica especializada em cirurgia plástica, reprodução humana e em menor escala nas áreas de otorrino, oftalmo e cirurgia vascular. O hospital terá 20 apartamentos, 8 salas cirúrgicas, auditório para 70 lugares, 20 consultórios, sala de treinamento e 70 vagas de garagem coberta (subsolo 1 e 2), que irá beneficiar também o setor da construção civil na região durante sua execução.

FCO Empresarial – Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços - Valor R$ 3.027.806,23 - Geração de 34 empregos diretos e 6 empregos indiretos – Goiânia (GO).
O empreendimento tem por objetivo se tornar um centro de referência odontológica voltado ao atendimento multidisciplinar de seus pacientes, desde o diagnóstico e planejamento integrados até a execução clínica dos tratamentos reabilitadores. Serão oferecidos atendimentos em diversas especialidades, dentre as quais citamos: endodontia, dentística ou odontologia estética, ortodontia, implantodontia, prótese dentária, disfunção temporomandibular e dor orofacial, oclusão, periodontia e odontopediatria. A mão-de-obra especializada será recrutada no município de Goiânia (GO).

FCO Empresarial – Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços – Valor R$ 2.217.862,00 - Geração de 4 empregos diretos – Anápolis (GO).
A clínica CTO Imagem e Medicina foi constituída em 2003, é especializada na prestação de serviços médicos como: consultas, procedimentos ambulatoriais e exames para diagnóstico por imagens. O projeto contempla a ampliação e a modernização dos serviços prestados pela empresa para comunidade Anapolina e aos pacientes com a aquisição de novos e modernos equipamentos.
O investimento realizado pela empresa é de grande relevância para a região e em particular para o município local. Com a realização dos investimentos, a população local contará com a ampliação de um serviço especializado na área médica. É, também, relevante pela abertura de mais vagas no mercado de trabalho, gerando mais empregos diretos e indiretos, além de gerar maior arrecadação de impostos.

Prioridades Espaciais

a) projetos que contribuam para a redução das desigualdades regionais, sobretudo os estruturantes e os vinculados a arranjos produtivos locais, nas seguintes áreas:

- *de menor nível de desenvolvimento com indicadores sociais e econômicos abaixo da média da região, segundo os critérios da PNDR;*
- *de fronteiras com países limítrofes, vulneráveis do ponto de vista econômico, social e ambiental, em especial na cidade de Ponta Porã (MS);*
- *estagnadas ou com problemas de declínio das atividades econômicas; e*
- *potencialmente dinâmicas ou com vantagens potenciais inexploradas.*

As aplicações em municípios de economia estagnada ou dinâmica saltaram de R$ R$ 802,9 milhões no primeiro semestre de 2009 para R$ 985,7 milhões no primeiro semestre de 2010, o que representa um incremento de 22,8%.

Já as aplicações em municípios da Faixa de Fronteira saltaram de R$ 216,2 milhões de janeiro a junho de 2009 para R$ 433,9 milhões no mesmo período de 2010, o que representa um acréscimo de 100,7%.

Dentre as principais ações que influenciaram esse desempenho, podem ser citadas a expansão da estratégia de negócios do Desenvolvimento Regional Sustentável – DRS aos beneficiários do FCO e os Seminários FCO Itinerante.

FCO Empresarial – Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços – Valor R$ 1.427.000,00 – Geração de 175 empregos diretos, mais 52 indiretos – Rio Verde (GO).

Parte integrante do projeto Perdigão – Rio Verde, Mineiros, Jataí e Itumbiara – GO com utilização de mão de obra local e desenvolvimento de cadeia de fornecedores locais.

FCO Empresarial – Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial – Valor de R$ 1.400.000,00 - Geração de 23 empregos diretos e 18 empregos indiretos – Itumbiara (GO).
A empresa Goyaz Britas Ltda, com matriz no município de Panamá (GO), foi constituída em 1999 e atua na exploração de rochas de basalto para extração e beneficiamento de britas e pedras em geral. Funciona em imóvel próprio com jazida de basalto de cerca de mais de 25 anos de vida útil. O financiamento abrange a aquisição de máquinas/equipamentos e veículos e capital de giro para iniciar as atividades da filial 1 em Itumbiara (GO). A empresa possui mais duas filiais, em Santa Helena de Goiás (GO) e Itumbiara (GO), esta com atividade agropecuária.

FCO Empresarial – Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial - Valor R$ 23.139.694,90 - Geração de 40 empregos diretos – Campo Verde (MT).
É o maior projeto de FCO envolvendo cooperativas em 2010 da região. O empreendimento beneficiará a fiação de algodão da região e pretende fazer uso da matéria-prima local.

FCO Empresarial – Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial – Valor R$ 62.878.535,20 – Geração de 80 empregos diretos e 320 indiretos durante o investimento e 400 empregos diretos e 1.200 indiretos depois.
O investimento contempla a construção de galpão industrial, a aquisição de máquinas e equipamentos e a fundação de 17 mil hectares de lavoura de cana-de-açucar, o que permitirá a moagem de 1.500 mil toneladas de cana/safra, trazendo desenvolvimento econômico para a região e aumento da arrecadação de impostos.

As informações registradas acima evidenciam o atendimento da prioridade em tela, bem como da recomendação do Condel/FCO, constante da alínea “d” da Resolução n.° 388, de 29.06.2010, de incrementar as aplicações nas microrregiões classificadas pela Tipologia da PNDR como dinâmicas ou estagnadas.

Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade

	Qtde.	Valor
Municípios de economia estagnada ou dinâmica	18.104	R$ 985,7 milhões
Municípios da Faixa de Fronteira	4.826	R$ 433,9 milhões
Município de Ponta Porã (MS)	203	R$ 6,7 milhões

b) financiamentos de projetos localizados na Mesorregião de Águas Emendadas e na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE (exceto os municípios localizados no Estado de Minas Gerais, que não são beneficiários dos recursos do FCO):

As contratações na Mesorregião de Águas Emendadas atingiram R$ 159,5 milhões de janeiro a junho de 2010, 16,6% superior ao contratado no mesmo período de 2009 (R$ 136,8 milhões).

Desse total, R$ 123,9 milhões, equivalentes a 77,7%, foram contratados com produtores rurais, ratificando a forte vocação da Região Centro-Oeste para o Agronegócio, e R$ 129,3 milhões

(81,1%) foram contratados com tomadores de menor porte, atendendo, assim, à prioridade estabelecida pelo CONDEL/FCO.

Na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (exceto nos municípios localizados no Estado de Minas Gerais), foram formalizadas 1.894 operações no montante de R$ 146,6 milhões. Desse montante, 1.088 operações no valor de R$ 106,8 milhões beneficiaram o DF e 806 operações no valor de R$ 39,8 milhões beneficiaram o Entorno.
Apresentamos, abaixo, algumas operações que atenderam à prioridade:

FCO Empresarial – Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial – Valor R$ 4.560.998,00 – Geração de 9 empregos diretos e 15 empregos indiretos – Brasília (DF).
Modernização do parque gráfico com aquisição de equipamentos de alta tecnologia, ampliando a capacidade de produção com menores custos e eliminação de desperdícios. Permitirá oferecer diversidade de produtos para atender a demanda existente e aumentar a participação no mercado inclusive fora do Distrito Federal.

FCO Empresarial – Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços – Valor R$ 1.000.000,00 - Geração de 20 empregos diretos – Brasília (DF).
A referida operação favoreceu a criação de uma nova empresa do ramo de academia de ginástica na Asa Norte, Brasília (DF).

FCO Empresarial – Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial - Valor R$ 2.375.141,55 - Geração de 90 empregos diretos e 700 empregos indiretos – Luziânia (GO).
O empreendimento propiciará a redução de custos e tempo no processo.

FCO Rural – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Valor R$ 99.746,71 – Geração de empregos: 5 diretos e 9 indiretos – Brazlândia (DF).
Operação contratada para aquisição de trator e implementos agrícolas para beneficiamento da cultura de morango irrigado na região de Brazlândia (DF).

FCO Rural – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Valor R$ 98.930,90 – Geração de empregos: 4 diretos e 7 indiretos – Brazlândia (DF).
Projeto que tem por objetivo a melhoria do processo produtivo e beneficiamento da horticultura, além de dinamização do mercado local e geração de renda.

FCO Rural – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Valor R$ 95.429,13 – Geração de empregos: 7 diretos e 10 indiretos – Paranoá (DF).
Operação contratada para aquisição de trator e implementos agrícolas, visando beneficiamento da horticultura.

FCO – Programa de Desenvolvimento Rural – Valor R$ 91.800,00 – Geração de emprego: 15 diretos e 17 indiretos – Planaltina (DF).
Operação contratada com a finalidade de elevar o índice de produtividade e qualidade dos produtos oriundos da propriedade, nas seguintes atividades: bovinocultura, piscicultura e avicultura.

Os dados registrados acima evidenciam o atendimento da prioridade em tela.

Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade

	Qtde.	Valor
Municípios da Mesorregião de Águas Emendadas	4.251	R$ 159,5 milhões
Municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno - RIDE	1.894	R$ 146,6 milhões

2.4.1.5. Cumprimento dos Indicadores e Metas de Desempenho

Indicadores de Desempenho

O Conselho Deliberativo do Fundo – Condel/FCO criou, por meio da Resolução n.° 319, de 14.09.2007, os seguintes indicadores de desempenho, com o objetivo de aprimorar e monitorar a gestão do FCO:

a) Índice de Incremento de Contratações

Índice de eficiência e efetividade, cujo objetivo é avaliar a evolução das contratações em relação ao exercício anterior:

IIC = VCE/VCEA, onde VCE = Valor Contratado no Exercício Atual e VCEA = Valor Contratado no Exercício Anterior;

b) Índice de Contratações com Menor Porte

Índice de eficácia e efetividade, cujo objetivo é avaliar o grau de alcance da prioridade do Ministério da Integração Nacional de apoiar os mini e pequenos produtores rurais e as micro e pequenas empresas:

ICMP = VCMP/VCT, onde VCMP = Valor Contratado com Tomadores de Menor Porte no Exercício Atual e VCT = Valor Contratado Total no Exercício Atual;

c) Índice de Inadimplência

Índice de eficácia e efetividade, cujo objetivo é monitorar o índice da inadimplência das operações de financiamento e a eficácia das medidas adotadas para revertê-lo:

II = SPV/SDT, onde SPV = Saldo Devedor das Parcelas Vencidas (Risco 100% BB) e SDT = Saldo Devedor Total das Operações de Financiamento (Risco 100% BB);

d) Índice de Cobertura das Contratações no Exercício

Índice de eficácia, cujo objetivo é avaliar o atingimento da recomendação do Condel/FCO de estender os benefícios do Fundo a todos os municípios da Região Centro-Oeste:

ICCE = MOC/MR, onde MOC = Municípios com Operações Contratadas e MR = Municípios da Região Centro-Oeste;

e) Índice de Operações com Novos Beneficiários no Exercício Atual

Índice de eficácia e efetividade, cujo objetivo é avaliar o acesso de novos beneficiários aos recursos do FCO:

ICNB = VCNB/VCT, onde VCNB = Quantidade de Operações com Novos Beneficiários e VCT = Quantidade de Operações Contratadas Total;

f) Índice de Aplicação

Índice de eficiência, cujo objetivo é avaliar a evolução do volume de contratações em relação aos valores distribuídos:

IA = VCT/VDE, onde VCT = Valor Contratado Total e VDE = Valor Distribuído no Exercício;

g) Índice de Contratações por UF

Índice de eficiência e eficácia, cujo objetivo é avaliar o alcance dos percentuais de distribuição de recursos previstos para cada Unidade Federativa:

ICUF = VCUF/VCT, onde VCUF = Valor Contratado nas Unidades Federativas e VCT = Valor Contratado Total;

h) Índice de Contratações por Setor

Índice de eficiência, cujo objetivo é avaliar o valor contratado em cada setor em relação ao total contratado no exercício:

ICS = VCS/VCT, onde VCS = Valor Contratado por Setor (Empresarial ou Rural) e VCT = Valor Contratado Total;

i) Índice de Tempo Médio de Contratação

Índice de eficiência, cujo objetivo é avaliar a redução do tempo médio de atendimento das propostas em relação ao exercício anterior:

ITM = TME/TMEA, onde TME = Tempo Médio de Atendimento das Propostas no Exercício Atual e TMEA = Tempo Médio de Atendimento das Propostas no Exercício Anterior;

j) Índice de Originação de Demanda

Índice de eficácia e efetividade, cujo objetivo é avaliar a evolução da Originação de demanda em relação ao exercício anterior:

IOD = VOE/VOEA, onde VOE = Valor Total da Demanda Originada no Exercício Atual e VOEA = Valor Total da Demanda Originada no Exercício Anterior.

Metas de Desempenho

O Conselho Deliberativo do Fundo – Condel/FCO definiu, por meio da Resolução n.° 383, de 04.03.2010, as seguintes metas de desempenho para o exercício de 2010:

Alínea	Indicadores		Metas
a)	Índice de Incremento de Contratações		11,00%
b)	Índice de Contratações com Menor Porte		51,00%
c)	Índice de Inadimplência		2,00%
d)	Índice de Cobertura de Contratações no Exercício		100,00%
e)	Índice de Operações com Novos Beneficiários no Exercício atual		25,00%
f)	Índice de Aplicação		85,00%
g)	Índice de Contratações por UF	DF	19,00%
		GO	29,10%
		MT	29,10%
		MS	23,70%
h)	Índice de Contratações por Setor	Rural	44,30%
		Empresarial	55,70%
i)	Índice de Tempo Médio de Contratação		40 dias
j)	Índice de Originação de Demanda		11,00%

Resultados dos Indicadores e Metas de Desempenho

a) Índice de Incremento de Contratações (IIC = 7,5%)

b) Índice de Contratações com Menor Porte (ICMP = 50,6%)

c) Índice de Inadimplência (II = 0,75%)

d) Índice de Cobertura das Contratações no Exercício (ICCE = 59,2%)

e) Índice de Operações com Novos Beneficiários no Exercício Atual (ICNB = 30,0%)

f) Índice de Aplicação (IA = 59,2%)

g) Índice de Contratações por UF (ICDF = 8,4%, ICGO = 36,31%, ICMT = 33,7% e ICMS = 21,6%)

h) Índice de Contratações por Setor (ICS Rural = 45,4% e ICS Empresarial = 54,6,%)

i) Índice de Tempo Médio de Contratação (28 dias)

j) Índice de Originação de Demanda (IOD = 133,0%)

2.4.2. Indicadores e Análise de Desempenho

O Conselho Deliberativo do Fundo – Condel/FCO criou, por meio da Resolução n° 319, de 14.09.2007 os indicadores de desempenho e por meio da Resolução n° 383, de 04.03.2010, as metas de desempenho para 2010, com o objetivo de aprimorar e monitorar a gestão do FCO.

O Banco do Brasil, em conjunto com o Ministério da Integração Nacional, iniciou tratativas para contratação de entidade especializada para a realização de estudos e pesquisas com o objetivo de definir indicadores e metas para avaliação dos impactos econômicos e sociais dos financiamentos concedidos com recursos do FCO.

Dados gerais do indicador	
Nome do Indicador	**Índice de Incremento de Contratações**
Objetivo do Indicador	Índice de eficiência e efetividade, cujo objetivo é avaliar a evolução das contratações em relação ao exercício anterior
Tipo	
Área responsável	Banco do Brasil – Diretoria de Governo
Fórmula de cálculo e método de medição	IIC = VCE/VCEA, onde VCE = Valor Contratado no Exercício Atual e VCEA = Valor Contratado no Exercício Anterior;
Fonte dos dados	Sistemas corporativos do Banco do Brasil.
Evolução dos resultados do indicador	
Meta para o exercício a que se refere o Relatório	Resultado no exercício a que se refere o relatório
11,0% (0,11)	IIC=0,075

Avaliação do Resultado de 2010
O incremento de contratações verificado no 1º semestre de 2010 em relação ao 1º semestre de 2010 foi de 7,5%, abaixo da meta estabelecida.

Dados gerais do indicador	
Nome do Indicador	**Índice de Contratações com Menor Porte**
Objetivo do Indicador	Índice de eficácia e efetividade, cujo objetivo é avaliar o grau de alcance da prioridade do Ministério da Integração Nacional de apoiar os mini e pequenos produtores rurais e as micro e pequenas empresas
Tipo	
Área responsável	Banco do Brasil – Diretoria de Governo
Fórmula de cálculo e método de medição	ICMP = VCMP/VCT, onde VCMP = Valor Contratado com Tomadores de Menor Porte no Exercício Atual e VCT = Valor Contratado Total no Exercício Atual;
Fonte dos dados	Sistemas corporativos do Banco do Brasil.
Evolução dos resultados do indicador	
Meta para o exercício a que se refere o Relatório	Resultado no exercício a que se refere o relatório
51,0%	ICMP=0,5057
Avaliação do Resultado de 2010	
As contratações com os segmentos de mini e pequenos produtores rurais e micro e pequenas empresas atingiram o montante de R$ 881,3 milhões, o que representa 50,6% do total contratado na Região (R$ 1.742,6 milhões), o que denota a priorização do segmento, uma vez que detêm mais da metade dos recursos contratados. Representa, ainda, um incremento de 7,6% em relação ao volume observado em 2009 (R$ 819,0 milhões). As ações desenvolvidas pelo Banco do Brasil, em conjunto com o Governo Federal, com os Governos Estaduais e com outros parceiros, para alcançar esse desempenho, encontram-se relacionadas no item 2.4.3.	

Dados gerais do indicador	
Nome do Indicador	**Índice de Inadimplência**
Objetivo do Indicador	Índice de eficácia e efetividade, cujo objetivo é monitorar o índice da inadimplência das operações de financiamento e a eficácia das medidas adotadas para revertê-lo
Tipo	
Área responsável	Banco do Brasil – Diretoria de Governo
Fórmula de cálculo e método de medição	II = SPV/SDT, onde SPV = Saldo Devedor das Parcelas Vencidas (Risco 100% BB) e SDT = Saldo Devedor Total das Operações de Financiamento (Risco 100% BB)
Fonte dos dados	Sistemas corporativos do Banco do Brasil.
Evolução dos resultados do indicador	
Meta para o exercício a que se refere o Relatório	Resultado no exercício a que se refere o relatório
2,0%	II=0,007
Avaliação do Resultado de 2010	
O índice de inadimplência das operações contratadas com risco exclusivo do Banco (relação entre as parcelas vencidas e o saldo devedor das operações) observado ao final do semestre foi de 0,75%, portanto inferior à meta estabelecida pelo Condel de até 2,0% e ao índice observado no exercício anterior de 1,51%. Para alcançar esse desempenho, o Banco do Brasil possui uma Diretoria de Reestruturação de Ativos Operacionais, para atuar exclusivamente na condução, cobrança e recuperação de créditos e evitar o crescimento do índice de inadimplência das operações realizadas, além de desenvolver ações para reduzi-lo ainda mais. Algumas ações em desenvolvimento para garantir o retorno dos recursos aplicados e reduzir o índice de inadimplência do FCO são: a intensificação da cobrança de dívidas de menor valor pela Central de Atendimento – CABB; a utilização pelas Agências de ferramenta que permite a identificação e o	

gerenciamento do atraso por cliente; e o esforço adicional na utilização de empresas de cobrança terceirizadas.
A prerrogativa de reprogramação de dívidas no âmbito do FCO Empresarial, com os mesmos encargos financeiros antes pactuados no instrumento de crédito, e a possibilidade de ampliação dos prazos de carência e de reposição em até 50% dos prazos máximos definidos para a(s) Linha(s) também contribuem para que o Banco do Brasil possa reduzir as operações vencidas.
Já a situação das operações de FCO Rural está relacionada às constantes decisões governamentais no sentido de prorrogar as parcelas, desde 2006, o que deixa os produtores rurais na expectativa dessas medidas. O Banco do Brasil vem cumprindo rigorosamente essas decisões, de forma que as operações que se enquadram nas normas sejam atendidas.
Com essas ações, o BB atende às recomendações do Condel, constantes da alínea "f" da Resolução n.° 388, de 29.06.2010, de adotar procedimentos para a regularização das operações vencidas e redução dos valores levados a prejuízo.

Dados gerais do indicador	
Nome do Indicador	**Índice de Cobertura das Contratações no Exercício**
Objetivo do Indicador	Índice de eficácia, cujo objetivo é avaliar o atingimento da recomendação do Condel/FCO de estender os benefícios do Fundo a todos os municípios da Região Centro-Oeste
Tipo	
Área responsável	Banco do Brasil – Diretoria de Governo
Fórmula de cálculo e método de medição	**ICCE = MOC/MR**, *onde MOC = Municípios com Operações Contratadas e MR = Municípios da Região Centro-Oeste*
Fonte dos dados	Sistemas corporativos do Banco do Brasil.
Evolução dos resultados do indicador	
Meta para o exercício a que se refere o Relatório	Resultado no exercício a que se refere o relatório
100,0%	ICCE=0,976
Avaliação do Resultado de 2009	
Em 2010, dos 466 municípios existentes na Região Centro-Oeste, 455 (97,6%) contaram com operações de FCO. Apenas 11 municípios não tiveram operações contratadas no primeiro semestre de 2010: Novo Gama e Santo Antônio de Goiás, em Goiás; Ladário, em Mato Grosso do Sul; e Bom Jesus do Araguaia, Feliz Natal, Itanhangá, Rondolândia, Santa Carmen, Santa Rita do Trivelato, Serra Nova Dourada e União do Sul, em Mato Grosso. Não obstante, o BB vem envidando esforços no sentido de atender à meta estabelecida pelo Condel de contratar operações do FCO em 100% dos municípios da Região, bem como à recomendação do Condel de estender os benefícios do FCO a todos os municípios da Região. Dentre as ações desenvolvidas, destacam-se os Seminários FCO Itinerante (item 2.4.1.4. Diretrizes e Prioridades, subitem "Diretrizes").	

Dados gerais do indicador	
Nome do Indicador	**Índice de Operações com Novos Beneficiários no Exercício Atual**
Objetivo do Indicador	Índice de eficácia e efetividade, cujo objetivo é avaliar o acesso de novos beneficiários aos recursos do FCO
Tipo	
Área responsável	Banco do Brasil – Diretoria de Governo
Fórmula de cálculo e método de medição	**ICNB = VCNB/VCT**, *onde VCNB = Quantidade de Operações com Novos Beneficiários e VCT = Quantidade de Operações Contratadas Total*
Fonte dos dados	Sistemas corporativos do Banco do Brasil.
Evolução dos resultados do indicador	
Meta para o exercício a que se refere o Relatório	Resultado no exercício a que se refere o relatório
25,0%	ICNB=0,30

Avaliação do Resultado de 2010
Do total de 29.561 operações contratadas no primeiro semestre de 2010, 8.870 (30,0%) foram contratadas com novos beneficiários. As ações desenvolvidas pelo Banco do Brasil, em conjunto com o Governo Federal, com os Governos Estaduais e com outros parceiros, para incrementar esse número e atingir a meta definida pelo Condel, encontram-se relacionadas no item 2.4.3.

Dados gerais do indicador	
Nome do Indicador	**Índice de Aplicação**
Objetivo do Indicador	Índice de eficiência, cujo objetivo é avaliar a evolução do volume de contratações em relação aos valores distribuídos
Tipo	
Área responsável	Banco do Brasil – Diretoria de Governo
Fórmula de cálculo e método de medição	**IA = VCT/VDE**, *onde VCT = Valor Contratado Total e VDE = Valor Distribuído no Exercício*
Fonte dos dados	Sistemas corporativos do Banco do Brasil.
Evolução dos resultados do indicador	
Meta para o exercício a que se refere o Relatório	Resultado no exercício a que se refere o relatório
85,0%	IA=0,592
Avaliação do Resultado de 2010	
As contratações realizadas com recursos do FCO de janeiro a junho de 2010 atingiram R$ 1.742,6 milhões, ou seja, 59,2% do montante de recursos distribuídos no exercício para aplicação (R$ 2.945,1 milhões). Com essas contratações, a carteira de financiamentos do FCO, atingiu o saldo total de R$ 11.524,7 milhões, 4,8% superior à posição registrada no final do mês de junho de 2009 (R$ 11.002,0 milhões).	

Dados gerais do indicador	
Nome do Indicador	**Índice de Contratações por UF**
Objetivo do Indicador	Índice de eficiência e eficácia, cujo objetivo é avaliar o alcance dos percentuais de distribuição de recursos previstos para cada Unidade Federativa
Tipo	
Área responsável	Banco do Brasil – Diretoria de Governo
Fórmula de cálculo e método de medição	**ICUF = VCUF/VCT**, *onde VCUF = Valor Contratado nas Unidades Federativas e VCT = Valor Contratado Total*
Fonte dos dados	Sistemas corporativos do Banco do Brasil.
Evolução dos resultados do indicador	
Meta para o exercício a que se refere o Relatório	Resultado no exercício a que se refere o relatório
DF 19,0% GO 29,1% MT 29,1% MS 23,7%	ICDF=0,084 ICGO=0,362 ICMT=0,337 ICMS=0,216
Avaliação do Resultado de 2010	
O Estado de GO liderou em volume de contratações com R$ 631,6 milhões, equivalentes a 36,2% do montante observado na Região (R$ 1.742,6 milhões), seguido por MT com R$ 587,6 milhões (33,7%), MS com R$ 376,8 milhões (21,6%) e DF com R$ 146,6 milhões (8,4%). Cabe destacar a performance do Estado de MT, cujas contratações saltaram de R$ 459,7 milhões no primeiro semestre de 2009 para R$ 587,6 milhões no mesmo período de 2010 (incremento de 27,8%) e cuja participação passou de 28,4% para 33,7%. Destaca-se, ainda, que, no Distrito Federal, a demanda por recursos do FCO concentra-se principalmente nos setores comercial e de serviços, para os quais os recursos são limitados por dispositivo legal e, portanto, escassos. Outro fator que comprometeu o desempenho das aplicações no DF está relacionado à apresentação de garantias, no tocante à comprovação da titularidade tanto dos imóveis rurais quanto dos urbanos.	

Dados gerais do indicador	
Nome do Indicador	**Índice de Contratações por Setor**
Objetivo do Indicador	Índice de eficiência, cujo objetivo é avaliar o valor contratado em cada setor em relação ao total contratado no exercício
Tipo	
Área responsável	Banco do Brasil – Diretoria de Governo
Fórmula de cálculo e método de medição	**ICS = VCS/VCT**, *onde VCS = Valor Contratado por Setor (Empresarial ou Rural) e VCT = Valor Contratado Total*;
Fonte dos dados	Sistemas corporativos do Banco do Brasil.
Evolução dos resultados do indicador	
Meta para o exercício a que se refere o Relatório	Resultado no exercício a que se refere o relatório
Rural 44,3% Empresarial 55,7%	ICS Rural=0,454 ICS Empres=0,546
Avaliação do Resultado de 2010	
Do montante de R$ 1.742,6 milhões, R$ 791,5 milhões (45,4%) foram contratados com o setor rural e R$ 951,1 milhões (54,6%) com o setor empresarial.	

Dados gerais do indicador	
Nome do Indicador	**Índice de Tempo Médio de Contratação**
Objetivo do Indicador	Índice de eficiência, cujo objetivo é avaliar a redução do tempo médio de atendimento das propostas em relação ao exercício anterior
Tipo	
Área responsável	Banco do Brasil – Diretoria de Governo
Fórmula de cálculo e método de medição	**ITM = TME/TMEA**, *onde TME = Tempo Médio de Atendimento das Propostas no Exercício Atual e TMEA = Tempo Médio de Atendimento das Propostas no Exercício Anterior*;
Fonte dos dados	Sistemas corporativos do Banco do Brasil.
Evolução dos resultados do indicador	
Meta para o exercício a que se refere o Relatório	Resultado no exercício a que se refere o relatório
40 dias	0,168
Avaliação do Resultado de 2010	
No 1º semestre de 2010 verificou-se o mesmo resultado apresentado no exercício de 2009, ou seja, a média obtida para operações rurais foi de 22 dias e para operações empresariais de 31 dias. O tempo médio apurado no período foi de 28 dias.	

Dados gerais do indicador	
Nome do Indicador	**Índice de Originação de Demanda**
Objetivo do Indicador	Índice de eficácia e efetividade, cujo objetivo é avaliar a evolução da Originação de demanda em relação ao exercício anterior
Tipo	
Área responsável	Banco do Brasil – Diretoria de Governo
Fórmula de cálculo e método de medição	**IOD = VOE/VOEA**, *onde VOE = Valor Total da Demanda Originada no Exercício Atual e VOEA = Valor Total da Demanda Originada no Exercício Anterior*.
Fonte dos dados	Sistemas corporativos do Banco do Brasil.
Evolução dos resultados do indicador	

Meta para o exercício a que se refere o Relatório	Resultado no exercício a que se refere o relatório
11,0%	IOD=2,330
Avaliação do Resultado de 2010 No 1º semestre de 2010, verificou-se um incremento na originação de demanda na ordem de 133,0% em relação ao mesmo período do exercício anterior.	

2.4.3. Ações proativas para dinamizar as aplicações

Para alcançar o desempenho retratado nos itens anteriores, diversas ações têm sido desenvolvidas pelo Banco do Brasil, Ministério da Integração Nacional, Governos Estaduais e do Distrito Federal, Conselho Deliberativo do FCO, entre outros parceiros. Muitas delas foram iniciadas e/ou aprovadas nos exercícios anteriores e estendidas ao 1º Semestre de 2010. Merecem destaque as seguintes:

- repasse de recursos a outras instituições (item 2.4.1.5. Diretrizes e Prioridades, subitem "Diretrizes", alínea "a" retro);

- intensificação da divulgação dos programas/linhas de financiamento, especialmente por meio dos Seminários FCO Itinerante (item 2.4.1.5. Diretrizes e Prioridades, subitem "Diretrizes", alínea "b" retro);

- aperfeiçoamento da legislação do Fundo (redução dos encargos financeiros[7], por meio do Decreto n° 6.367, de 30.01.2008, e ampliação do limite de financiamento dos setores comercial e de serviços de 10% para 20% dos recursos previstos em cada ano, por meio da Medida Provisória n° 432, de 27.05.2008, convertida na Lei n° 11.775, de 17.09.2008);

- revisão das condições de financiamento do FCO pelo Conselho Deliberativo do Fundo;

- criação de programa específico para o atendimento a micro e pequenas empresas, com vistas a dar tratamento preferencial e diferenciado ao segmento, nos termos da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas e do art. 3° da Lei n° 7.827, de 27.09.1989 (Resolução Condel/FCO n° 346, de 11.06.2008);

- disponibilização do Cartão Ourocard Agronegócios, que conta com a função "financiamento", além das funções "débito" e "crédito", o que permite ao cliente acessar a linha de financiamento do FCO, previamente contratada na Agência;
- priorização da utilização dos recursos do FCO nos Planos de Negócios do Desenvolvimento Regional Sustentável – DRS[8];

- priorização de negócios na rede de agências do BB;

[7] Até 2006 (Lei n° 10.177, de 12.01.2004): de 6,00 a 10,75% a.a. para produtores rurais e de 8,75 a 14,00 a.a. para empresas; 2) Em 2007 (Decreto n° 5.951, de 31.10.2006): de 5,00 a 9,00% a.a. para produtores rurais e de 7,25 a 11,50% a.a. para empresas; e 3) A partir de 2008 (Decreto n° 6.367, de 30.01.2008): de 5,00 a 8,50% a.a. para produtores rurais e de 6,75 a 10,00% a.a. para empresas.

[8] O DRS atua em diversos segmentos da sociedade, estabelecendo uma dinâmica voltada para a identificação das vocações e potencialidades regionais, para a organização e estruturação das atividades, visando diminuir as desigualdades e promover a inclusão social com geração de trabalho e renda, de forma sustentável (economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente correta, respeitando as diversidades culturais).

- treinamento de funcionários do BB em operações de investimento (rural e empresarial);

- orientação às agências jurisdicionantes dos municípios não contemplados com recursos do FCO no exercício, no sentido de atuarem com foco nas propostas já em andamento;

- implementação do Diligência Zero, que tem por objetivo principal melhorar a originação de propostas de financiamento na rede de agências (acolhimento de propostas com toda a documentação necessária à análise);

- aperfeiçoamento dos processos, sistemas e metodologias de crédito no âmbito do BB e/ou especialmente para o FCO:

- implementação de melhorias no aplicativo de contratação e formalização de operações (Portal de Negócios/COP), dentre elas: criação da Carta Remessa Eletrônica para envio de documentos à instância de estudo de operação, emitida automaticamente pelo aplicativo, e que a partir do preenchimento de alguns dados faz uma crítica na proposta, contribuindo para agilizar o processo de contratação de operações de crédito; possibilidade de inclusão da data do instrumento de crédito com geração dos cronogramas a partir da data informada, permitindo à agência providenciar eventual documentação previamente à formalização da proposta; padronização da Nota Técnica do estudo da operação, com geração preformatada no aplicativo e possibilidade de edição dos campos, otimizando o tempo consumido;

- revisão das etapas de apresentação dos documentos exigidos para análise, contratação e formalização de operações, o que contribuiu para trazer mais agilidade ao processo;

- alteração no valor dos pontos de corte observados para a definição das instâncias de análise do cálculo de capacidade de pagamento de operações, facilitando a compreensão quanto ao correto direcionamento das propostas de crédito apresentadas;

- redefinição dos critérios a serem observados para a vinculação de garantias pessoais (aval e fiança), o que viabiliza e agiliza a contratação de operações de menor valor;

- desenvolvimento do dossiê eletrônico de operações, ferramenta que auxilia na identificação da documentação a ser observada na contratação (certidões, declarações, etc.) e na condução de operações (notas fiscais, relatórios de fiscalização, etc.), possibilitando o arquivamento eletrônico desses documentos.

- divulgação das condições de financiamento do FCO no site do BB (www.bb.com.br); e

- distribuição de exemplares da Programação e da Cartilha do FCO.

Essas ações não esgotam a atuação do Banco do Brasil, quanto ao Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste, que emprega, na administração e aplicação dos recursos do Fundo, a mesma estrutura utilizada para condução de negócios com recursos próprios, de tal forma que todos os investimentos realizados pelo Banco do Brasil em infraestrutura operacional, em capacitação de funcionários e em tecnologia da informação beneficiam diretamente o FCO.

3. OPERAÇÕES DE FUNDOS

3.1. Previsão Orçamentária

3.1.1. Origem dos Recursos Previstos para 2010

A composição anual do montante de recursos previstos para a execução orçamentária do FCO leva em conta transferências do Tesouro Nacional, disponibilidade remanescente do exercício anterior, retornos de financiamentos e resultado operacional do Fundo, deduzidos os recursos comprometidos com parcelas a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores.
Para o exercício 2010, a origem do montante de recursos previstos está demonstrada no quadro abaixo:

Origem	R$ milhões
De Exercícios Anteriores (1)	1.368,3
De Retorno de Operações	1.432,3
De Repasses do Tesouro Nacional (2)	1.484,8
Resultado Operacional (3)	153,2
Recursos comprometidos com parcelas a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores (4)	(282,6)
Total	**4.156,0**

(1) Corresponde ao somatório das disponibilidades existentes nos orçamentos das Unidades Federativas em 31.12.2009.
(2) O valor dos repasses do Tesouro Nacional corresponde à projeção da Secretaria do Tesouro Nacional.
(3) O resultado operacional refere-se à previsão de receitas e despesas do Fundo para o exercício.
(4) Os recursos comprometidos referem-se às parcelas de operações contratadas em exercícios anteriores, ainda pendentes de liberação.

Quadro 8 – Origem dos Recursos Previstos para 2010

3.1.2. Distribuição Percentual dos Recursos do Tesouro Nacional por Unidade Federativa e Programas

Conforme estabelece o art. 159, inciso I, alínea “c” da Constituição Federal e nos termos do art. 6º da Lei 7.827/89, a União entrega 0,6% do produto da arrecadação do imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza (IR) e do imposto sobre produtos industrializados (IPI) para o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO.

Os recursos oriundos da arrecadação do IR e do IPI são repassados ao Fundo por meio do orçamento do Ministério da Integração Nacional, conforme determina o art. 7º da Lei 7.827 de 1989, alterada pela Lei 10.177 de 2001.

Segundo projeção da Secretaria do Tesouro Nacional, estimou-se, para o Exercício de 2010, ingresso de recursos da ordem de R$ 1.484,8 milhões.

A Programação Orçamentária de 2010, aprovada pela Resolução CONDEL/FCO n.º 379, de 11.12.2009 e alterada por Resoluções posteriores, estabeleceu a distribuição dos recursos previstos para o exercício 2010 às Unidades Federativas do Centro-Oeste, de acordo com os seguintes percentuais: DF – 19,0%, GO – 29,00%, MT – 29,0% e MS – 23,0%.

Distribuição dos recursos por Unidade Federativa e Programas

Modalidades	DF	GO	MS	MT	(%)
Recursos Distribuídos	19,00	29,00	23,00	29,00	100,00
FCO Empresarial	15,20	14,50	11,50	14,50	55,70
FCO Rural	3,80	14,50	11,50	14,50	44,30
Total					100,00

Obs: percentuais definidos para o exercício 2010, conforme Programação Anual.

Quadro 9 – Distribuição dos recursos por Unidade Federativa e Programas

3.1.3. Previsão de Aplicação de Recursos

A programação de aplicação dos recursos em 2010, conforme a previsão do Banco Administrador, apresenta como estimativa de contratações o montante de R$ 4.156,0 milhões em financiamentos aos setores produtivos da região, correspondentes à totalidade dos recursos previstos para o período, conforme quadro a seguir:

Previsão de aplicação de recursos em 2010 (R$ mil)

Programas	DF	GO	MT	MS	Região	Percentual de Distribuição (%)
Mini, Micro e Pequenos Tomadores						
FCO Empresarial	322.169,5	307.332,8	307.332,7	243.746,7	1.180.581,7	28,41
Industrial	79.084,8	134.985,4	46.099,9	77.755,2	337.925,3	
Infraestrutura	85.000,0	30.733,3	46.099,9	17.208,5	179.041,7	
Turismo	79.084,7	30.733,3	92.199,8	17.793,5	219.811,3	
Comércio e Serviços	79.000,0	110.880,8	122.933,1	130.989,5	443.803,4	
FCO Rural	80.542,4	307.332,7	307.332,7	243.746,6	938.954,4	22,59
Pronaf-RA e Pronaf Demais	78.963,1	184.399,6	282.332,7	95.586,9	641.282,4	
Demais Rurais	1.579,3	122.933,1	25.000,0	148.159,7	297.672,1	
Subtotal	402.711,9	614.665,5	614.665,4	487.493,3	2.119.536,1	51,00
Médios e Grandes Tomadores						
FCO Empresarial	309.535,4	295.280,4	295.280,5	234.188,0	1.134.284,3	27,29
Industrial	72.804,6	106.301,0	59.056,1	145.899,1	384.060,8	
Infraestrutura	85.000,0	29.407,5	59.056,1	15.456,4	188.920,0	
Turismo	72.804,6	29.407,5	59.056,1	12.648,1	173.916,3	
Comércio e Serviços	78.926,2	130.164,4	118.112,2	60.184,4	387.387,2	
FCO Rural	77.383,9	295.280,5	295.280,5	234.188,0	902.132,9	21,71
Subtotal	386.919,3	590.560,9	590.561,0	468.376,0	2.036.417,2	49,00
Resumo Geral						
FCO Empresarial	631.704,9	602.613,2	602.613,2	477.934,7	2.314.866,0	55,70
Industrial	151.889,4	241.286,4	105.156,0	223.654,3	721.986,1	
Infraestrutura	170.000,0	60.140,8	105.156,0	32.664,9	367.961,7	
Turismo	151.889,3	60.140,8	151.255,9	30.441,6	393.727,6	
Comércio e Serviços	157.926,2	241.045,2	241.045,3	191.173,9	831.190,6	
FCO Rural	157.926,3	602.613,2	602.613,2	477.934,6	1.841.087,3	44,30
Pronaf-RA e Pronaf Demais	78.963,1	184.399,6	282.332,7	95.586,9	641.282,4	
Demais Rurais	78.963,2	418.213,6	320.280,5	382.347,7	1.199.805,0	
TOTAL	789.631,2	1.205.226,4	1.205.226,4	955.869,3	4.155.953,3	100,00

Posição em 30.06.2010

Quadro 10 – Previsão de Aplicação de Recursos em 2010

3.2. Execução Orçamentária

3.2.1. Realização da Previsão Orçamentária (Previsto X Realizado)

(R$ milhões)

Origem	Previsto	Realizado	(%)
De Exercícios Anteriores	1.368,3	1.368,3	100,0
De Retorno de Operações	672,6	763,6	113,5
De Repasses do Tesouro Nacional	722,6	707,0	97,8
Resultado	82,7	106,2	128,4
Recursos comprometidos com parcelas a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores	(169,5)	(89,0)	52,5
Total	**2.676,7**	**2.856,1**	**106,7**

Posição em 30.06.2010

Quadro 11 – Realização da Previsão Orçamentária

O volume de recursos observado (R$ 2.856,1) representa 106,7% do montante previsto para o 1º Semestre de 2010. A tabela acima demonstra que a superação do orçamento inicial foi motivada pela realização acima do previsto do resultado operacional do fundo e dos retornos de operações.

3.2.2. Transferências do Tesouro Nacional

As transferências do Tesouro Nacional, provenientes da arrecadação do imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza e do imposto sobre produtos industrializados totalizaram R$ 707,0 milhões. O quadro a seguir ilustra o comportamento mensal dos repasses de recursos da União, comparativamente à previsão inicial para o 1º Semestre de 2010:

(R$ mil)

Mês	Previsto (1)	Realizado	
	Valor	Valor	% de Realização
janeiro	116.491	91.570	78,6
fevereiro	107.815	135.212	125,4
março	121.232	118.169	97,5
abril	128.982	75.407	58,5
maio	133.125	169.415	127,3
junho	114.958	117.246	102,0
Exercício	**722.603**	**707.019**	**97,8**

Quadro 12 – Transferências do Tesouro Nacional

Comparando com o mesmo período do ano anterior, observa-se incremento de 13,5% no montante de recursos oriundos do Tesouro Nacional, conforme demonstra o quadro a seguir.

Ingresso Recursos do Tesouro Nacional (R$ mil)			
Mês	**2010**	**2009**	**Variação %**
janeiro	91.570	77.815	17,7
fevereiro	135.212	125.498	7,7
março	118.169	79.396	48,8
abril	75.407	106.434	(29,2)
maio	169.415	118.614	42,8
junho	117.246	114.963	2,0
Total	**707.019**	**622.720**	**13,5**

Posição em 30.06.2010

Quadro 13 - Transferências do Tesouro Nacional – comparativo 2010/2009

3.2.3. Distribuição dos Recursos por Unidade Federativa e Programa

A distribuição dos recursos entre as Unidades Federativas e as modalidades de financiamentos, segundo os percentuais previstos na Programação Orçamentária de 2010, ficou assim representada no semestre:

Distribuição dos Recursos por Unidade Federativa e Programas

(R$ mil)

Modalidades	DF	GO	MS	MT	Região	(%)
Recursos Distribuídos	**789.631**	**1.205.226**	**955.869**	**1.205.226**	**4.155.953**	**100,00**
FCO Rural	631.705	602.613	477.935	602.613	2.314.866	55,70
FCO Empresarial	157.926	602.613	477.935	602.613	1.841.087	44,30
TOTAL					4.155.953	100,00

Posição em 30.06.2010

Quadro 14 – Distribuição dos Recursos por UF e Programa

3.3. Resultados

3.3.1. Contratações de Operações de Financiamento

Contratações por Programa e Unidade Federativa

No 1º Semestre de 2010, foram contratadas 29.561 operações, totalizando R$ 1.742,6 milhões. Os investimentos do FCO Empresarial somaram R$ 951,1 milhões, representando 54,6% do montante contratado, enquanto as contratações do FCO Rural atingiram R$ 791,5 milhões, equivalentes a 45,4% do total aplicado no período, confirmando a vocação agropecuária da Região.

Contratações por Programa e Unidade Federativa

(R$ mil)

PROGRAMAS	DF		GO		MS		MT		TOTAL	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
EMPRESARIAL	**1.213**	**119.658**	**3.249**	**277.188**	**1.968**	**201.276**	**1.598**	**352.970**	**8.028**	**951.092**
Industrial	132	23.337	519	91.892	189	124.393	141	199.781	981	439.404
Infraestrutura	0	0	0	0	0	0	3	68.395	3	68.395
Turismo	205	12.485	430	23.752	384	14.628	291	16.484	1.310	67.350
Comércio e Serviço	876	83.835	2.300	161.545	1.395	62.254	1.163	68.310	5.734	375.944
RURAL	**681**	**26.969**	**12.512**	**354.433**	**2.827**	**175.519**	**5.513**	**234.593**	**21.533**	**791.514**
Rural/Integração	113	14.210	2.403	176.757	624	131.722	698	125.210	3.838	447.898
PRONAF	485	9.208	9.820	167.854	1.505	23.448	4.182	101.337	15.992	301.847
PRONAF-RA	74	1.393	245	3.334	672	11.757	631	7.532	1.622	24.016
Pronatureza	9	2.158	43	6.478	20	8.244	1	141	73	17.021
Custeio	0	0	1	10	6	348	1	374	8	732
Total Geral	**1.894**	**146.627**	**15.761**	**631.621**	**4.795**	**376.795**	**7.111**	**587.563**	**29.561**	**1.742.606**

Posição em 30.06.2010

Quadro 15 – Contratações por Programa e UF

O Estado de Goiás manteve posição de destaque na contratação de operações, respondendo por 53,3% na quantidade e 36,2% no valor de operações contratadas no 1º Semestre de 2010.

Em termos de incremento nas operações, destacou-se o Estado de Mato Grosso com aumento de 27,8% no volume de recursos em relação ao mesmo período de 2009, quando foram realizadas 8,7 mil contratações, totalizando R$ 459,7 mil no Estado.

Dos recursos contratados no Distrito Federal, R$ 106,9 milhões foram dirigidos aos municípios participantes da RIDE – Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal, representando 72,8% do total de R$ 146,6 milhões.

A linha de financiamento Rural/Integração é a que mantém a maior participação no que se refere ao montante contratado, atingindo 25,7% do valor total no semestre. Quanto à quantidade de operações contratadas, participação expressiva obteve o Pronaf (54,1%) que, somado ao Pronaf-RA, representou 59,6% da quantidade total contratada no período, o que vai ao encontro do propósito de pulverização do financiamento do programa.

Contratações por Porte e Programa

Para enquadramento nos financiamentos do FCO, os beneficiários são classificados pelo porte, de acordo com critérios aprovados pelo CONDEL/FCO. No 1º Semestre de 2010, os parâmetros observados para definição do porte dos mutuários são os seguintes:

a) Produtores rurais – de acordo com a renda bruta agropecuária anual prevista:

- Mini – até R$ 150 mil;
- Pequeno – acima de R$ 150 mil e até R$ 300 mil;
- Médio – acima de R$ 300 mil e até R$ 1,9 milhão;
- Grande – acima de R$1,9 milhão.

b) Empresas – com base no faturamento bruto anual:

- Micro – até R$ 240 mil;
- Pequena – acima de R$ 240 mil e até R$ 2.400 mil;

- Média – acima de R$ 2.400 mil e até R$ 35 milhões;
- Grande – acima de R$ 35 milhões.

As contratações no 1º Semestre de 2010, em valores nominais, por porte do beneficiário e Programa de Financiamento estão representadas no quadro seguinte:

(R$ mil)

Linhas de Financiamento	Grande	Médio	Pequeno	Mini/Micro	TOTAL
Industrial					
- Quantidade	35	86	773	87	981
- Valor	342.334	46.825	47.621	2.624	439.404
Infraestrutura					
- Quantidade	1	1	1	-	3
- Valor	62.490	5.012	892	-	68.395
Turismo					
- Quantidade	-	10	1.035	265	1.310
- Valor	-	3.775	55.465	8.110	67.350
Comércio e Serviços					
- Quantidade	20	106	4.738	870	5.734
- Valor	55.729	39.586	254.488	26.142	375.944
Rural/Integração					
- Quantidade	148	1.033	1.003	1.654	3.838
- Valor	144.509	144.738	79.483	79.168	447.898
PRONAF					
- Quantidade	-	-	3.656	12.336	15.992
- Valor	-	-	146.801	155.046	301.847
PRONAF-RA					
- Quantidade	-	-	97	1.525	1.622
- Valor	-	-	1.730	22.286	24.016
Pronatureza					
- Quantidade	6	39	8	20	73
- Valor	4.628	11.091	466	837	17.021
Custeio					
- Quantidade	-	2	1	5	8
- Valor	-	580	45	107	732
Total Geral	**210**	**1.277**	**11.312**	**16.762**	**29.561**
	609.690	**251.606**	**586.991**	**294.319**	**1.742.606**

Posição 30.06.2010

Quadro 16 – Contratações por Porte e Linha de Financiamento

Os beneficiários de grande porte concentraram 73,3% das contratações no setor rural, o que representou 24,5% dos recursos aplicados. Mesmo com uma quantidade bastante inferior de operações contratadas (26,7%), o setor empresarial absorveu 75,5% dos recursos totais, com ênfase para as linhas de financiamento Industrial e de Infraestrutura.

Observa-se que os tomadores de médio porte também concentraram suas operações no setor rural, tanto em quantidade de contratações como em volume de recursos. O mesmo comportamento foi verificado relativamente aos segmentos de mini e micro, com 92,7% das operações e 87,5% dos recursos aplicados nesse setor.

Apenas os tomadores de pequeno porte apresentaram comportamento inverso, contratando mais operações empresariais do que rurais, com destaque para o setor Comércio e Serviços.

Contratações por Porte e Unidade Federativa

PORTE	DF	GO	MS	MT	TOTAL	(%)
Grande	43.055	97.238	182.879	286.518	609.690	35,0
Médio	20.310	111.883	46.187	73.226	251.606	14,4
Total	**63.365**	**209.121**	**229.065**	**359.744**	**861.296**	**49,4**
Pequeno	69.343	267.808	100.364	149.476	586.991	33,7
Mini/Micro	13.919	154.692	47.365	78.343	294.319	16,9
Total	**83.262**	**422.500**	**147.729**	**227.819**	**881.310**	**50,6**
Total	**146.627**	**631.621**	**376.795**	**587.563**	**1.742.606**	**100,0**

Em R$ mil, posição 30.06.2010

Quadro 17 – Contratações por Porte e UF

Os beneficiários de grande e médio porte da Região absorveram maior volume de recursos no MT e MS, com 61,2% e 60,8%, respectivamente, das contratações. Ao contrário, em GO e DF, 66,9% e 56,8% , foram os beneficiários de menor porte (pequeno e mini/micro) que absorveram o maior volume de recursos.

Os empreendimentos de mini e pequenos produtores rurais, micro e pequenas empresas, suas associações e cooperativas representaram 95,0% do número total de operações contratadas no período, absorvendo R$ 881,3 milhões, equivalentes a 50,6% do montante de recursos aplicados. Os grandes e médios produtores rurais e as empresas de grande e médio portes aplicaram R$ 861,3 milhões para o financiamento de suas atividades produtivas, o correspondente a 49,4% do total de recursos destinados à Região. Vale ressaltar que muitos projetos de grandes empresas ou grandes produtores rurais também beneficiam indiretamente os tomadores de menor porte, a exemplo de operações contratadas nos programas de convênio de integração rural (empresa integradora e integrados), que representaram 33,6% do total contratado com grandes e médios tomadores e 79,4% da quantidade de operações com esses segmentos.

No tocante à Execução Orçamentária em 2010, as contratações com os tomadores de mini, micro e pequeno porte representaram 30,9% relativamente aos recursos realizados de R$ 2.856,1 milhões, constantes no item 3.2.1 deste relatório.

No quadro a seguir, é apresentada a distribuição das operações contratadas por Unidade Federativa, programas, concentração por menor porte (Mini, Micro e Pequenos tomadores) e maior porte (Médios e Grandes tomadores).

Contratações com Mini, Micro e Pequenos Tomadores (R$ mil)						
PROGRAMAS	DF	GO	MS	MT	Região	Percentual de Distribuição (%)
FCO Empresarial	**68.670**	**160.046**	**80.904**	**85.721**	**395.342**	**22,7**
Desenvolvimento Industrial	8.583	24.320	8.704	8.638	50.245	
Infraestrutura	-	-	-	892	892	
Desenvolvimento do Turismo	12.485	22.242	14.176	14.671	63.575	
Comércio e Serviços	47.602	113.484	58.024	61.520	280.629	
FCO Rural	**13.199**	**259.119**	**55.069**	**134.566**	**461.952**	**26,5**
PRONAF	9.208	167.854	23.448	101.337	301.847	
Rural Demais	3.990	91.265	31.621	33.229	160.105	
Subtotal	**81.869**	**419.166**	**135.972**	**220.287**	**857.294**	
Pronaf - Reforma Agrária	1.393	3.334	11.757	7.532	24.016	**1,4**
Total	**83.262**	**422.500**	**147.729**	**227.819**	**881.310**	**50,6**

Contratações com Médios e Grandes Tomadores						
PROGRAMAS	DF	GO	MS	MT	Região	Região
FCO Empresarial	**50.988**	**117.142**	**120.372**	**267.249**	**555.750**	**31,9**
Desenvolvimento Industrial	14.754	67.571	115.689	191.144	389.159	
Infraestrutura	-	-	-	67.502	67.502	
Desenvolvimento do Turismo	-	1.509	453	1.813	3.775	
Comércio e Serviços	36.234	48.061	4.230	6.789	95.315	
FCO Rural	**12.378**	**91.980**	**108.693**	**92.495**	**305.546**	**17,5**
Rural Demais	12.378	91.980	108.693	92.495	305.546	
Total	**63.365**	**209.121**	**229.065**	**359.744**	**861.296**	**49,4**

Consolidado						
PROGRAMAS	DF	GO	MS	MT	Região	Região
FCO Empresarial	**119.658**	**277.188**	**201.276**	**352.970**	**951.092**	**54,6**
Desenvolvimento Industrial	23.337	91.892	124.393	199.781	439.404	
Infraestrutura	-	-	-	68.395	68.395	
Desenvolvimento do Turismo	12.485	23.752	14.628	16.484	67.350	
Comércio e Serviços	83.835	161.545	62.254	68.310	375.944	
FCO Rural	**25.576**	**351.099**	**163.762**	**227.061**	**767.498**	**44,0**
Pronaf	9.208	167.854	23.448	101.337	301.847	
Rural Demais	16.368	183.245	140.314	125.724	465.651	
Subtotal	**145.234**	**628.287**	**365.038**	**580.031**	**1.718.590**	
Pronaf - Reforma Agrária	**1.393**	**3.334**	**11.757**	**7.532**	24.016	**1,4**
Total Geral	**146.627**	**631.621**	**376.795**	**587.563**	**1.742.606**	**100,0**

Posição em 30.06.2010

Quadro 18 – Contratações por UF, Programa e Porte

Municípios com Operações Contratadas

Para aplicação dos recursos do FCO, o Banco do Brasil conta com uma rede de distribuição composta por 527 pontos de atendimento na Região, sendo desse total 420 Agências e 107 Postos de Atendimentos Bancários (PABs), o que lhe permite assistir financeiramente as atividades produtivas desenvolvidas no âmbito dos Estados e do Distrito Federal, inclusive aquelas situadas nas mais distantes localidades do extenso território do Centro-Oeste.

Em 2010, dos 466 municípios da Região, 455 contaram com financiamentos do Fundo, representando 97,6%. O total de recursos injetados na economia da Região é da ordem de R$ 1,7 bilhões, beneficiando 29,6 mil projetos dos setores produtivos.

O demonstrativo a seguir apresenta a distribuição espacial das aplicações no 1º Semestre de 2010, mostrando o número de municípios da Região atendidos com recursos do FCO, comparativamente com o mesmo período do ano anterior.

(R$ mil)

UF	Municípios Existentes	2010		2009	
		Municípios com Operações	Montante Aplicado	Municípios com Operações	Montante Aplicado
DF	1	1	146.627	1	218.381
GO	246	244	631.621	245	636.006
MS	78	77	376.795	77	306.477
MT	141	133	587.563	135	459.688
Total	**466**	**455**	**1.742.606**	**458**	**1.620.552**

Posição em 30.06.2010

Quadro 19 – Distribuição espacial das aplicações 2010/2009

Ao disseminar o crédito pelas localidades mais carentes, conforme se observa, da quantidade de municípios alcançados em cada Unidade Federativa, o Banco do Brasil cumpre a missão de apoiar financeiramente as atividades dos pequenos empreendedores da Região, confirmando o FCO como a mais importante fonte de recursos para a interiorização do desenvolvimento e dinamização da economia do Centro-Oeste, contribuindo para diminuir as desigualdades intra-regionais, além de refletir positivamente nos indicadores sociais da região.

Contratações na Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno – RIDE

O demonstrativo a seguir apresenta as contratações realizadas no Distrito Federal e nos 19 municípios do Estado de Goiás integrantes do Entorno do DF:

(R$ mil)

UF	Municípios Existentes	2010		2009	
		Municípios com	Montante	Municípios com	Montante
DF	1	1	39.771	1	32.239
RIDE	19	19	106.856	19	186.142
Total	**20**	**20**	**146.627**	**20**	**218.381**

Posição em 30.06.2010

Quadro 20 – Contratações na RIDE

Contratações na Mesorregião de Águas Emendadas

O demonstrativo abaixo apresenta as contratações realizadas nos municípios de Goiás integrantes da Mesorregião de Águas Emendadas, segregados em porte do mutuário e programa de financiamento:

(R$ mil)

Porte	Empresarial		PRONAF		Rural		Total	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
Grande	-	-	-	-	14	8.372	14	8.372
Médio	13	4.369	-	-	142	17.450	155	21.819
Pequeno	470	25.249	446	14.089	129	22.804	1.045	62.143
Mini/Micro	162	6.042	2.487	23.508	388	37.658	3.037	67.209
	645	**35.660**	**2.933**	**37.597**	**673**	**86.285**	**4.251**	**159.542**

Posição em 30.06.2010

Quadro 21 – Contratações na mesorregião de Águas Emendadas

Segundo a Programação Anual do FCO para o Exercício 2010, está prevista a contratação de R$ 217,8 milhões com esses municípios. No 1º semestre de 2010, foi realizado o percentual de 73,2% do montante previsto, com o valor contratado de R$ 159,5 milhões.

Contratações com Beneficiários que Obtiveram Financiamentos pela 1ª Vez

(R$ mil)

Porte	DF		GO		MS		MT		Total	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
Grande	6	27.504	13	30.088	8	109.099	9	170.471	36	337.162
Médio	32	12.683	170	39.304	101	19.052	68	23.029	371	94.067
Pequeno	662	44.252	2.121	116.548	812	50.069	1.115	73.435	4.710	284.305
Mini/Micro	243	7.596	1.631	48.876	1.003	24.888	876	25.184	3.753	106.544
	943	**92.036**	**3.935**	**234.815**	**1.924**	**203.108**	**2.068**	**292.119**	**8.870**	**822.078**

Posição em 30.06.2010

Quadro 22 – Contratações com novos beneficiários

No 1º Semestre de 2010, verifica-se a quantidade de 29.561 contratos realizados, totalizando R$ 1.742,6 milhões. No período, 8.870 operações foram realizadas com novos beneficiários, atingindo a cifra de R$ 822,1 milhões, que representam 30,0% do total das contratações e 47,2% dos recursos aplicados.

Destacaram-se os Estados de Goiás e Mato Grosso com maior número de contratos realizados com novos beneficiários – 3.935 e 2.068, respectivamente. Quanto ao volume de recursos aplicados, Mato Grosso aplicou R$ 292,1 milhões e Goiás R$ 234,8 milhões, representando 35,5% e 28,6%, respectivamente.

Contratações com Valor Superior a R$ 10 milhões

O quadro abaixo sintetiza as operações contratadas no 1º Semestre de 2010 com valores superiores a R$ 10 milhões e informadas analiticamente à Secretaria Executiva do Condel, conforme estabelecido no item "2b" da Resolução CONDEL/FCO nº 127, de 05.12.2001.

R$ mil

LINHAS DE FINANCIAMENTO	DF		GO		MS		MT		Total	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
Comércio e Serviços	1	24.998	-	-	-	-	-	-	1	24.998
Infraestrutura Econômica	-	-	-	-	-	-	1	62.490	1	62.490
Desenvolvimento Industrial	-	-	1	15.305	2	113.282	5	187.266	8	315.853
Desenvolvimento Rural	-	-	-	-	1	42.783	-	-	1	42.783
Total	**1**	**24.998**	**1**	**15.305**	**3**	**156.065**	**6**	**249.756**	**11**	**446.125**

Posição em 30.06.2010

Quadro 23 – Contratações com valor superior a R$ 10 milhões

Relativamente ao mesmo período de 2009, houve um acréscimo de contratações, principalmente no volume de recursos, superando em 34,2% o montante de R$ 336,9 mil do período anterior. O incremento na quantidade de operações foi de 22,2%.

As operações assim contratadas em 2010 estão detalhadas a seguir, por Unidade da Federação:

a) contratadas no Distrito Federal:

Operação nº 4000601

Valor: R$ 24.998.000,00
Beneficiário: CESB - Centro de Educação Superior de Brasília
Descrição:
O empreendimento financiado foi a construção de um campus universitário em Ceilândia (DF). Trata-se de empreendimento em município com tipologia de alta renda, financiado no programa FCO DESENVOLVIMENTO COMERCIAL E DE SERVIÇOS, com valor total de R$ 24.998.000,00.
Benefícios:
Incremento da renda de cerca de R$ 1,2 milhão/ano; incremento na arrecadação de tributos de cerca de R$ 100 mil/ano, aumento no consumo de matéria-prima da própria região, o que beneficiará os produtores locais, e a criação de 60 empregos diretos e 100 indiretos.

b) contratadas no Estado de Goiás:

Operação nº 4000311

Valor: R$ 15.305.256,80
Beneficiário: GOEMIL S/A Indústria de Produtos Alimentícios
Descrição:
O empreendimento financiado foi a implantação de uma unidade industrial para processamento de soja e fabricação de proteína em Palmeiras de Goiás-GO. Trata-se de empreendimento em município com tipologia Estagnada de Média Renda, financiado no programa FCO Empresarial – Programa de Desenvolvimento Industrial, com valor total de R$ 50.856.000,00.
Benefícios:
Incremento da renda de cerca de R$ 570.000,00 mil/ano; incremento na arredacação de tributos de cerca de R$ 6.729.982,00 milhões/ano, aumento no consumo de matéria-prima da própria região, o que beneficiará os produtores locais.
Com a implantação da GOEMIL Indústria de Produtos Alimentícios Ltda., pode-se destacar os seguintes benefícios sociais:

- Impulso e contribuição para o crescimento da renda urbana local, através da elevação do número de empregos e dos níveis salariais dos trabalhadores locais;
- Mais uma unidade produtiva instalada localmente pode trazer um maior número de contratações diretas e indiretas;
- Incentivo à formação de mão-de-obra especializada;
- Atração de outras atividades produtivas relacionadas direta ou indiretamente a essa atividade.

Como contribuição para o desenvolvimento regional em termos de

benefícios econômicos pode-se destacar:

- Atração de segmentos industriais, fornecedores de matérias-primas, indústria de equipamentos e material de consumo, vem a contribuir com o desenvolvimento da região;
- Contribuição com a expansão do parque industrial do Estado;
- Incremento na arredação de impostos para o Estado pois, todo o processo de industrialização ocorrerá em território goiano.

O projeto está em fase inicial de implantação. Não contratamos funcionários até o momento. As empresas contratadas para as obras civis e equipamentos estão trabalhando no parque industrial.

c) contratada no Estado do Mato Grosso:

Operação nº 2100429

Valor: R$ 62.490.324,00
Beneficiário: Companhia Hidroelétrica Figueirópolis
Descrição:
O empreendimento financiado foi a implantação de pequena central hidroelétrica no rio Jauru, a jusante da Cachoeira da Fumaça, na divisa dos municípios de Indiavaí (MT) e Figueirópolis D'Oeste (MT). Trata-se de empreendimento em município com tipologia dinâmica, financiado no programa FCO Infra-Estrutura Econômica, com valor total de R$ 92.361.468,00.
Benefícios:

a) Geração de empregos: cerca de 300 empregos diretos e 2000 indiretos, durante a fase de implantação; e cerca de 10 empregos diretos e 50 indiretos durante a fase de operação;
b) Promoção de melhoria do meio sócio-ambiental, pela criação de Área de Preservação Permanente – APP;
c) Execução de programa de educação ambiental e comunicação social. Esses dois programas de responsabilidade direta do empreendedor têm como objetivo as comunidades dos municípios de Indiavaí e Figueirópolis D'Oeste. O programa foi formatado para atingir as escolas públicas da região, através de palestras, oficinas para discussão das temáticas vinculadas a sustentabilidade dos sistemas naturais, o aproveitamento dos recursos naturais e suas ponderáveis limitações, os clubes de serviços e autoridades públicas e sociedade.
d) Contribuição na promoção do desenvolvimento e dinamização econômica dos municípios da região do Vale do Jauru, do Estado do Mato Grosso e do País, com oferta de energia elétrica e ainda, pela promoção de efeitos multiplicadores de emprego e renda, com inclusão social.
e) Incremento da renda de cerca de R$ 17 milhões/ano;
f) Incremento na arrecadação de tributos de cerca de R$ 1.125 mil/ano.

Operação nº 4001577

Valor: R$ 17.204.184,00
Beneficiário: União Avícola Agroindustrial Ltda.
Descrição:
O empreendimento financiado foi a CONSTRUÇÃO E EDIFICAÇÃO INDUSTRIAL; EQUIPAMENTOS PARA AÇOUGUE/FRIGORÍFICO;

EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA; MÓVEIS E UTENSÍLIOS E REFORÇO DE CAPITAL DE GIRO em NOVA MARILÂNDIA (MT). Trata-se de empreendimento em município com tipologia de alta renda, financiado no programa de DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL, R$ 35.954.342.00, com valor total de R$ R$ 54.068.766.00.
Benefícios:
Incremento da renda de cerca de R$ 22.422.703,23 milhões/ano; incremento na arrecadação de tributos de cerca de R$ 2.963.574,22 milhões/ano, aumento no consumo de matéria-prima da própria região, o que beneficiará os produtores locais, os principais benefícios sociais do projeto vinculam-se à geração de emprego do empreendimento, tanto diretos como, principalmente, indiretos, inseridos pela cadeia de fornecedores terceirizados. Como são empregos formais, além dos salários há que se considerar os encargos sociais inerentes, e outras ações de caráter social que a empresa deve, necessariamente, instituir tais como vale transporte, alimentação, plano de saúde, etc. Os benefícios econômicos do projeto vinculam-se à geração de renda e impostos diretos e indiretos, via atividades produtivas que, ao serem desenvolvidas, agregam à economia municipal e regional novos recursos, contribuindo para a sustentabilidade do "modelo econômico" atual, como alternativa viável para otimização dos fatores de produção locais e regionais.

Operação nº 4000825

Valor: R$ 76.905.110,17
Beneficiário: Cervejaria Petrópolis do Centro-Oeste Ltda.
Descrição:
O empreendimento financiado foi a implantação de unidade fabril para fabricação e engarrafamento de cervejas e chopes em Rondonópolis (MT). Trata-se de empreendimento financiado no programa FCO Empresarial, com valor total na ordem de R$ 216 milhões.
Benefícios:
- Incremento da renda de em aproximadamente R$ 4,4 milhões ao ano;
- Aumento na arrecadação de tributos referente à R$ 21,3 milhões anuais a título de ICMS;
- Fomento no valor de R$ 5 milhões no consumo de matéria-prima da própria região, o que beneficiará os produtores locais; os materiais secundários serão adquiridos no mercado interno, alavancando a economia regional e gerando empregos diretos e indiretos nos fornecedores.

Operação nº 4001560

Valor: R$ 23.139.694,90
Beneficiário: Cooperativa dos Cotonicultores de Campo Verde
Descrição:
O crédito deferido destina-se ao financiamento de CONSTRUÇÃO DE EDIFICAÇÃO(ÕES) INDUSTRIAL(IS) e INSTALAÇÃO/MONTAGEM/TRANSPORTE DE EQUIPAMENTO(S) e a aquisição de MÁQUINA(S)/MÁQUINA(S)/EQUIPAMENTO(S) PARA PRODUÇÃO TEXTIL/CONFECÇÕES, a serem localizados na Rodovia BR 070, Km 371, Zona Rural, Campo Verde MT. Trata-se de empreendimento em município com tipologia de alta renda, financiado no programa FCO Agroindustria, com valor total de R$ 23.139.694,90.

Benefícios:
Incremento da renda de cerca de R$ 5 milhões/ano; incremento na arrecadação de tributos de cerca de R$ 0,5milhão/ano, aumento no consumo de matéria-prima da própria região, o que beneficiará os produtores locais: o algodão produzido no município até a presente data é todo comercializado *in-natura* (em pluma) para ser beneficiado em outras regiões; com esta indústria parte desta produção será beneficiada no próprio município agregando valor ao produto e aumentando a renda dos cooperados.

Operação nº 4000552

Valor: R$ 52.000.000,00
Beneficiário: Cargill Agrícola S.A.
Descrição:
Cédula de Crédito Industrial correspondente a 16% do investimento com a empresa Cargill Agrícola S.A., financiamento este destinado à construção de uma fábrica de óleos vegetais na cidade de Primavera do Leste-MT. O empreendimento encontra-se localizado em município com características de alta renda, tendo sido captados os seguintes recursos para este investimento, além do programa de financiamento FCO, 48% Finem BNDES, 5% Finame Unibanco-Itaú e 31% com recursos próprios.
Benefícios:

- geração de renda com inclusão social através de 280 novos empregos diretos e 1.200 indiretos, considerando como empregos indiretos transporte, sindicatos, empresas de recrutamento, serviços autônomos e empresas prestadoras de serviços diversos.
- A criação destes novos postos de trabalho direto e indireto, promoveu ainda o desenvolvimento do comércio local e da região, além da implementação de projetos sociais junto ao município.
- Ressalta-se ainda que, com a instalação do empreendimento, houve um aumento no consumo de matéria-prima na região, proporcionando aos produtores maior facilidade na comercialização, nos serviços de armazenagem, conservação das rodovias e estradas, gerando uma opção maior de venda e financiamento concedidos para estes produtores.

Operação nº 4000251

Valor: R$ 18.016.574,00
Beneficiário: Renosa - Indústria Brasileira de Bebidas S.A.
Descrição: O empreendimento financiado foi aquisição de uma máquina/engarrafadora de bebidas/refrigerantes – marca Alemã. Trata-se de substituição de Equipamento, financiado no programa FCO, com valor total de R$25.000.000,00.
Benefícios:
Não houve alteração, pois, trata-se apenas de substituição de equipamento. Incremento na arrecadação de tributos: acréscimo de 22%. Aumento no consumo de matéria-prima da própria região: sem alterações; pois, o produto utilizado no engarrafamento são produtos – garrafas de vidro - importados do Estado de São Paulo.

a) contratadas no Estado do Mato Grosso do Sul:

Operação nº 4000352
Valor: R$ 62.878.535,20
Beneficiário: FATIMA DO SUL AGRO-ENERGETICA S/A - ALCOOL E
Descrição:
O empreendimento financiado, em andamento, é para a instalação de uma planta industrial cujo objetivo é a implantação de uma usina de álcool, em Fátima do Sul (MS). Trata-se de empreendimento em município com tipologia estagnada, financiado no programa FCO Desenvolvimento Industrial, com valor total de R$ 151.058.160,52.
Benefícios:
Com relação aos benefícios sociais e econômicos, atualmente, a empresa é responsável pela geração de 350 (trezentos e cinqüenta) empregos diretos, sendo 9 (nove) no setor administrativo da empresa e 341 (trezentos e quarenta e um) atuando na lavoura e na indústria. Com previsão de mais um ano, as contratações serão aproximadamente de 180 pessoas para a área industrial e administrativa. Com a implantação da indústria haverá incremento da renda de cerca de R$ 93.000.000/ano (noventa e três milhões) gerados pela produção/comercialização de aproximadamente 100 milhões de litros de álcool, além da arrecadação de tributos em torno de 7% sobre este valor.

Operação nº 4000626
Valor: R$ 42.783.110,46
Beneficiário: São Fernando Açúcar e Álcool Ltda.
Descrição:
O empreendimento financiado foi a implantação e exploração de usina produtora de açúcar e ampliação da capacidade de moagem para 3 milhões de ton/ano, em Dourados-MS. Trata-se de empreendimento em município com tipologia de alta renda, financiado no programa FCO Rural, com valor total de R$ 129.259.171,99.
Benefícios:
- Incremento da receita de R$ 72 milhões em 2009 para R$ 367 milhões na safra 10/11;
- Incremento na arrecadação de tributos de cerca de R$ 13,9 milhões/ano, na safra 10/11, podendo chegar a R$ 18,5 milhões na safra 13/14;
- Aumento no consumo de matéria-prima da própria região, o que beneficiará os produtores locais, aquisição de insumos (herbicidas, fungicidas, fertilizantes, etc.) e arrendamento de terras para o cultivo de cana;
- Geração de emprego, sendo 380 empregos diretos já criados e uma estimativa de chegar a 2.000 empregos na área agrícola dentro de 5 anos.

Operação nº 4000629
Valor: R$ 50.403.714,95
Beneficiário: São Fernando Açúcar e Álcool Ltda.
Descrição:
O empreendimento financiado foi a implantação e exploração de usina produtora de açúcar e ampliação da capacidade de moagem para 3 milhões de ton/ano, em Dourados-MS. Trata-se de empreendimento em município

com tipologia de alta renda, financiado no programa FCO Rural, com valor total de R$ 129.259.171,99.
Benefícios:

- Incremento da receita de R$ 72 milhões em 2009 para R$ 367 milhões na safra 10/11;
- Incremento na arrecadação de tributos de cerca de R$ 13,9 milhões/ano, na safra 10/11, podendo chegar a R$ 18,5 milhões na safra 13/14;
- Aumento no consumo de matéria-prima da própria região, o que beneficiará os produtores locais, aquisição de insumos (herbicidas, fungicidas, fertilizantes, etc.) e arrendamento de terras para o cultivo de cana;
- Geração de emprego, sendo 380 empregos diretos já criados e uma estimativa de chegar a 2.000 empregos na área agrícola dentro de 5 anos.

Contratações por Tipologia por UF

A tipologia do município de localização do empreendimento segue definições do Ministério da Integração Nacional, e tem sua metodologia prevista no Anexo II do Decreto nº 6.047, de 22.02.2007, que leva em consideração duas variáveis:

a) Rendimento Médio Mensal por Habitante, englobando todas as fontes declaradas no censo demográfico de 2000 (salários, benefícios, pensões, etc.); e
b) Taxa Geométrica de Variação dos Produtos Internos Brutos Municipais por habitante.

A tipologia está inserida na Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR e tem o propósito de estabelecer um quadro referencial das desigualdades regionais.

A classificação da tipologia está definida conforme a seguir:

1 - Alta Renda	Municípios cujo rendimento médio por habitante seja de no mínimo 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000) e a variação no PIB foi igual ou maior a 3,87% entre 1990 e 1998.
2 – Dinâmica	Inclui baixa e média rendas dinâmicas Média: Municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 33% e 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000) e a variação do PIB foi igual ou maior que 3,87% entre 1990 e 1998. Baixa: Municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 16% e 33% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000) e a variação do PIB foi igual ou maior que 3,87% entre 1990 e 1998.
3 – Estagnada	Inclui apenas a média renda estagnada: municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 33% e 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000) e a variação do PIB foi inferior a 3,87% entre 1990 e 1998.
4 – Baixa Renda	Municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 16% e 33% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000) e a variação do PIB foi inferior a 3,87% entre 1990 e 1998.

Essa classificação é considerada para definição de prioridades para as políticas setoriais e estabelecimento de limite financiável para as propostas.

O demonstrativo abaixo apresenta as contratações realizadas no semestre por tipologia e Unidade da Federação, conforme previsto na Programação Anual do FCO:

(R$ mil)

Tipologia	DF		GO		MS		MT		Total	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
Alta Renda	1.088	106.857	8.093	402.315	1.070	52.887	1.206	194.842	11.457	756.901
Dinamica	-	-	2.470	81.541	1.070	41.592	4.132	229.060	7.672	352.193
Estagnada	806	39.771	5.198	147.765	2.655	282.315	1.773	163.661	10.432	633.512
Baixa Renda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	**1.894**	**146.627**	**15.761**	**631.621**	**4.795**	**376.795**	**7.111**	**587.563**	**29.561**	**1.742.606**

Em R$ mil, posição em 30.06.2010

Quadro 24 – Contratações por Tipologia e UF

Obs.: Na Região Centro-Oeste não existe município classificado como baixa renda.

Os municípios de renda dinâmica e estagnada, em conjunto, foram responsáveis pela maioria das contratações no período, com 61,2% do número de operações e 56,6% dos recursos financiados. Os municípios de alta renda representaram 38,8% das operações contratadas, correspondendo a 43,4% do valor total.

Contratações na Faixa de Fronteira

As aplicações nos 72 municípios da Faixa de Fronteira (44 no Estado de Mato Grosso do Sul e 28 no Estado de Mato Grosso) saltaram de R$ 216,2 milhões no 1º semestre de 2009 para R$ 433,9 milhões no 1º semestre de 2010, o que representa um incremento de 100,7%. Já a quantidade de operações passou de 5.977 para 4.826, ou seja, teve um decréscimo de 19,3%.

3.3.2. Situação da Demanda

Demanda Total

No 1º Semestre de 2010, das 32.996 propostas existentes no Banco do Brasil, 29.561 foram contratadas e 3.435 não foram atendidas. Em termos de volume de recursos, o montante referente às propostas não atendidas até o final do período atingiu patamar 166,5% superior ao das contratações no semestre.

(R$ mil)

Situação das Propostas	DF		GO		MS		MT		Total	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Contratadas	1.894	146.627	15.761	631.621	4.795	376.795	7.111	587.563	29.561	1.742.606
Não Atendidas	46	275.622	1.976	2.345.751	585	911.806	828	1.110.365	3.435	4.643.544
Total	**1.940**	**422.249**	**17.737**	**2.977.372**	**5.380**	**1.288.600**	**7.939**	**1.697.928**	**32.996**	**6.386.150**

Posição 30.06.2010

Quadro 25 – Situação das propostas: Contratadas x Não atendidas

O volume de recursos de propostas não atendidas foi superior ao montante contratado. No entanto, considerando o número de propostas, 89,6% delas foram atendidas e apenas 10,4% não o foram. O valor médio das operações contratadas é de R$ 58.949,49, enquanto que o das não atendidas é de R$ 1.351.832,31.

No que diz respeito ao porte, os mini/micro tomadores destacam-se em quantidade de operações contratadas e em montante de financiamentos contratados. Os médios e grandes tomadores registram as maiores pendências de contratação, tanto em quantidade de propostas, quanto em volume de recursos.

Os dois fatos acima mencionados espelham que as demandas por operações de maior valor, devido a sua complexidade, demoram mais tempo para ser atendidas (Projetos em elaboração e/ou análise: 59,2%).

(R$ mil)

Situação das Propostas	Contratadas		Não Atendidas		Total	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Programas						
FCO Empresarial	**8.028**	**951.092**	**1.050**	**3.288.661**	**9.078**	**4.239.753**
Industrial	981	439.404	293	1.425.492	1.274	1.864.896
Infra-estrutura	3	68.395	34	811.911	37	880.306
Comércio e Serviços	5.734	375.944	651	857.899	6.385	1.233.843
Turismo	1.310	67.350	72	193.358	1.382	260.708
FCO Rural	**21.533**	**791.514**	**2.385**	**1.354.883**	**23.918**	**2.146.397**
Rural/Integração	3.838	447.898	2.254	1.153.994	6.092	1.601.892
PRONAF	15.992	301.847	-	-	15.992	301.847
Pronaf-RA	1.622	24.016	-	-	1.622	24.016
Pronatureza	73	17.021	131	200.889	204	217.910
Custeio	8	732	-	-	8	732
Total Geral	**29.561**	**1.742.606**	**3.435**	**4.643.544**	**32.996**	**6.386.150**
Porte						
FCO Empresarial	**8.028**	**951.092**	**1.050**	**3.288.661**	**9.078**	**4.239.753**
Grande	56	460.553	182	2.163.640	238	2.624.193
Médio	203	95.198	256	696.869	459	792.067
Pequeno	6.547	358.466	555	398.626	7.102	757.092
Mini/Micro	1.222	36.875	57	29.525	1.279	66.401
FCO Rural	**21.533**	**791.514**	**2.385**	**1.354.883**	**23.918**	**2.146.397**
Grande	154	149.137	352	660.556	506	809.693
Médio	1.074	156.409	1.229	537.420	2.303	693.829
Pequeno	4.765	228.525	524	112.876	5.289	341.401
Mini/Micro	15.540	257.444	280	44.031	15.820	301.475
Total Geral	**29.561**	**1.742.606**	**3.435**	**4.643.544**	**32.996**	**6.386.150**

Posição 30.06.2010

Quadro 26 – Situação das propostas por porte e programa

As contratações realizadas no 1º Semestre de 2010 estão detalhadas no item 3.3.1 deste relatório.

Demanda Não Atendida

Das propostas não atendidas, 3.270 restaram pendentes de contratação e 165 foram indeferidas ou canceladas, de acordo com o quadro abaixo:

(R$ milhões)

Motivos de Não Atendimento	DF		GO		MS		MT		Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Carta consulta em análise	2	2	376	294	70	193	79	22	527	512
Projeto em elaboração	17	159	979	1.302	187	275	118	97	1.301	1.833
Projeto em análise	16	47	333	408	109	147	273	532	731	1.134
Pendente de documentação	4	6	224	240	169	273	240	317	637	836
Em contratação	5	60	40	85	27	10	2	1	74	157
Indeferidas/canceladas	2	2	24	16	23	14	116	140	165	171
Total	**46**	**276**	**1.976**	**2.346**	**585**	**912**	**828**	**1.110**	**3.435**	**4.644**

Posição 30.06.2010

Quadro 27 – Motivo de não atendimento de demandas, por UF

(R$ milhões)

Setor / Porte	Carta consulta em análise		Projeto em elaboração		Projeto em análise		Pendente de documentação		Em contratação		Indeferidas/ canceladas		Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
EMPRESARIAL														
Grande	15	138	91	1.015	40	482	14	344	12	111	10	74	182	2.164
Médio	58	97	81	239	43	171	44	138	9	11	21	40	256	697
Pequeno	151	92	118	77	131	146	89	44	10	7	56	33	555	399
Micro	12	2	8	3	15	17	13	5	1	0	8	2	57	30
Total Empresarial	**236**	**330**	**298**	**1.334**	**229**	**816**	**160**	**530**	**32**	**129**	**95**	**149**	**1.050**	**3.289**
RURAL														
Grande	43	115	155	220	81	185	61	126	6	13	6	2	352	661
Médio	149	43	532	224	256	101	238	141	26	13	28	15	1.229	537
Pequeno	62	9	212	42	104	25	118	32	8	1	20	3	524	113
Mini	37	14	104	12	61	7	60	8	2	1	16	2	280	44
Total Rural	**291**	**182**	**1.003**	**499**	**502**	**318**	**477**	**306**	**42**	**28**	**70**	**22**	**2.385**	**1.355**
TOTAL Geral	**527**	**512**	**1.301**	**1.833**	**731**	**1.134**	**637**	**836**	**74**	**157**	**165**	**171**	**3.435**	**4.644**

Posição 30.06.2010

Quadro 28 – Motivo de não atendimento de demandas, por Programa

Em termos de quantidade de operações não atendidas, o setor empresarial apresenta 30,6% e o setor rural 69,4%, com destaque para a Linha Rural/Integração. Quanto ao volume de recursos dos programas do setor empresarial, representou 70,8% do montante não contratado no período. O programa com maior número de propostas pendentes foi o Rural/Integração, com 2.254 (65,2% do total) e o de maior valor foi o de Desenvolvimento Industrial, com R$ 1.425,5 mil (30,7% relativamente ao total não contratado). Observa-se que a demanda das operações de Pronaf e Pronaf-RA é integralmente atendida.

(R$ milhões)

Setor / Porte	Carta consulta em análise		Projeto em elaboração		Projeto em análise		Pendente de documentação		Em contratação		Indeferidas/ canceladas		Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
EMPRESARIAL														
Grande	15	138	91	1.015	40	482	14	344	12	111	10	74	182	2.164
Médio	58	97	81	239	43	171	44	138	9	11	21	40	256	697
Pequeno	151	92	118	77	131	146	89	44	10	7	56	33	555	399
Micro	12	2	8	3	15	17	13	5	1	0	8	2	57	30
Total Empresarial	**236**	**330**	**298**	**1.334**	**229**	**816**	**160**	**530**	**32**	**129**	**95**	**149**	**1.050**	**3.289**
RURAL														
Grande	43	115	155	220	81	185	61	126	6	13	6	2	352	661
Médio	149	43	532	224	256	101	238	141	26	13	28	15	1.229	537
Pequeno	62	9	212	42	104	25	118	32	8	1	20	3	524	113
Mini	37	14	104	12	61	7	60	8	2	1	16	2	280	44
Total Rural	**291**	**182**	**1.003**	**499**	**502**	**318**	**477**	**306**	**42**	**28**	**70**	**22**	**2.385**	**1.355**
TOTAL Geral	**527**	**512**	**1.301**	**1.833**	**731**	**1.134**	**637**	**836**	**74**	**157**	**165**	**171**	**3.435**	**4.644**

Posição 30.06.2010

Quadro 29 – Motivo de não atendimento de demandas, por Porte

No tocante ao porte dos tomadores de financiamentos, verifica-se que os médios produtores rurais apresentam maior número de propostas pendentes de contratação, seguidos dos pequenos produtores rurais. Em volume de recursos esse cenário se altera, já que as grandes e médias empresas acumulam 87,4% do valor total não contratado no período.

A partir de outubro/2008 passou-se a controlar os principais motivos de indeferimento ou cancelamento das propostas de financiamento para subsidiar ações preventivas visando à diminuição ainda maior desses casos. Os resultados obtidos são os apresentados a seguir:

(R$ milhões)

Motivo	DF		GO		MS		MT		Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Carta consulta indeferida	-	-	2	1,0	3	2,2	-	-	5	3,2
Cadastro/limite de crédito	-	-	-	-	-	-	1	0,2	1	0,2
Documentação incompleta	-	-	1	0,1	-	-	1	0,2	2	0,4
Cancelamento/desistência do cliente	-	-	12	4,4	18	6,6	3	0,4	33	11,5
Proposta/projeto indeferido	-	-	3	4,9	2	4,8	2	0,2	7	10,0
Outros	2	2,1	6	5,1	-	-	109	139,1	117	146,3
Total	**2**	**2,1**	**24**	**15,6**	**23**	**13,6**	**116**	**140,1**	**165**	**171,4**

Posição 30.06.2010

Quadro 30 – Propostas indeferidas/canceladas: detalhamento

3.3.3. Retornos de Operações de Financiamento

O quadro abaixo apresenta os retornos de capital dos financiamentos do FCO registrados no período, comparativamente à previsão inicial:

(R$ mil)

Período	Previsto	Realizado	%
Janeiro	104.998	109.660	104,4
Fevereiro	96.184	113.104	117,6
Março	107.087	124.850	116,6
Abril	107.478	126.024	117,3
Maio	120.557	138.561	114,9
Junho	136.301	151.365	111,1
Exercício	**672.604**	**763.564**	**113,5**

Posição em 30.06.2010

Quadro 31 – Retornos de capital

Os retornos de capital são redistribuídos às Unidades Federativas e ao Pronaf-RA de acordo com os percentuais previstos na programação orçamentária do exercício. No período foram realizados 113,5% dos retornos previstos, o que contribuiu para o acréscimo na previsão orçamentária apresentada no item 3.2.1.

3.3.4. Situação dos Recursos

(R$ mil)

	DF	GO	MS	MT	TOTAL
1.RECURSOS	1.404.349	4.630.556	2.998.590	4.044.695	13.078.190
2.FINANCIAMENTOS	931.487	4.308.433	2.627.226	3.657.517	11.524.663
3.DISPONIBILIDADE FINANCEIRA.(1-2)	472.862	322.123	371.364	387.178	1.553.527
4. PARCELAS A LIBERAR	25.491	89.668	51.953	103.392	270.504
5. DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA (3-4)	447.371	232.455	319.412	283.786	1.283.024

Obs.:Posição em 30.06.2010

Quadro 32 – Situação dos recursos por UF

O volume de recursos do FCO atingiu, em 30.06.2010, R$ 13.078,2 milhões. Os saldos de recursos aplicados nos financiamentos aos setores produtivos da Região Centro-Oeste somaram R$ 11.524,7 milhões, correspondentes a 88,1% da dotação do Fundo.

A disponibilidade financeira observada ao final do semestre é de R$ 1.553,5 milhões, representando 11,9% do montante de recursos do FCO.

Considerando as parcelas pendentes de liberação de operações contratadas até 30.06.2010, a disponibilidade orçamentária encerrou o semestre em R$ 1.283,0 milhões (9,8% do montante de recursos).

3.3.5. Remuneração dos Recursos Disponíveis

Enquanto não desembolsados pelo Banco do Brasil, os recursos do FCO são remunerados pela taxa extramercado divulgada pelo Banco Central do Brasil, conforme o art. 4º da Lei 9.126, de 10.11.1995, com a redação dada pela Lei 10.177, de 12.01.2001.

O Banco do Brasil creditou ao Fundo, no 1º Semestre de 2010, o montante de R$ 59,2 milhões, correspondente à remuneração das disponibilidades do período.

3.3.6. Remuneração dos Recursos Aplicados

Os recursos desembolsados em decorrência dos financiamentos concedidos aos beneficiários do Fundo são remunerados pelas taxas de juros pactuadas com os mutuários, deduzido o *del credere* do agente financeiro.

O FCO registrou, no período em exame, receitas da ordem de R$ 123,2 milhões, relativas aos encargos financeiros das operações contratadas com recursos do Fundo (deduzido o *del credere* do agente financeiro), na forma estabelecida pelo art. 2º, da Lei 10.177, de 12.01.2001.

3.3.7. Situação da Carteira de Financiamentos

3.3.7.1. Financiamentos – Programa e Unidade Federativa

O quadro a seguir apresenta os saldos totais da carteira de operações do FCO, em 30.06.2010, distribuída por Programa e Unidade Federativa.

(R$ mil)

PROGRAMAS	DF	GO	MS	MT	TOTAL
EMPRESARIAL	**568.077**	**1.244.527**	**848.137**	**1.030.118**	**3.690.859**
Industrial	137.125	672.612	475.346	459.423	1.744.506
Infra-estrutura	97.305	65.119	40.581	188.912	391.917
Turismo	31.241	57.444	58.510	60.634	207.829
Comércio Serviços	302.406	449.352	273.699	321.149	1.346.606
RURAL	**374.961**	**3.058.196**	**1.778.879**	**2.621.769**	**7.833.804**
Rural/Integração	308.605	2.228.708	1.389.615	1.633.022	5.559.950
PRONAF	33.209	721.902	162.613	589.774	1.507.498
PRONAF-RA	8.799	50.146	73.031	285.357	417.333
PAPRA	5.035	5.315	19.762	49.140	79.252
Pronatureza	17.441	45.713	123.499	54.597	241.251
Estocagem	-	1.104	-	3.946	5.050
Custeio	1.871	5.308	10.359	5.933	23.470
Total Geral	**943.038**	**4.302.723**	**2.627.016**	**3.651.887**	**11.524.663**

Posição em 30.06.2010

Quadro 33 – Saldos por programa e UF

Os saldos das operações rurais, com a soma de R$ 7.833,8 milhões, correspondem a 68,0% da carteira de financiamentos do FCO. Os projetos do setor empresarial apresentam o montante de R$ 3.690,9 milhões, equivalente a 32,0% dos financiamentos totais. No FCO Empresarial, as atividades do segmento industrial se destacam com saldos na ordem de R$ 1.744,5 milhões,

enquanto no FCO Rural a carteira da linha de financiamento Rural/Integração encerrou o semestre com R$ 5.559,9 milhões.

3.3.7.2. Financiamentos – Porte e Unidade Federativa

A distribuição dos saldos totais da carteira de financiamentos do FCO, em relação ao porte dos financiados, está demonstrada a seguir:

(R$ mil)

PORTE	DF	GO	MS	MT	REGIÃO
Grande	340.887	1.083.864	1.158.059	1.281.302	3.864.112
Médio	211.268	1.368.221	587.290	776.742	2.943.521
Pequeno	324.087	1.209.460	633.651	1.115.927	3.283.125
Mini/Micro	59.949	503.437	212.861	389.942	1.166.190
Cooperativa	6.847	137.741	35.155	87.973	267.716
Total	**943.038**	**4.302.723**	**2.627.016**	**3.651.887**	**11.524.663**

Posição em 30.06.2010

Quadro 34 – Saldos por porte e UF

Os negócios dos mini, pequenos e médios produtores rurais e das micro, pequenas e médias empresas e de suas associações e cooperativas respondem por 66,5% dos saldos devedores registrados em 30.06.2010, atingindo a cifra de R$ 7.660,5 milhões.

3.3.7.3. Financiamentos Alongados – Lei 9.138/1995 e 10.437/2002

A carteira de financiamento das operações objeto de alongamento nos termos da Lei 9.138/95 e 10.437/2002 (securitização I e II) apresentou saldos de R$ 236,0 milhões ao final do 1º Semestre de 2010, conforme demonstra o quadro a seguir, por Unidade Federativa e Programa:

(R$ mil)

Programas	DF	GO	MS	MT	REGIÃO
PAPRA	38	-	1.176	1.125	2.339
Custeio	8	-	392	-	400
Investimento	29	-	784	1.125	1.938
RURAL	61.268	64.316	50.590	57.458	233.632
Custeio	-	-	-	98	98
Investimento	61.268	64.316	50.590	57.359	233.534
Total	**61.306**	**64.316**	**51.766**	**58.583**	**235.971**

Posição em 30.06.2010

Quadro 35 - Securitização

3.3.7.4. Financiamentos Renegociados – PESA[9]

Aos titulares de operações rurais contratadas até 20.06.1995, em qualquer situação, ou contratadas entre 20.06.1995 e 31.12.1997, sujeitas a encargos financeiros pós-fixados, foi facultado renegociar os débitos nos moldes da Resolução CMN/BACEN n.º 2.471, de 26.02.1998, alternativamente às condições previstas no art. 3º da Lei 10.177, de 2001.

Trata-se de renegociação ao amparo do Programa Especial de Saneamento dos Ativos – PESA, em que o mutuário adquire Certificados do Tesouro Nacional – CTN e os oferece ao Banco credor como garantia de pagamento da dívida renegociada.

No 1º Semestre de 2010, os saldos das operações renegociadas ao abrigo do PESA somaram R$ 58,7 milhões, conforme espelha o quadro a seguir:

(R$ mil)

UF	Saldos	(%)
Distrito Federal	4.253	7,2
Goiás	19.832	33,8
Mato Grosso do Sul	7.138	12,2
Mato Grosso	27.445	46,8
TOTAL	**58.669**	**100,0**

Posição em 30.06.2010

Quadro 36 - PESA

3.3.7.5. Financiamentos Renegociados – Lei 10.177/2001

A Lei 10.177, de 12.1.2001, permitiu a substituição dos encargos financeiros das operações em estoque para as novas taxas de juros prefixadas. Além disso, autorizou a renegociação, prorrogação e composição das dívidas realizadas com recursos do Fundo, contratadas até 31.12.1998.

A Lei autorizou que fossem acrescidos até 10 anos ao prazo final das operações, estabelecendo-se novo esquema de amortização, de acordo com a capacidade de pagamento do devedor. O prazo para formalização das renegociações estendeu-se até 30.10.2003, conforme art. 11 da Lei 10.696/2003, regulamentada pela Resolução BACEN n.º 3.115/2003.

Ao final do 1º Semestre de 2010, o saldo das operações renegociadas ao amparo da Lei 10.177/2001, foi de R$ 116,5 milhões, correspondentes a 1,6 mil operações, conforme quadro a seguir, por programa e UF:

9 PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos

(R$ mil)

UF	PRONAF	Rural	Industrial	Turismo	Infra-Estrutura	TOTAL
DF						
Quantidade	0	37	3	0	0	40
Valor	0	13.387	2.182	0	0	15.569
GO						
Quantidade	20	610	19	3	0	652
Valor	58	40.602	5.487	474	0	46.621
MS						
Quantidade	18	211	10	3	0	242
Valor	34	14.237	1.244	1.919	0	17.433
MT						
Quantidade	179	467	6	1	1	654
Valor	632	33.470	2.516	237	0	36.855
Total Geral	**217**	**1.325**	**38**	**7**	**1**	**1.588**
	724	**101.695**	**11.428**	**2.630**	**0**	**116.477**

Posição em 30.06.2010

Quadro 37 – Renegociações por UF e Programa

Do total de operações renegociadas, o setor rural, representado pela linha de financiamento de Desenvolvimento Rural e pelo Pronaf, apresentou a maior participação, com 1.542 operações, 97,1% da quantidade, e valor de R$ 102,4 milhões, correspondentes a 87,9% dos saldos devedores das operações renegociadas.

Relativamente ao porte dos mutuários, os saldos das operações que tiveram alteração dos encargos financeiros ou foram renegociadas para taxa de juros prefixada estão apresentados no quadro a seguir:

(R$ mil)

UF	Grande	Médio	Pequeno	Mini/Micro	TOTAL
DF					
Quantidade	3	20	15	2	40
Valor	4.183	7.268	4.053	65	15.569
GO					
Quantidade	28	204	270	150	652
Valor	7.256	21.169	16.249	1.946	46.621
MS					
Quantidade	18	109	78	37	242
Valor	3.371	8.513	4.928	622	17.433
MT					
Quantidade	58	193	192	211	654
Valor	18.529	11.678	5.303	1.346	36.855
Total Geral	**107**	**526**	**555**	**400**	**1.588**
	33.339	**48.628**	**30.533**	**3.978**	**116.477**

Posição em 30.06.2010

Quadro 38 – Renegociações por UF e Porte

Em quantidade de contratos reformulados, destacou-se o Estado de Mato Grosso com 0,7 mil casos (41,2% da quantidade total reformulada) e, em volume de reformulações, o Estado de

Goiás, com saldo de operações renegociadas na ordem de R$ 46,6 milhões (40,0% do valor total reformulado).

Em quantidade de operações, as renegociações estão concentradas com os mutuários de mini/micro e pequeno portes, representando 60,1% (955 operações).

3.3.7.6. Prorrogações Concedidas no 1º Semestre de 2010

No 1º Semestre de 2010, foram prorrogadas 7.821 operações contratadas com recursos do FCO Rural e 6 do FCO Empresarial, conforme autorização concedida pelo Condel no âmbito da Programação 2010, correspondendo ao volume de R$ 435,4 milhões (R$ 433,8 milhões no segmento rural e R$ 1,6 milhão no empresarial).

Prorrogações (R$ mil)

	DF	GO	MS	MT	TOTAL
Linha de Financiamento					
Desenvolvimento Rural	5.074	108.206	127.467	154.771	395.518
Pronaf	0	4.824	11.896	8.183	24.903
Pronaf RA	0	1.614	4.876	4.498	10.987
Comércio e Serviços	0	0	461	0	461
Desenvolvimento Industrial	0	0	0	94	94
Turismo regional	0	59	846	99	1.004
Escotagem	0	0	0	414	414
Pronatureza	0	98	54	866	1.018
Custeio	79	327	545	0	952
	5.154	**115.128**	**146.145**	**168.924**	**435.352**
Porte					
Grande	867	66.609	72.624	129.561	269.661
Médio	4.124	29.971	44.902	21.284	100.280
Pequeno	122	11.283	14.844	10.029	36.279
Mini/Micro	41	7.264	13.775	8.050	29.131
	5.154	**115.128**	**146.145**	**168.924**	**435.352**
Risco					
100% BB	5.154	110.534	133.764	155.246	404.698
100% FCO	0	4.172	12.075	12.832	29.079
Compartilhado	0	422	306	847	1.575
	5.154	**115.128**	**146.145**	**168.924**	**435.352**

Posição em 30/06/2010

Quadro 39 – Prorrogações do FCO l

O Banco não apresentou, no 1º semestre de 2010, operações de risco integral do Fundo ou compartilhado liquidadas pelo equivalente financeiro do valor dos bens passíveis de penhora, na forma especificada pelos arts. 15-B e 15-C da Lei nº 7.827, de 27.09.1989, com redação dada pela Lei nº 11.945, de 04.06.2009.

3.3.7.7. Financiamentos por Encargos Pactuados

(R$ mil)

Encargos Pactuados	Qtde	Total
2,00%	103.105	1.130.375
5,00%	67.715	1.082.230
6,75%	20.664	795.918
7,25%	17.653	2.232.156
8,25%	28.985	1.582.418
8,50%	2.964	1.624.650
9,50%	2.583	769.439
10,00%	1.217	1.746.238
Comissão de Permanência	14.377	153.864
IGPDI + 8%	4	212
TJLP	4.297	29.947
TJLP + 6%	13	389
VPM + 3%	19.839	376.700
IGPM	3	127
TOTAL	**283.419**	**11.524.663**

Posição em 30.06.2010

Quadro 40 – Financiamentos por Encargos Pactuados

3.3.7.8. Financiamentos – Risco Operacional

Com a edição da MP 2.196, de 2001, que dispôs sobre o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, o risco operacional dos financiamentos contratados até 30.11.1998 foi assumido pelo FCO. Em conseqüência, o *del credere* do agente financeiro ficou reduzido a zero. A legislação citada também facultou o repasse dos recursos do Fundo ao Banco Administrador para que este realize operações de financiamento em seu nome próprio e com risco exclusivo, com *del credere* limitado a 6% ao ano.

Em decorrência do disposto na MP 2.196/2001, a carteira de financiamentos do Fundo passou a apresentar quatro grupamentos de risco operacional, a saber: operações contratadas até 30.11.1998 – risco 100% FCO; operações contratadas entre 01.12.1998 e 30.06.2001 – risco compartilhado (50% FCO e 50% BB); operações contratadas a partir de 01.07.2001 – risco 100% BB e operações contratadas no Programa PAPRA – Risco Procera.

O quadro a seguir apresenta resumo da classificação da carteira por modalidade de risco operacional:

(R$ mil)

Risco Operacional	% do risco	Saldo das operações	Participação (%)
Banco do Brasil	100%	10.329.665	89,63
Compartilhado	50%	92.243	0,80
FCO	100%	1.023.502	8,88
PROCERA / PAPRA	100%	79.252	0,69
Total		**11.524.663**	**100,0**

Posição em 30.06.2010

Quadro 41 – Carteira por risco

Risco 100% Banco do Brasil

Diante da prerrogativa criada pela MP 2.196/2001, o Banco do Brasil passou a considerar os recursos do FCO que lhe foram repassados como Capital de Referência - Nível II. O risco das operações contratadas a partir de 1º de julho de 2001 é integralmente assumido pelo Banco do Brasil, que percebe *del credere* correspondente a 6% ao ano. A tabela seguinte apresenta a carteira de financiamentos contratados com risco 100% do Banco do Brasil, por programa e Unidade Federativa:

(R$ mil)

PROGRAMAS	DF	GO	MS	MT	TOTAL
Empresarial	**562.970**	**1.229.802**	**841.390**	**1.027.276**	**3.661.438**
Comércio e Serviços	302.406	449.352	273.699	321.149	1.346.606
Desenvolvimento do Turismo Regio	31.116	55.620	56.307	60.374	203.417
Desenvolvimento Industrial	132.142	659.711	471.147	456.842	1.719.842
Infraestrutura Econômica	97.305	65.119	40.237	188.912	391.573
Rural	**262.734**	**2.806.363**	**1.564.756**	**2.034.374**	**6.668.227**
Comercialização	-	1.104	-	3.946	5.050
Custeio	1.871	5.301	10.359	5.933	23.464
Desenvolvimento Rural	213.754	2.058.194	1.301.425	1.473.535	5.046.908
PRONAF	29.672	696.089	129.473	496.365	1.351.599
PRONATUREZA	17.436	45.675	123.499	54.595	241.206
Total Geral	**825.704**	**4.036.165**	**2.406.146**	**3.061.651**	**10.329.665**

Posição em 30.06.2010

Quadro 42 – Carteira com risco BB

Risco Compartilhado

Por força do disposto no art. 6º da Lei n.º 10.177, de 12.01.2001, o risco das operações contratadas a partir de 1º de dezembro de 1998 passou a ser compartilhado com o Fundo, à razão de 50%, e o *del credere* do agente financeiro reduzido para 3% ao ano. Os financiamentos do Pronaf – Reforma Agrária não se enquadram nessa regra, visto que o risco é integral do FCO, nos termos do art. 7º da Lei 9.126/95.

Os saldos da carteira de risco compartilhado totalizaram, ao final do semestre, R$ 92,2 milhões, equivalentes a 1,0% do total de financiamentos do FCO.

O quadro a seguir apresenta o saldo da carteira de operações contratadas com risco compartilhado, por programa de financiamento e Unidade Federativa:

(R$ mil)

PROGRAMAS	DF	GO	MS	MT	TOTAL
Empresarial	**637**	**3.238**	**585**	**33**	**4.493**
Comércio e Serviços	0	0	0	0	0
Desenvolvimento do Turismo Regio	125	1.396	26	23	1.570
Desenvolvimento Industrial	512	1.843	542	10	2.907
Infraestrutura Econômica	0	0	16	0	16
Rural	**6.194**	**44.477**	**11.978**	**25.101**	**87.750**
Custeio	0	0	0	0	0
Desenvolvimento Rural	6.176	44.366	11.973	24.968	87.483
PRONAF	18	104	6	131	259
PRONATUREZA	0	7	0	2	9
Total Geral	**6.831**	**47.716**	**12.563**	**25.133**	**92.243**

Posição em 30.06.2010

Quadro 43 – Carteira com risco compartilhado

Risco 100% FCO

Por força da MP 2.196, de 2001, o risco das operações contratadas até 30.11.1998[10] e aquelas contratadas no Programa Pronaf - Reforma Agrária é 100% do FCO. No período em exame, os saldos dos financiamentos de risco 100% do Fundo totalizaram R$ 1.023,5 milhões. A tabela seguinte apresenta a carteira de financiamentos com risco 100% FCO, por programa e UF:

(R$ mil)

PROGRAMAS	DF	GO	MS	MT	TOTAL
Empresarial	**4.470**	**11.487**	**6.162**	**2.809**	**24.928**
Desenvolvimento do Turismo Regional	0	429	2.177	237	2.842
Desenvolvimento Industrial	4.470	11.058	3.657	2.572	21.757
Infraestrutura Econômica	0	0	328	0	328
Rural	**100.998**	**202.040**	**182.382**	**513.154**	**998.574**
Desenvolvimento Rural	88.674	126.148	76.217	134.519	425.559
PRONAF	3.519	25.709	33.134	93.278	155.640
PRONAF RA	8.799	50.146	73.031	285.357	417.333
PRONATUREZA	5	31	0	0	36
Custeio	0	6	0	0	6
Total Geral	**105.468**	**213.527**	**188.544**	**515.963**	**1.023.502**

Posição em 30.06.2010

Quadro 44 – Carteira com risco FCO

Do total de R$ 1.023,5 milhões, R$ 294,7 milhões representam os saldos das operações renegociadas ao amparo do Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA (R$ 58,7 milhões) e alongadas com base nas Leis 9.138/95 e 10.437/2002 (Securitização – R$ 236,0), com risco 100% do FCO.

[10] Exceto as operações realizadas ao abrigo do Programa de Apoio à Política de Reforma Agrária – PAPRA, cujo risco operacional é do PROCERA.

Risco de Terceiros - PROCERA

As operações no âmbito do PAPRA – Programa de Apoio à Política de Reforma Agrária, contratadas com recursos do FCO, somam R$ 79,3 milhões. O risco operacional desses financiamentos era suportado integralmente pelo PROCERA – Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária, conforme determina a Portaria Interministerial n.º 218, de 27.08.1992.

Conforme art. 23 da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, aplicam-se às operações ao amparo do PROCERA, medidas de incentivo à liquidação ou renegociação das operações, sendo os custos decorrentes dos benefícios concedidos, imputados aos Fundos Constitucionais de Financiamentos nas operações efetuadas com seus recursos.

3.3.7.9. Financiamentos da Reforma Agrária

O art. 7º da Lei 9.126, de 10.11.1995, com a redação dada pelas Leis 10.186, de 12.2.2001 e 12.249, de 11.06.2010, estabelece que o Banco Administrador destinará 10% dos recursos do Fundo para o financiamento a assentados e colonos nos programas oficiais de assentamento, colonização e reforma agrária aprovados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra e a beneficiários do Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra.

O dispositivo legal supracitado dispõe que os contratos de financiamento de projetos de estruturação inicial dos assentados, colonos ou beneficiários do Fundo de Terras serão realizados com risco para o Fundo Constitucional, observadas as condições definidas pelo Conselho Monetário Nacional.

Com o advento da Resolução CMN/BACEN n.º 2.629, de 10.8.1999, os colonos e assentados beneficiários dos programas de assentamento, colonização e reforma agrária passaram a ser assistidos com recursos do FCO ao abrigo do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Grupo “A”, com risco operacional para o FCO.

Anteriormente à edição da Resolução acima citada, os financiamentos eram realizados ao amparo do Programa de Apoio à Política de Reforma Agrária – PAPRA, com risco do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária – PROCERA.

A carteira de financiamentos dos programas oficiais de reforma agrária encerrou o semestre com saldos devedores na ordem de R$ 496,6 milhões, sendo R$ 79,3 milhões com o PAPRA e R$ 417,3 milhões com o Pronaf Reforma Agrária.

3.3.7.10. Financiamentos – Vencimento

O estoque de financiamento do FCO, compreendendo as operações contratadas desde o início das atividades do Fundo, registrou, em 30.06.2010, saldos globais na ordem de R$ 11.524,7 milhões.

Os demonstrativos a seguir apresentam os saldos das operações “em ser”, segregados em parcelas vencidas e vincendas ao final do semestre, por Unidade Federativa, atividade e risco:

(R$ mil)

Situação	DF	%	GO	%	MS	%	MT	%	TOTAL	%
Vincendo	887.567	94,1%	4.232.263	98,4%	2.558.656	97,4%	3.484.079	95,4%	11.162.564	96,9%
Vencido	55.471	5,9%	70.460	1,6%	68.359	2,6%	167.808	4,6%	362.099	3,1%
TOTAL	**943.038**	**100%**	**4.302.723**	**100%**	**2.627.016**	**100%**	**3.651.887**	**100%**	**11.524.663**	**100%**

Posição em 30.06.2010

Quadro 45 – Saldos vincendos e vencidos

Os saldos das parcelas em situação de anormalidade atingiram R$ 362,1 milhões, ao final do período. Proporcionalmente aos valores financiados em cada Unidade Federativa, o Distrito Federal e o Mato Grosso registraram os maiores percentuais de parcelas em atraso, 5,9% e 4,6%, respectivamente.

O Estado de Goiás, com 1,6% de parcelas vencidas, apresentou a menor proporção de saldos em atraso.

(R$ mil)

Modalidade	Vincendo	Vencido	Total	(%) Atraso
Empresarial	3.663.037	27.822	3.690.859	0,75
Rural	7.499.528	334.276	7.833.804	4,27
TOTAL	**11.162.564**	**362.099**	**11.524.663**	**3,14**

Posição em 30.06.2010

Quadro 46 – Inadimplência por modalidade

Da leitura do quadro anterior, nota-se que, proporcionalmente aos valores financiados, o segmento rural registra o maior percentual de parcelas em atraso, 4,27%.

(R$ mil)

Risco Operacional	Vincendo	Vencido	Total	(%) Atraso
Risco 100% do BB	10.252.482	77.184	10.329.665	0,75
Risco 100% do FCO	783.617	239.886	1.023.502	23,44
Risco Compartilhado	89.110	3.133	92.243	3,40
Risco PROCERA	37.356	41.896	79.252	52,86
TOTAL	**11.162.564**	**362.099**	**11.524.663**	**3,14**

Posição em 30.06.2010

Quadro 47 – Inadimplência por Risco

A inadimplência das operações realizadas com risco do PROCERA apresentou o maior percentual de parcelas em atraso (52,86%), seguida das operações com risco integral do FCO, com 23,44%, conforme está evidenciado no demonstrativo anterior.

Desconsiderada a inadimplência relativa ao PROCERA, a nova configuração da inadimplência na área de abrangência do FCO, por Unidade Federativa passa a ser a seguinte:

(R$ mil)

Situação	DF	%	GO	%	MS	%	MT	%	TOTAL	%
Vincendo	885.565	94,4%	4.228.630	98,4%	2.544.741	97,6%	3.466.273	96,2%	11.125.208	97,2%
Vencido	52.438	5,6%	68.778	1,6%	62.513	2,4%	136.474	3,8%	320.203	2,8%
TOTAL	**938.003**	**100%**	**4.297.408**	**100%**	**2.607.254**	**100%**	**3.602.747**	**100%**	**11.445.411**	**100%**

Posição em 30.06.2010

Quadro 48 – Inadimplência sem o Procera

No grupamento de risco 100% FCO estão incluídos os saldos das operações de PESA e Securitização, contratadas com recursos do Fundo.

Na nova configuração, o Distrito Federal continua sendo a Unidade com maior índice de operações com parcelas vencidas (5,6%) e o Estado de Goiás o de menor índice de inadimplemento (1,6%).

As parcelas vencidas dos financiamentos apresentaram o seguinte quadro por tempo de atraso:

(R$ mil)

Faixa de Vencimento	Saldos	(%)
01 a 30 dias	14.956	4,1
31 a 60 dias	14.471	4,0
61 a 90 dias	10.384	2,9
91 a 120 dias	4.188	1,2
121 a 150 dias	13.407	3,7
151 a 180 dias	5.948	1,6
Vencido acima de 180 dias	298.745	82,5
Total Geral	**362.099**	**100,0**

Posição em 30.06.2010

Quadro 49 – % de participação por faixa de vencimento

Observa-se que o maior volume de recursos se concentra na faixa de operações vencidas em prazo superior a 180 dias. De acordo com a Resolução 2.682/99 e a Portaria Interministerial n.º 11/2005, as operações com esse prazo de vencimento devem ser transferidas para prejuízo, com o correspondente débito da provisão, após decorridos seis meses da sua classificação nessa faixa, não sendo admitido o registro em período inferior.

Inadimplência por UF

O saldo de operações vencidas ao final do semestre totalizou R$ 362,1 milhões, sendo o estado de Mato Grosso responsável por 46,3% desse montante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

(R$ mil)

UF	Operações Vencidas	
	Valor	%
DF	55.471	15,3
GO	70.460	19,5
MS	68.359	18,9
MT	167.808	46,3
Total Geral	**362.098**	**100,0**

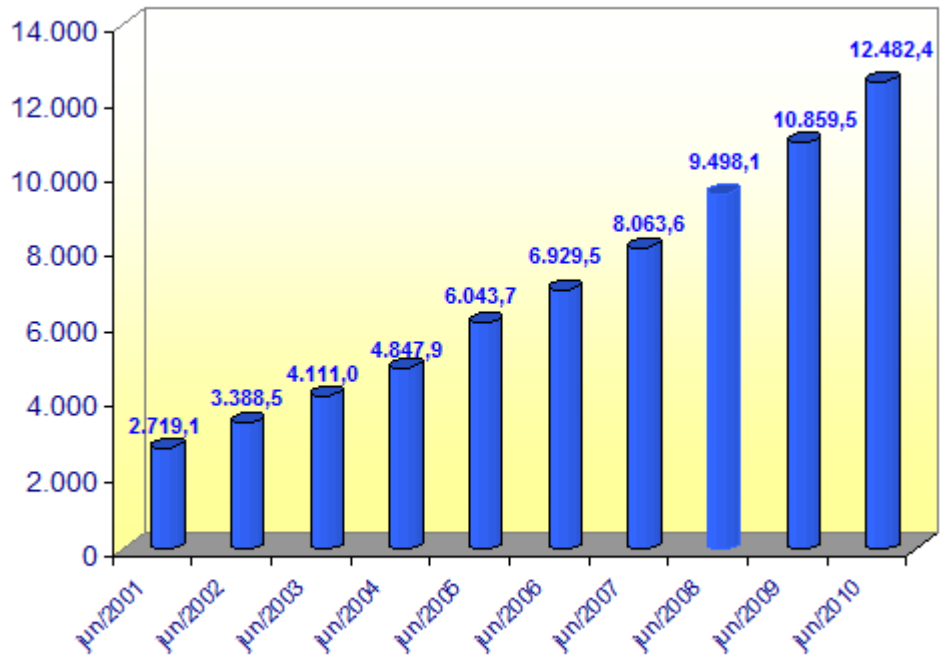
Posição em 30.06.2010

Quadro 50 – Inadimplência por UF

3.3.8. Patrimônio Líquido

Em 30.06.2010, o Patrimônio Líquido do FCO atingiu o montante de R$ 12.482,4 milhões, apresentando um incremento de 14,9% se comparado ao mesmo período do ano anterior (R$ 10.859,5 milhões em 30.06.2009). O patrimônio do Fundo compõe-se das transferências de exercícios anteriores (R$ 9.589,1 milhões), do superávit acumulado até junho/2010 (R$ 2.186,3 milhões) e das transferências deste exercício (R$ 707,0 milhões).

Evolução Patrimonial (R$ milhões)



Quadro 51 – Evolução Patrimonial

3.3.9. Legislação Editada no Período

Leis

- Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010. Institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste - REPENEC; cria o Programa Um Computador por Aluno - PROUCA e institui o Regime Especial de Aquisição de Computadores para Uso Educacional - RECOMPE; prorroga benefícios fiscais; constitui fonte de recursos adicional aos agentes financeiros do Fundo da Marinha Mercante - FMM para financiamentos de projetos aprovados pelo Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante - CDFMM; institui o Regime Especial para a Indústria Aeronáutica Brasileira - RETAERO; dispõe sobre a Letra Financeira e o Certificado de Operações Estruturadas; ajusta o Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV; altera as Leis nos 8.248, de 23 de outubro de 1991, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.484, de 31 de maio de 2007, 11.488, de 15 de junho de 2007, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 11.948, de 16 de junho de 2009, 11.977, de 7 de julho de 2009, 11.326, de 24 de julho de 2006, 11.941, de 27 de maio de 2009, 5.615, de 13 de outubro de 1970, 9.126, de 10 de novembro de 1995, 11.110, de 25 de abril de 2005, 7.940, de 20 de dezembro de 1989, 9.469, de 10 de julho de 1997, 12.029, de 15 de setembro de 2009, 12.189, de 12 de janeiro de 2010, 11.442, de 5 de janeiro de 2007, 11.775, de 17 de setembro de 2008, os Decretos-Leis nos 9.295, de 27 de maio de 1946, 1.040, de 21 de outubro de 1969, e a Medida Provisória no 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; revoga as Leis nos 7.944, de 20 de dezembro de 1989, 10.829, de 23 de dezembro de 2003, o Decreto-Lei no 423, de 21 de janeiro de 1969; revoga dispositivos das Leis nos 8.003, de 14 de março de 1990, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 5.025, de 10 de junho de 1966, 6.704, de 26 de outubro de 1979, 9.503, de 23 de setembro de 1997; e dá outras providências.

Resoluções do Conselho Monetário Nacional – CMN

- 3.840, de 25.02. 2010. Promove ajustes nas normas dos créditos de investimento do Pronaf.
- 3.868, de 17.06.2010. Altera as normas do Pronaf.

Resoluções do Conselho Deliberativo – CONDEL/FCO

- 383, de 04.03.2010. PROGRAMAÇÃO DO FCO PARA 2010: Metas de desempenho do FCO para 2010;
- 384, de 04.03.2010. PROGRAMAÇÃO DO FCO PARA 2010: Condições Gerais de Financiamento;
- 385, de 04.03.2010. PROGRAMAÇÃO DO FCO PARA 2010: Condições de Financiamento; Encargos Financeiros; Bônus de adimplência;
- 386, de 04.03.2010. PROGRAMAÇÃO DO FCO PARA 2010: Condições Gerais de Financiamento; Itens Não Financiáveis;
- 387, de 04.03.2010. PROGRAMAÇÃO DO FCO PARA 2010; Programa de FCO Rural; Linha de Financiamento de Conservação da Natureza; Finalidade
- 388, de 29.06.2010. Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) – Exercício de 2009;
- 389, de 29.06.2010. Programação do FCO para 2010; criação de Grupo de Trabalho;

- 390, de 29.06.2010. Calendário de Reuniões do Condel/FCO para 2010.

3.3.10. Remuneração do Banco Operador – *Del Credere*

A título de *del credere* do agente financeiro, em função do risco de crédito assumido nas operações, o Banco do Brasil recebeu no 1º Semestre de 2010 o valor de R$ 264,7 milhões. A cobrança do *del credere* está regulamentada no § 4º, inciso II, do art. 9º-A, da Lei 7.827, de 27.09.1989 e no § 2º, do art. 1º , da Lei 10.177, de 12.01.2001.

3.3.11. Remuneração do Administrador

Na forma do art. 13 da MP 2.199-14, de 24.08.2001, caberia ao Banco do Brasil, como administrador do FCO, remuneração correspondente a 3% ao ano sobre o Patrimônio Líquido do Fundo, apropriada mensalmente e limitada, em cada exercício, a 20% do valor das transferências realizadas pelo Tesouro Nacional.

A MP 2.196, de 2001, facultou ao Banco Administrador a utilização dos recursos do Fundo como Patrimônio de Referência – Nível II da Instituição. Nessa condição, as operações realizadas passam a ser contratadas com risco integral do agente financeiro. Ademais, diz o referido dispositivo legal que os valores utilizados deverão ser deduzidos do Patrimônio Líquido do Fundo para efeito de cálculo da taxa de administração. Uma vez que o Banco do Brasil optou por considerar os recursos do FCO como Patrimônio de Referência – Nível II, não se observou despesa com o pagamento da taxa de administração do Fundo no período.

3.3.12. Perdas

No período em exame, foram transferidos para perdas R$ 414,1 milhões, conforme demonstrado no quadro a seguir:

R$ mil

Risco Operacional	Saldo Transferido	Saldo Assumido pelo BB	Saldo Assumido pelo FCO
Banco do Brasil - 100%	402.561	402.561	-
Compartilhado - 50%	7.060	3.530	3.530
FCO - 100%	4.462	-	4.462*
Total	**414.083**	**406.091**	**7.992**

Posição em 30.06.2010

Quadro 52 – Perdas do Fundo

Do montante transferido para perdas, foram debitados ao FCO R$ 8,0 milhões referentes às perdas por assunção do risco, sendo que os restantes R$ 406,1 milhões foram reembolsados ao Fundo pelo BB, valores esses que integraram as disponibilidades para novas aplicações.

Durante o 1º semestre de 2010 foi recuperado para o Fundo o montante de R$ 9.695 mil (1º semestre de 2009, R$ 4.607 mil) referente a operações de risco FCO e 50% de risco compartilhado, já baixadas para prejuízo.

3.3.13. Rebates / Bônus de Adimplência

No 1º semestre, foram concedidos aos beneficiários que pagaram em dia suas prestações/parcelas, a título de rebates sobre os encargos financeiros ou bônus de adimplência, os valores correspondentes a R$ 6,6 milhões e R$ 39,4 milhões, respectivamente.

3.3.14. Geração de Empregos

No 1º Semestre 2010, estima-se que os financiamentos com recursos do FCO permitiram a criação ou manutenção de 201,59 mil postos de trabalho, sendo 75,77 mil diretos e 125,82 mil indiretos, conforme demonstra o quadro a seguir, por Unidade Federativa e programas de financiamento:

(Quantidade)

Programas	Empregos Gerados	DF	GO	MS	MT	TOTAL
EMPRESARIAL						
Industrial	Diretos	672	2.698	2.483	9.010	14.863
	Indiretos	985	4.447	2.859	15.684	23.975
Infraestrutura	Diretos	-	-	-	16	16
	Indiretos	-	-	-	16	16
Comércio Serviços	Diretos	2.495	3.730	1.908	1.887	10.020
	Indiretos	4.289	6.720	3.497	3.425	17.931
Turismo	Diretos	706	1.254	824	805	3.589
	Indiretos	609	1.042	692	643	2.986
Total Empresarial	**Diretos**	3.873	7.682	5.215	11.718	28.488
	Indiretos	5.883	12.209	7.048	19.768	44.908
RURAL						
Rural/Integração	Diretos	573	6.957	5.416	5.108	18.054
	Indiretos	1.048	13.196	9.710	9.156	33.110
PRONAF	Diretos	642	11.450	1.715	7.178	20.985
	Indiretos	951	17.214	2.595	10.697	31.457
Pronaf-RA	Diretos	451	1.029	3.782	2.282	7.544
	Indiretos	902	2.058	7.564	4.564	15.088
Pronatureza	Diretos	89	263	343	6	701
	Indiretos	160	480	608	10	1.258
Total Rural	Diretos	1.755	19.699	11.256	14.574	47.284
	Indiretos	3.061	32.948	20.477	24.427	80.913
TOTAL Geral	**Diretos**	5.628	27.381	16.471	26.292	75.772
	Indiretos	8.944	45.157	27.525	44.195	125.821
		14.572	72.538	43.996	70.487	201.593

Posição: jan a jun/2010

Quadro 53 – Geração de Empregos

As atividades do setor rural possibilitaram a geração ou manutenção de 128,2 mil postos de trabalho, equivalentes a 63,6% do total contabilizado no período. O Estado de Goiás, com 72,5 mil novos empregos diretos e indiretos, foi o que apresentou maior número dentre as Unidades Federativas, com 36,0% do total. Em seguida destaca-se o Estado de Mato Grosso, com 70,5 mil empregos no período.

O número de empregos diretos e indiretos gerados no 1º Semestre de 2010 aumentou 1,2% em relação ao total apurado no mesmo período de 2009 (199,1 mil). Verificou-se decréscimo no Distrito Federal, com índice de -16,3%, seguido do Estado de Goiás com -1,1%. Os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul apresentaram incremento de 3,0% e 10,1%, respectivamente.

O demonstrativo adiante apresenta a relação entre o valor financiado e a geração ou manutenção de empregos diretos na Região, por Unidade Federativa:

(R$ mil)

UF	Valor Financiando (a)	Empregos Diretos (b)	Valor Médio (a/b)
DF	146.627	5.628	26,1
GO	631.621	27.381	23,1
MS	376.795	16.471	22,9
MT	587.563	26.292	22,3
Total	**1.742.606**	**75.772**	**23,0**

Posição em 30.06.2010

Quadro 54 – Valor financiado x Empregos gerados

O valor médio investido para geração ou manutenção de um emprego direto na Região situou-se em R$ 23,0 mil. Por unidade da federação, a média mais elevada foi registrada no Distrito Federal (R$ 26,1 mil), enquanto que o Mato Grosso e Mato Grosso do Sul apresentaram os menores valores médios por aplicação para geração ou manutenção de um emprego (R$ 22,3 mil e R$ 22,9 mil, respectivamente).

3.3.15. Operações Ajuizadas

Conforme solicitação do Ministério da Integração Nacional, ofício nº 02/2008-FCO/SCO/MI, de 08.02.2008, o Administrador informa que a carteira de financiamentos do Fundo possui 240,0 mil operações em ser. No 1º Semestre de 2010, foram ajuizadas pela Diretoria Jurídica do Banco do Brasil 127 operações (cerca de R$ 37,0 milhões).

3.3.16. Fiscalização, Controle e Auditagem

Fiscalização

A partir de 31.03.2009, o Banco do Brasil implantou o controle de operações com irregularidades em banco de dados padronizado, disponibilizado às Superintendências dos Estados do Centro-Oeste.

São objeto de fiscalização obrigatória do crédito rural, observados os critérios mínimos fixados pelo Banco Central do Brasil, todas as operações rurais "em ser" deferidas ao mesmo mutuário, quando a soma dos valores contratados ultrapassar R$ 170 mil.

Quanto ao FCO empresarial, a fiscalização deve seguir as normas gerais de crédito do Banco do Brasil, ou seja, é obrigatória para operações de investimento e aquisição de bens, de valor igual ou superior a R$ 90 mil, e dispensada para operações de capital de giro e de prestação de garantia sem vinculação de garantia real.

Tendo em vista o curto prazo desde a implementação desse sistema de controle e o tempo necessário para a adoção das ações regularizadoras pelas agências, ainda não há informações consolidadas das providências adotadas para cada operação.

No 1º semestre de 2010, foram realizados 5.188 serviços de fiscalização (obrigatórios, por amostragem e mediante agendamento manual) em 4.931 operações amparadas com recursos do Fundo, tendo sido apontadas 953 irregularidades. Destas, 288 foram atendidas e/ou regularizadas e 665 não tinham sido atendidas e/ou regularizadas em 30.06.2010. A tabela abaixo apresenta as irregularidades pendentes naquela data:

Apontamentos não atendidos	Rural	Empresarial	Total
Execução do Orçamento	35	11	46
Situação das Garantias	110	13	123
Atuação do Cliente	-	-	-
Aspectos Gerais	438	58	496
Total	**583**	**82**	**665**

Posição em 30.06.2010

Quadro 56 – Irregularidades detectadas em fiscalização

A documentação e as demais informações referentes às fiscalizações efetuadas estão arquivadas nos dossiês das operações de financiamento, disponíveis nas agências do Banco do Brasil responsáveis pela sua contratação.

Esse controle é dinâmico: as ocorrências apontadas pela fiscalização são comunicadas às agências, que, por sua vez, comunicam os mutuários e solicitam a adoção de medidas visando sanar as irregularidades. As medidas adotadas são analisadas pela Agência e informadas às Superintendências, às quais cabe a manifestação conclusiva. O arquivo é atualizado mensalmente.

Controle

O Fundo tem Plano Contábil próprio, criado com o objetivo de disciplinar os registros dos atos e fatos a ele inerentes. Os recursos e as aplicações são identificados em rubricas específicas do sistema contábil do Banco do Brasil.

Com a publicação da Portaria Interministerial MI/MF n.º 1C, de 15.01.2005, alterada pela Portaria Interministerial MI/MF n.º 11, de 28.12.2005, além da obrigatoriedade de elaborar a contabilidade do FCO de acordo com a Lei 7.827/89 (prevê no art. 18 a adoção do sistema contábil da respectiva instituição financeira federal, ou seja, contabilidade comercial), o Banco do Brasil passou a elaborar, também, a contabilidade do Fundo em conformidade com a Lei 4.320/64 (dispõe sobre a contabilidade pública), utilizando o SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, para registro dos dados.

Auditagem

Em observância aos arts. 70 e 71 da Constituição Federal, arts. 19 e 20 da Lei 7.827/89 e instruções específicas, o Banco do Brasil promove:

a) anualmente, a prestação de contas ao Tribunal de Contas da União, previamente auditada pela Secretaria Federal de Controle Interno – SFCI, vinculada à Controladoria Geral da União, Órgão da Presidência da República;

b) a publicação semestral dos balanços, devidamente auditados por empresa de auditoria externa independente;

c) a apresentação de relatório semestral circunstanciado ao Ministério da Integração Nacional e Conselho Deliberativo do Fundo sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos.

4. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS COMO RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO

Repasse de Recursos a Outras Instituições Financeiras

O artigo 9º da Lei 7.827/89, com redação dada pela Lei 10.177/2001, prevê que “Observadas as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional, os bancos administradores poderão repassar recursos dos Fundos Constitucionais a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com capacidade técnica comprovada e com estrutura operacional e administrativa aptas a realizar, em segurança e no estrito cumprimento das

diretrizes e normas estabelecidas, programas de financiamento especificamente criados com essa finalidade.”

O Banco do Brasil firmou contrato com as instituições Banco de Brasília S.A.- BRB, Banco Cooperativo do Brasil - BANCOOB, Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Agência de Fomento de Goiás S.A., iniciando-se as transferências de recursos em novembro/2008.

As contratações efetuadas por meio de repasse priorizam os segmentos de mini, micro e pequenos tomadores e abrangem os programas FCO Empresarial e FCO Rural, observada a Programação Anual de Financiamento.

As operações contratadas pelas instituições operadoras estão demonstradas a seguir:

(R$ mil)

Programas	Bancoob GO		BRB DF		Goiás Fomento GO		Sicredi MT		MS		Total Centro-Oeste	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
FCO Empresarial	-	-	-	-	1	90	6	692	2	350	9	1.132
Des. Industrial	-	-	-	-	-	-	3	434	-	-	3	434
Turismo Regional	-	-	-	-	-	-	-	-	1	62	1	62
Comércio e Serviços	-	-	-	-	1	90	3	258	1	288	5	635
FCO Rural	51	2.790	-	-	-	-	53	3.264	20	1.477	124	7.530
FCO Rural (exceto Pronaf e Pronatureza)	51	2.790	-	-	-	-	53	3.264	19	1.410	123	7.463
Pronatureza	-	-	-	-	-	-	-	-	1	67	1	67
Total	51	2.790	-	-	1	90	59	3.955	22	1.827	133	8.662

Valores nominais. Posição 30.06.2010

Quadro 57 – Operações de Repasse

Embora o saldo ainda não seja significativo, representa a concretização de mais uma ação no sentido de expandir a aplicação de recursos do FCO na Região.

O Banco do Brasil renova sua disposição de buscar, continuamente, o aprimoramento dos procedimentos operacionais, de modo a fortalecer a posição do FCO como a principal ferramenta para alavancar os investimentos dos setores produtivos e, assim, contribuir para o crescimento e o desenvolvimento sócio-econômico da Região Centro-Oeste.

Brasília (DF), novembro de 2010

Diretoria de Governo

Sérgio Ricardo Miranda Nazaré
Diretor